

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
LINHA DE PRÁTICAS SOCIAIS E PROCESSOS EDUCATIVOS

CAMILA SIMÕES ROSA

**A INTERSECCIONALIDADE E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A
COMPREENSÃO DO ENCARCERAMENTO DE MULHERES NEGRAS**

São Carlos/SP
2018

CAMILA SIMÕES ROSA

**A INTERSECCIONALIDADE E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A
COMPREENSÃO DO ENCARCERAMENTO DE MULHERES NEGRAS**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de São Carlos, na linha de Práticas Sociais e Processos Educativos, como exigência para obtenção do título de Doutora em Educação.

Universidade Federal de São Carlos
Programa de Pós-graduação em Educação
Linha Práticas Sociais e Processos Educativos

Orientadora: Profa. Dra. Elenice Maria
Cammarosano Onofre

São Carlos/SP
2018



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Educação

Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa da Tese de Doutorado da candidata Camila Simões Rosa, realizada em 05/03/2018:

Profa. Dra. Elenice Maria Carmarrosano Onofre
UFSCar

Profa. Dra. Tatiane Cosentino Rodrigues
UFSCar

Profa. Dra. Thais Fernanda Leite Madeira
UFSCar

Profa. Dra. Sandra Maciel de Almeida
UFF

Profa. Dra. Eva Aparecida da Silva
UNESP

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Elenice Maria Cammarosano Onofre
Universidade Federal de São Carlos - UFSCar

Prof. Dra. Tatiane Cosentino Rodrigues
Universidade Federal de São Carlos - UFSCar

Prof. Dra. Thaís Fernanda Leite Madeira
Universidade Federal de São Carlos – UFSCar

Prof. Dra. Eva Aparecida da Silva
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP

Prof. Dra. Sandra Maciel de Almeida
Universidade Federal Fluminense -UFF

Dedico esta tese às mulheres pretas presas em suas lutas diárias.

AGRADECIMENTOS

Há um provérbio africano que ensina: “Nunca se esquecem as lições aprendidas nas dores”. É a partir dele que resisto, que me movimento e uso as dificuldades experienciadas como inspiração a almejar atuar na academia de forma que este espaço se faça menos hostil para mulheres negras.

A escrita desta tese não foi solitária como eu achei que seria, muitos foram o que me acolheram, que ensinaram, inspiraram e de algum modo utilizaram suas mãos para me ajudar a escrever um conhecimento sobre o qual eu acreditava.

Desta forma, esta etapa de agradecimento se faz a cada mão que se fez imprescindível na construção desta tese.

Da minha mãe, Maria José, por ter mãos que acalentam, motivam, unem, educam. Do meu pai, Carlos Alberto, por ser uma mão que ampara, tranquiliza, conforta. Vocês me fazem acreditar que eu posso ser o que quiser; são minha fortaleza e exemplo.

Do meu irmão, Gustavo. Por ser a mão que cuida, não importa em que parte do mundo se aventure a estar, da amizade mais sincera que eu carregou. Você me inspira.

Do meu companheiro Arthur. Por ser mão de fazer cafuné, de corrigir texto, de mostrar quão feliz a vida é quando se tem um amor/amigo/parceiro. Em especial pela ajuda na coleta dos dados, na leitura de cada etapa da pesquisa. Você é amor/amizade.

Da família que mantém acesa as raízes. Em especial a Vó Maria e Vô Dito, por serem mãos da ancestralidade. Aline, Amanda e Ariane, as primas que me lembram da importância da gargalhada e da leveza. Vocês são o cuidado que eu quero ter para sempre.

Das companheiras de Pós-graduação, Sara, Aline, Clóris, Katia e Luciana. Das mãos que me ajudaram a não desistir frente às dificuldades de ser pesquisadora.

Dos amigos de sempre Natália P., Mariana R., Vinícius L., Karine, Natália S., Camila G., Camila P., Nayara e Bruno. Por serem mãos que acalentam a alma, das prosas e das risadas. Em especial à Karine, pela ajuda na tabulação de dados.

Dos amigos de Americana, a cidade que tem me acolhido. Em especial à Natália e Vitória, por serem mãos de mulheres que lutam.

Dos amigos de Atlanta, Cláudia, Gustavo e Allan. Das mãos que traduziam um novo mundo nos meses que estive fora.

Das sábias mãos das professoras Tatiane Cosentino Rodrigues, Ana Cristina Juvenal da Cruze Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva. Por serem fortaleza e exemplo a serem seguidos. Das mãos cuidadosas e pacientes das Professoras Joyce King e Aisha Kareem, que em Atlanta deram todo o suporte e ensinamento para que o intercâmbio fosse ainda mais rico. Vocês são pessoas das quais sempre me orgulharei pela luta que travam diariamente, atravessando o desafio de ser mulher negra acadêmica.

À CAPES, pelo auxílio-financiamento no Programa de Desenvolvimento Abdias Nascimento.

RESUMO

Trata-se de um estudo de cunho teórico e abordagem qualitativa, com aportes no feminismo negro, que ao considerar não haver hierarquia entre as práticas de opressão vivenciadas por mulheres, reconhece a urgência de análises e reflexões sobre o encarceramento em massa de mulheres negras. O contexto a ser estudado, e a opção teórica em feministas negras brasileiras e norte-americanas, alavancaram o interesse em um estudo mais aprofundado sobre um dos conceitos deste movimento social, que orientado pela invisibilidade de pautas da mulher negra nos debates feministas e nos debates de raça, propõe a interseccionalidade. Na etapa da pesquisa que se dedica à compreensão deste conceito, realizou-se discussões históricas que evidenciam que mulheres negras eram afetadas pelas discriminações interseccionais mesmo antes do conceito ser delineado por Kimberlé Crenshaw, na década de 80. Apresentam-se ainda as discussões teóricas do conceito a partir desta feminista norte-americana, de brasileiras e outras que colaboraram no impulsionamento teórico da interseccionalidade enquanto sensibilidade analítica capaz de tirar da invisibilidade grupos atravessados por diferentes práticas de opressão. Ainda nesta discussão, encontra-se um levantamento bibliográfico no banco de teses e dissertações da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) entre os anos de 2005 e 2015 com o descritor “interseccionalidade”. As pesquisas foram analisadas em relação à quantidade de publicações por ano, gênero e raça dos pesquisadores, e uso da interseccionalidade em diferentes contextos. Adentrando a discussão interseccional para o encarceramento em massa de mulheres negras, apresenta-se um panorama das prisões femininas, análise instrumental de indicadores do sistema prisional feminino e considerações sobre o Sistema Prisional Feminino em uma perspectiva interseccional a partir de Angela Davis. Evidencia-se a potencialidade do conceito interseccional na compreensão de vivências que atingem mulheres negras e outros grupos marginalizados. Ademais, este conceito do feminismo negro surge como essencial na discussão das opressões de gênero e raça que atingem a mulher em situação de cárcere.

Palavras-chave: Interseccionalidade. Encarceramento em Massa de Mulheres Negras. Mulheres Negras.

ABSTRACT

This is a theoretical study with a qualitative approach, and contributions in black feminism, which, when considering that there is no hierarchy between the practices of oppression experienced by women, recognizes the urgency of analyzes and reflections on the mass incarceration of black women. The context to be studied, and the theoretical option in Brazilian and North American black feminists, have leapfrogged the interest in a more detailed study of one of the concepts of this social movement, which guided by the invisibility of black woman agenda in feminist debates and on the race debates, proposes intersectionality. At the stage of the research that is dedicated to the understanding of this concept, historical discussions were conducted evidencing that black women were affected by intersectional discrimination even before the concept was outlined by Kimberlé Crenshaw in the 1980s. Presented here are the theoretical discussions of the concept from this North American feminist, Brazilian woman and others who collaborate in the theoretical impetus of intersectionality as analytical sensibility capable of taking from invisibility groups crossed by different practices of oppression. Also, in this discussion, there is a bibliographical survey in the thesis and dissertation bank of CAPES (Coordination of Improvement of Higher Level Personnel) amid the years 2005 and 2015 with the descriptor: intersectionality. The researches analysis regarded the number of publications per year, gender and race of the researchers, and the use of intersectionality in different contexts. Entering the intersectional discussion for the mass incarceration of black women, it presents an overview of women's prisons, an instrumental analysis of indicators of the female prison system, and considerations on the Women's Prison System from an intersectional perspective coming from Angela Davis. It evidences the potentiality of the intersectional concept in the understanding of experiences that affect black women and other marginalized groups. Moreover, this concept of black feminism arises as essential in the discussion of the oppression of gender and race that affect women in prison.

Keywords: Intersectionality. Mass Imprisonment of Black Women. Black Women.

RESUMEN

Se trata de un estudio de cuño teórico y abordaje cualitativo, con aportes en el feminismo negro, que al considerar no haber jerarquía entre las prácticas de opresión vivenciadas por mujeres, reconoce la urgencia de análisis y reflexiones sobre el encarcelamiento masivo de mujeres negras. El contexto a ser estudiado y la opción teórica en feministas negras brasileñas y norteamericanas, apalancar el interés en un estudio más profundo sobre uno de los conceptos de este movimiento social, que orientado por la invisibilidad de pautas de la mujer negra en los debates feministas y en los debates de raza, propone la interseccionalidad. En la etapa de la investigación que se dedica a la comprensión del concepto de interseccionalidad, se realizaron discusiones históricas que evidencian que las mujeres negras eran afectadas por las discriminaciones interseccionales incluso antes del concepto ser delineado por Kimberlé Crenshaw en la década de 80. Se presentan aún las discusiones teóricas del concepto a partir de esta feminista norteamericana, brasileñas y otras que colaboraron en el impulso teórico de la interseccionalidad como sensibilidad analítica capaz de sacar de la invisibilidad a grupos atravesados por diferentes prácticas de opresión. En esta discusión, se encuentra levantamiento bibliográfico en el banco de tesis y disertaciones de la CAPES (Coordinación de Perfeccionamiento de Personal de Nivel Superior) entre los de 2005 y 2015 con el descriptor "interseccionalidad". Las investigaciones fueron analizadas en relación a la cantidad de publicaciones por año, género y raza de los investigadores, y uso de la interseccionalidad en diferentes contextos. En el marco de la discusión interseccional para el encarcelamiento masivo de mujeres negras, se presenta un panorama de las prisiones femeninas, análisis instrumental de indicadores del sistema penitenciario femenino y consideraciones sobre el Sistema prisionero Femenino desde una perspectiva interseccional a partir de Angela Davis. Se evidencia la potencialidad del concepto interseccional en la comprensión de vivencias que afectan a mujeres negras y otros grupos marginados. Además, este concepto del feminismo negro surge como esencial en la discusión de las opresiones de género y raza que alcanzan a la mujer en situación de cárcel.

Palavras clave: Interseccionalidad; Encarcelamiento en massa de mujeres negras; Mujeres Negras.

Quando nós, mulheres negras, experimentamos a força transformadora do amor em nossas vidas, assumimos atitudes capazes de alterar completamente as estruturas sociais existentes. Assim poderemos acumular forças para enfrentar o genocídio que mata diariamente tantos homens, mulheres e crianças negras. Quando conhecemos o amor, quando amamos, é possível enxergar o passado com outros olhos; é possível transformar o presente e sonhar o futuro. Esse é o poder do amor. O amor cura.

bell hooks

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Produções por ano.....	72
Gráfico 2 - Produções Tese por Gênero	76
Gráfico 3 - Produções Dissertações por Gênero.....	76
Gráfico 4 - Docentes doutores na pós-graduação.....	80
Gráfico 5 - Produções por grandes áreas	84
Gráfico 6 - Homicídios de mulheres por raça.....	124
Gráfico 7 - Presas por Etnia.....	142
Gráfico 8 - Perfil Racial Nacional	143

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Encontros de Mulheres e Feministas Brasileiros e Latino-Americanos.....	34
---	-----------

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Vias de intersecção Crenshaw	56
--	-----------

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

GGB - Grupo Gay da Bahia

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

DEPEN - Departamento Penitenciário

EduCárceres - Núcleo de investigação e práticas em educação nos espaços de restrição e privação de liberdade

ENMN - Encontro Nacional de Mulheres Negras

FUNAP - Fundação Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel

GSU - Georgia State Universtiy

INFOPEN - Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias

LGBT - Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros

LGBTTTT - Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis e transgêneros

MM - Movimento de Mulheres

NEAB/UFSCar - Núcleo de Estudos Afro-brasileiros/Universidade Federal de São Carlos

PAR - Participador Cátion Research

PPGE /UFSCar - Programa de Pós-Graduação em Educação/Universidade Federal de São Carlos

PROEXT - Projeto de Extensão

UFSCar - Universidade Federal de São Carlos

VCM - Violência Contra Mulher

Sumário

APRESENTAÇÃO E TRAJETÓRIA	15
i) Trajetória	15
ii) Experiência de intercâmbio	20
INTRODUÇÃO	27
O projeto de doutorado/ Divisão do estudo	27
1. Feminismo Negro	30
1.1 Breve panorama das ondas feministas no Brasil	30
1.2 As influências do Feminismo Negro no Brasil	34
2. O CONCEITO DE INTERSECCIONALIDADE	46
2.1 Percursoras da interseccionalidade	47
2.2 Perspectivas da Interseccionalidade	51
3. ESTADO DO CONHECIMENTO EM INTERSECCIONALIDADE	64
3.1 O perfil das pesquisadoras e dos pesquisadores	72
3.2 Ações afirmativas e o status das pesquisadoras	78
3.3 A interseccionalidade nas pesquisas acadêmicas (2005-2015)	83
3.4 As facetas das análises interseccionais	123
4. INTERSECCIONALIDADE E O ENCARCERAMENTO DE MULHERES NEGRAS	127
4.1 Processos históricos da punição no Brasil	129
4.2 Análise documental de indicadores raciais do sistema prisional feminino brasileiro	134
4.3 Encarceramento em massa de mulheres negras	148
CONSIDERAÇÕES	157
REFERÊNCIAS	165
ANEXOS	175

APRESENTAÇÃO E TRAJETÓRIA

i) Trajetória

Este estudo se configura a partir de fragmentos de teorias e vivências pertencentes a mim ou não. Por ser tal e qual, teorias e vidas, não há melhor forma de iniciar o estudo senão em narrar e refletir como vivências pessoais integraram a construção deste estudo e como a construção deste estudo tem me integrado enquanto sujeito¹.

Uma introdução em que me apresento à leitora e ao leitor que por algum motivo se dispõe a dialogar com algumas de minhas reflexões de quem eu sou, permite clareza de historiar mais do que uma trajetória pessoal, mas também expor o itinerário de desenvolvimento da pesquisa. Pelas vias permitidas, transito nesta etapa por uma linguagem menos protocolar, mais poética e em primeira pessoa, como busco fazer na jornada da vida mesmo frente à tantas imposições. Sou mulher, negra, feminista, educadora, temerosa e sonhadora. Narrar como tomei para mim estas identidades explica muito do que é este estudo.

Início contando que o que guardo da infância são, em grande medida, alegres recordações em relação àquela época infância e adolescência. Sou filha de Maria José, mãe branca e Carlos Alberto, pai negro, com um irmão mais velho, Gustavo, também negro. Compreendo hoje que ser fruto de uma família inter-racial é matriz em minha construção pessoal.

Meu maior contato familiar sempre foi mais intenso com a parte materna, que é branca, nas festividades de natal, comemoradas de modo tradicional católico com reencontro e união de meus avós com os filhos e netos; em uma família com cinco tios e uma quantidade considerável de primos, quase sempre os negros da festa eram eu, meu pai e meu irmão. Os conflitos raciais não eram tão perceptíveis, embora seja inegável que estivessem presentes, quando a maior parte do tempo era na convivência familiar que se fazia intensa.

Meus pais, ainda que com infâncias marcadas pela pobreza, ascenderam economicamente e tinham condições financeiras para me garantir o privilégio de boa alimentação, lazer, saúde e escolas particulares por quase todo o período de escolarização. Com experiências escolares nestes colégios, o círculo de amigos e professores também era, em sua maioria, branco. Estas

¹ Cada vez que retomava as escritas desta introdução refazia algum trecho de forma diferente, ainda que se tratasse sobretudo de uma narração da minha trajetória. Teorizava não só o que escrevia, mas também o que vivia e o modo de perceber o que vivi.

convivências fizeram com que eu não tivesse quase nenhuma referência de negritude e, além disso, meu pai também não se “percebia” como negro. Ele me conta que somente com meu interesse pela temática racial e com as discussões que eu levava do âmbito acadêmico para a esfera familiar foi que ele se reconheceu como negro, compreendendo assim com mais clareza sua posição nos lugares que vivenciava.

Antes disso, meu pai estava, assim como eu estive, vendado na percepção da atuação do mito da democracia racial e do discurso da mestiçagem em nossas vivências – sem acesso à convivências e conhecimentos que me permitissem identificação racial.

É processual e penso que seja também progressiva a tomada de consciência sobre minha identidade de mulher negra. Quando analiso minha identificação tardia com minhas origens, compreendo o conflito de ser mestiça em um país que faz uso do racismo disfarçado para manter a exploração e opressão, “a gente nasce preta, mulata, parda, marrom, roxinha dentre outras, mas tornar-se negra é uma conquista” (GONZALEZ, 1988, p. 2).

Os pensamentos da infância e adolescência eram sobre minha não escolha em ser negra e um processo de autoenganação de que eu poderia escolher afirmar ou negar minha negritude na sociedade. Eu vivia em espaços brancos e ainda que tenha pele escura, meu nariz é fino e meu cabelo, crespo, quando natural forma cachos, o que me renderam elogios como: “ela é negra, mas é tão bonita”. A questão é que meus privilégios econômicos e o meu tom de pele e traços embranquecidos me “beneficiaram” na ilusão de que ser negra pudesse ser uma escolha.

Neste processo de falta de identificação, meus modelos eram brancos e por isso sempre idealizei cabelos lisos. Desde os nove anos fiz uso de produtos químicos capilares que me atraíam por qualquer ligação com a palavra “alisamento”. Não importava o que fosse nem o dano que pudesse causar à saúde dos meus fios e do meu corpo: tioglicolato de amônio, amônia e formol me mantiveram longe das raízes que eu temia tanto em negar.

Quando ingressei na UFSCar em 2008 o contato com o espaço, o público e a teoria acadêmica me tiraram da minha zona de conforto. Eu já não era a única negra, existiam pessoas que afirmavam a negritude nos meus espaços de convívio e eu era levada a problematizar algo que estava silenciado: eu era negra?

Soa estúpido repetir esta pergunta nos meus dias de hoje, mas não o foi no final da graduação quando tive minhas primeiras aproximações com leituras sobre raça e racismo no contexto escolar em uma disciplina com a Profa. Dra. Roseli Rodrigues de Mello. No final da

aula sentei para conversar com uma das amigas mais próximas da sala, Vanessa, e rimos, em um misto de descoberta e desespero, quando percebemos que tínhamos nos encontrados naqueles relatos de racismo de crianças em fase escolar, algo que também havíamos vivenciados, mas que nunca nos foi apresentado como tal.

Percebi que ser negra não era uma escolha e sim uma condição. Encontrei nessa condição caminhos para a afirmação e para o amor-próprio. Percebia algo imutável e que não queria mudar, e na impossibilidade eminente em se lutar contra o que se é, e no desejo latente de ser o que eu era, ainda que com curtos passos, decidi me engajar na militância dos movimentos pelos meus pares.

Instigada por este primeiro contato com a temática racial, realizei inscrição na disciplina, ainda optativa para minha grade curricular, “Didática das relações étnico-raciais”, da Profa. Dra. Sonia Stella Araújo Oliveira. A discussão central era a partir do filósofo argentino e um dos maiores expoentes pensadores da filosofia da libertação, Enrique Dussel, sobre eurocentrismo e a criação da categoria outro como aquela que não surge naturalmente no percurso da história de construção das sociedades, e sim faz parte de um processo ideológico de poder.

Compreendi as teorias raciais na perspectiva de autores latino-americanos, e tive contato com uma obra de Nilma Lino Gomes que me despertou um interesse imediato pelas discussões sobre o significado da estética no campo das relações étnico-raciais.

Finalizei a graduação e tive meu projeto de mestrado aprovado em 2012, no PPGE/UFSCar, na linha Práticas Sociais e Processos Educativos. O estudo materializado em dissertação com o título “Mulheres negras e seus cabelos: um estudo sobre questões estéticas e identitárias” trazia como objetivo compreender de que forma o cabelo marca a construção de identidade na trajetória de vida da mulher negra. Tratou-se de uma pesquisa de campo, tendo como instrumentos metodológicos a observação com registros em diários de campo, entrevistas e uma roda de conversa.

O processo de mestrado é substancial no que me fundamenta como pesquisadora. A escolha pela temática racial com foco na estética de mulheres negras poderia ser sobre mim, mas eu não me via como uma das minhas colaboradoras de pesquisa. Foi somente com os estudos teóricos aplicados nas falas destas mulheres que me percebi como elas, e assim compreendi que o estudo também era uma autodescoberta.

Entendi o que era pesquisar sobre uma realidade social que me atingia, e me permiti um novo modo de ver/entender e agir na sociedade – desde então, realizar pesquisa acadêmica tem corroborado no meu processo de autotransformação e na tentativa de colaborar para as práticas que visam a transformação da sociedade a partir da ruptura de suas desigualdades e injustiças.

Na pesquisa contei com cinco colaboradoras negras que adotavam diferentes formas de manipulação de seus cabelos (alisado, trançado, natural); seus nomes: Irene, Dandara, Jéssica, Monalisa e Thulany. Nos encontros realizamos entrevistas semiestruturadas para compreender as relações que estas estabeleciam com seus cabelos desde a infância.

Além destas colaboradoras, entrevistei também Silas Dias, cabelereiro e proprietário do salão *Raízes Black Power*², um dos poucos identificados na época da pesquisa voltado especificamente para os cuidados de cabelos crespos e cacheados na cidade de São Carlos/SP. As vivências neste salão me permitiram compreender aquele espaço como possibilidade de cuidado, valorização e exaltação da beleza negra. As conversas e os estudos que vinha realizando me ensinavam sobre as diferentes histórias dos cabelos – o cabelo como símbolo de resistência e ancestralidade.

Encorajada por estas experiências bem como pelos estudos da obra “Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra”, de Nilma Lino Gomes (2008)³, a dissertação de mestrado de Aline Lemos da Cunha (2005)⁴ serviu como inspiração teórica e metodológica, e tantas outras leituras me inspiraram e motivaram para percorrer o processo político de transição do cabelo alisado para o cabelo natural. O cabelo, enquanto símbolo estético que permeia processos políticos, evidencia a ligação com histórias de luta e resistência de nós, mulheres negras.

Os resultados da pesquisa de mestrado apresentados na dissertação defendida em 2016 desvelaram experiências do racismo que ultrapassavam as discriminações em relação à estética da mulher negra. Os focos de discussão, estabelecidos após as entrevistas, levaram ao debate a infância da menina negra, as relações familiares, o contexto escolar e de trabalho e também a

² Localizado na cidade de São Carlos/SP.

³ GOMES, Nilma Lino. *Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

⁴ CUNHA, Aline Lemos da. *Narrativas entrelaçadas: conversando sobre leituras e lembranças de escola com mulheres que se “encontram” em um Salão de Beleza de Cultura Afro*. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2005.

hipersexualização de seus corpos. Aprendi sobre vivências de opressão diária e cotidiana, e principalmente sobre enfrentamentos e lutas que são travadas por tantas mulheres negras.

Quando retomo muitas das reflexões em minha dissertação identifico lacunas que evidenciam alienações que ainda não havia rompido na época daquela produção. Tratava-se de meu contato inicial com discussões sobre raça, e me vi tão envolvida com as opressões de racismo que dei pouca importância para a identidade de gênero das colaboradoras da pesquisa. Ainda que a banca tenha me alertado isso no exame de qualificação, percebo que apenas hoje, com as compreensões advindas do Feminismo Negro, que na pesquisa sobre estética em mulheres negras analisei os efeitos do mito da democracia racial sem trazer os questionamentos que lançavam as análises para além do visível: “como a mulher negra é situada no seu discurso?”⁵.

Hoje percebo que a pesquisa, e que o reencontro à pesquisa a que constantemente me proponho, é fator primordial na minha construção enquanto sujeito-mulher negra-pesquisadora. Permito-me voltar ao texto de dissertação com olhar pautado nas teorias interseccionais, complexificando as análises realizadas.

Estava envolvida com a temática racial até porque ela estava me ensinando sobre minha posição no mundo, e o contato com outras leituras me fazia querer entender mais, ir mais fundo, habitar lugares de conhecimento que não considerava. A fase final de mestrado foi quando eu assimilava os conhecimentos que defendia. Eu lia, conversava, escrevia, me via e sofria de novo quando retomava minhas escritas: eu escrevia sobre minha identidade mesmo sem ter colocado isto como objetivo no meu projeto de mestrado.

Passei por uma crise psicológica que acarretou na minha primeira depressão, porque precisava defender o que de fato ainda estava assimilando. É doloroso expor algo que ainda não está pronto em você. Eu defendi minha dissertação sobre mulheres negras, e estava tentando entender como me defender em um mundo de homens brancos agora que podia dimensionar minhas vulnerabilidades por ser mulher negra.

A idealização de um projeto de doutorado sobre encarceramento de mulheres negras ocorreu no ano final do mestrado com a participação no EduCárceres (Núcleo de investigação e práticas em educação nos espaços de restrição e privação de liberdade), coordenado pela Profa. Dra. Elenice Maria Cammarosano Onofre.

⁵ Discussões realizadas por Gonzalez (1988).

Senti-me intrigada nas primeiras aproximações com pessoas que não só estudavam os espaços prisionais como também eram atuantes dentro deles. A possibilidade de vivenciar os estudos e práticas do grupo me fez pensar na premência de educadores/as se dedicarem a diferentes espaços, principalmente aqueles marginalizados e invisibilizados nas pesquisas acadêmicas.

Com a participação neste grupo, iniciei em 2013 uma atividade específica junto ao PROEXT (Projeto de Extensão) “Formação de Educadores e Gestores Educacionais para atuar nas unidades prisionais paulistas”, em parceria com a Secretaria de Estado da Educação (SEE), Secretaria de Administração Penitenciária (SAP) e a Fundação Dr. Manoel Pedro Pimentel (FUNAP). O objetivo central deste projeto foi contribuir com a formação de educadores/as que atuam no contexto prisional com vistas a promover alguns avanços nas práticas educativas que acontecem nesses espaços.

Dentre as metodologias adotadas para alcançar este objetivo contamos com a realização de Encontros Regionais para discutir diversas temáticas. Em um destes encontros fui mediadora de uma mesa redonda com a temática “Diversidade e questões étnico-raciais no contexto prisional”, e foi o momento que marcou o início das minhas reflexões sobre a relação entre questões étnico-raciais e contextos de privação e restrição de liberdade. A discussão e reflexão desta mesa foram esclarecedoras e despertaram atenção do público participante, composto por educadoras e educadores que atuavam no sistema prisional e que demonstraram grande interesse de aprofundamento pelas questões raciais.

As palestrantes responsáveis, Profa. Dra. Maria Walburga dos Santos e Profa. Dra. Tatiana Cosentino Rodrigues, provocavam duas questões centrais sendo a primeira sobre a população encarcerada formada majoritariamente por negros, e a segunda sobre a carência de estudos e pesquisas que discutiam esta realidade. A palestra foi como um gatilho para a criação de um projeto de doutorado que fosse capaz de explorar duas questões que me envolviam: cárcere e mulheres negras.

ii) Experiência de intercâmbio

Neste transitar pelo tempo de doutorado tive a oportunidade de experienciar outro espaço. Desde o mestrado tive a curiosidade de sair do país e de complexificar os olhares a partir de outras vistas. Em 2017 tive a oportunidade de ser bolsista CAPES no Programa de

Desenvolvimento Acadêmico Abdias Nascimento⁶, promovido pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal de São Carlos NEAB/UFSCar⁷.

Tal programa “destina-se à estruturação, ao fortalecimento e à internacionalização dos Programas de Pesquisa e de Pós-Graduação por meio da mobilidade docente e discente internacional”, promovendo intercâmbio acadêmico entre instituições de pesquisa e ensino superior no Brasil e no exterior atendendo, preferencialmente, candidatos autodeclarados pretos, pardos, indígenas e pessoas com necessidades especiais⁸.

Por meio deste programa vivenciei o intercâmbio entre os meses de abril a outubro de 2017, na cidade de Atlanta (EUA). A pesquisa do Programa não trazia a especificidade da discussão do Feminismo Negro, nem mesmo de cárcere, mas propunha a ampliação de olhares a partir das vivências acadêmicas experienciadas. Desta forma, estar na Georgia State University (GSU) foi, de fato, traço importante em minha trajetória e, portanto, faz parte da construção desta pesquisa.

Fui discente durante um período na disciplina *Social Justice and Student Success*, ministrada pela Dra. Joyce King. A disciplina é parte de um programa maior intitulado “*Social Justice & Student Success Program*”, que conta com a parceria de vários centros⁹.

A proposta da disciplina é o uso da *Participatory Action Research* (PAR) para entender o clima de justiça social e seu impacto no sucesso dos alunos na GSU. Trata-se de uma experiência interativa online, em larga escala, para preparar as equipes de pesquisa de estudantes e faculdades.

Estar inserida neste programa e cursar esta disciplina trouxe ganhos para além do conteúdo ministrado, pois permitiu reflexões sobre possibilidades de práticas educativas na academia, buscando fazer com que este espaço seja cada vez mais inclusivo não só em relação à parte quantitativa, mas principalmente qualitativa.

⁶ Estabelecido por meio de parceria entre a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação (Secadi/MEC) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

⁷ O NEAB/UFSCar estabeleceu projetos conjuntos de pesquisa com as instituições Universidad Distrital Francisco José de Caldas (Colômbia), Geogia State University (EUA) e Université Paris Ouest Nanterre La Défense (França).

⁸ Portaria do MEC Nº 1.129, de 17 de novembro de 2013.

⁹ Centro de Excelência em Ensino e Aprendizagem (CETL) da GSU, Colégio de Educação e Desenvolvimento Humano (CEHD), Departamento de Estudos de Políticas Educativas, Alonzo Crim Center (Educação Urbana) e o Dean’s Office-School, Southern Education Foundation (SEF)

O grupo de docentes era bastante heterogêneo¹⁰; Dra. King era responsável pela disciplina, mas as aulas eram ministradas por professores e professoras de diversas áreas, o que evidenciou que com uma temática geral podemos nos aproximar a diversas áreas de conhecimento – compreendo como um caminho para não nos limitarmos a disciplinas específicas para discutir as injustiças sociais e trilhar percursos para mudança.

O tema central era justiça social e sucesso do estudante – não se trata, então, de uma disciplina voltada especificamente para a questão racial, embora esta perpassasse por todo o discurso. Tal postura metodológica se aproxima das reflexões interseccionais que são discutidas nesta pesquisa, ao não hierarquizar as opressões, e alicerçar uma disciplina pautada nas esferas de dominação que atingem alunos da GSU, impedindo o sucesso estudantil e a justiça social.

Quando Dra. King convida especialistas de diversas áreas, possibilitando compartilhamento de espaço e ideias com alunos, funcionários e professores sobre o que é justiça social bem como sucesso estudantil, revela-se a necessidade de mudarmos a visão sobre os conteúdos que utilizados e também sobre as formas que discutimos as opressões sociais. Na disciplina, referenciou-se inúmeras vezes, como analogia, ao caleidoscópio, para compreendermos que para sermos mais inclusivos e termos uma educação libertadora precisamos renovar constantemente nossos olhares.

Como proposta de trabalho, que amplia as possibilidades de discussão do papel da universidade para justiça social, a referida disciplina discute a aplicação da pesquisa participativa (PAR), que permite aos estudantes uma análise crítica do significado de justiça social e o sucesso dos alunos na GSU.

Os alunos selecionarão um foco de pesquisa, realizarão um projeto piloto de pesquisa participativa orientado a ação e você aprenderá como aplicar pesquisa de qualidade para sua comunidade mais ampla. Os projetos de pesquisa de classe serão conduzidos como um estudo PAR piloto com orientação de um patrocinador da Faculdade e com o envolvimento de um “Parceiro de Aprendizagem Comunitário”. Os projetos de pesquisa de classe serão combinados e arquivados em formato digital como parte do Museu Vivo on-line do curso. Este curso foi concebido para estudantes interessados em advocacia,

¹⁰ Os responsáveis da universidade e os palestrantes convidados eram: Dr. James Ainsworth (Sociologia), Dr. Makungu Akinyela (Estudo afro-americanos), Dr. Amanda Assalone (Southern Education Foundation), Dr. Jonathan Gayles (Estudo afro-americanos), Dr. Janice Fournillier (Estudos de políticas educacionais/ métodos de pesquisa), Dr. Dhanfu E. Elston (Complete College America), Dr. Carmen Kynard (English Department John Jay College, CUNY), Dr. Gholneshar “Gholdy” Muhammad (Middle/Secondary Education), Dr. Timothy Renick (Vice Provost/Vice President for Enrollment Management & Student Success), Dr. Akinyele Umoja Chairman (African American Studies), Dra. Angela Valenzuela (Univ. of Texas, Austin), Dra. Joyce King e Dra. Valora Richardson.

política, alfabetização digital, mudança organizacional e pesquisa (GSU, 2017 – traduzido pela autora).

Enfrentando ainda o obstáculo linguístico, com o assentimento da Dra. King, apresentei meu trabalho final em formato de vídeo¹¹, no qual a partir de fotos, trechos de notícias, dados estatísticos e recortes textuais desenvolvi uma linha de argumentação sobre como o conhecimento a respeito de prisões brasileiras, ao promover o sucesso do estudante, pode conduzir a uma sociedade mais justa.

A temática que escolhi para este projeto de pesquisa foi “*The knowledge about Brazilian prison in the promotion of social justice and student success*”¹². O vídeo se inicia com os questionamentos “quem eu sou” e “por que eu estou aqui”, que se referem ao estudo de Angela Valenzuela (2017), referencial teórico obrigatório da disciplina.

Valenzuela et al. (2017) discutem em sua obra que os aprendizes de inglês são melhor atendidos educacionalmente quando recebem instruções da área de conteúdo culturalmente relevantes em seu primeiro idioma. Os autores relatam uma experiência de aprendizado a partir de práticas de manutenção e sobrevivência cultural. Neste currículo estão presentes lições sobre migração, direitos civis, patrimônio indígena, artes culturais e história local latino-americana, principalmente as de origem mexicana. Desenvolve-se uma prática educativa valorativa sobre patrimônio indígena, artes culturais e dança/cerimônia asteca.

A partir desta leitura, e da aula expositiva que tivemos com os autores, busquei inserir no vídeo reflexões sobre como o contato com o outro não altera quem somos, mas nos permite expandir nossa visão. Esta perspectiva nos possibilita compreender autenticamente o conceito de *Ubuntu*, “eu sou porque nós somos e porque nós somos, conseqüentemente eu sou”.

A apresentação deu sequência com uma citação de Audre Lorde (1984, p. 137): “*If I didn't define myself for myself, I would be crunched into other people's fantasies for me and eaten alive*”¹³.” A partir desta reflexão aponta-se a importância de termos uma história sobre nós mesmos, para que outros não a façam de forma autoritária e opressora.

¹¹ Disponibilizado na plataforma do Youtube.

¹² O conhecimento sobre prisão brasileira na promoção da justiça social e sucesso do estudante (traduzido pela autora).

¹³ “Se eu não me definisse para mim mesmo, eu seria crucificado nas fantasias de outras pessoas para mim e comido vivo” (traduzido pela autora).

Quando Lorde (1984) problematiza que ao permitir que outros nos definam corremos o risco de sermos crucificados nas fantasias de alguém, surge a necessidade de reconhecermos o que foi exaustivamente discutido na disciplina: a história por trás da história.

A necessidade de se perceber que sempre existe uma história por detrás da história que nos é narrada surgiu a partir dos dados que trazem a GSU como a faculdade que mais gradua estudantes negros em todos os Estados Unidos.

De 2003 a 2015, de acordo com a universidade, sua taxa de graduação para estudantes afro-americanos aumentou de 29% para 57%. Para estudantes hispânicos, passou de 22% para 54%. Em 2014, para estudantes de baixa renda (aqueles que são elegíveis para uma doação federal de Pell), atingiu 51% – quase o mesmo que para estudantes não-Pell. Sua taxa de graduação para estudantes de primeira geração aumentou 32% entre 2010 e 2014. E a GSU aumentou essas porcentagens ao mesmo tempo em que aumentou em 10% o número de estudantes negros, hispânicos e de baixa renda (GSU, 2017).

O questionamento que permeou as discussões na disciplina se relacionava ao que estes dados significavam de fato – se o ingresso de estudantes negros garantia, por si só, uma universidade mais inclusiva que permitisse o sucesso de seus estudantes, ou se outras ações eram necessárias.

O que se evidenciou ao longo dos encontros, e que se apresenta nesta pesquisa, é a impossibilidade de se pensar em sucesso estudantil enquanto não houver comprometimento acadêmico com a justiça social. Neste caminho, o vídeo desenvolvido para a disciplina trouxe a impossibilidade de pensar em justiça social, quando se invisibiliza qualquer população ou grupo, dentro os quais destacamos a população carcerária brasileira que possui taxas de aumento constante. A participação na disciplina corroborou para situar esta pesquisa na sua importância no campo educacional.

A segunda experiência que tive durante o intercâmbio, que favoreceu a construção desta tese, foi o trabalho¹⁴ em parceria com a Profa. Dr. Aisha Kareem.

O contato com esta professora fez da experiência nos EUA ainda mais sólida. Para apresentar esta militante negra que inspira a produção desta pesquisa, apresenta-se trajetória escrita por ela mesma.

¹⁴Anexo 1.

[...] Dr. Aisha Kareem se aposentou como capelão muçulmana única no Departamento de Correções do Estado da Califórnia. Com seu falecido marido, que Deus perdoe seus pecados, como seu principal voluntário, eles trabalharam juntos consistentemente para responder às necessidades das “mulheres em cadeias”, que preservaram por probabilidades insuperáveis e, pela Licença do Criador, elas surgirão da escuridão do encarceramento, e estaremos lá para ajudá-los. A Dr. Kareem é uma educadora de justiça social que se concentrou na equidade para estudantes racialmente e socialmente marginalizados. Em 1985, ela fundou e dirigiu a Academia para o Desenvolvimento Humano, uma escola residencial de capacitação de jovens para crianças de colocação fora de casa. Dr. Kareem continua a apoiar a reunificação de crianças e mães decorrentes do encarceramento em massa e identifica serviços de intervenção educacional para estudantes com desafios especiais. Ela tentou estabelecer uma supervisão internacional e uma fonte informática para um centro de educação de primeira fase, para mulheres e crianças, localizado na África Ocidental, através de um distrito escolar autônomo baseado nos EUA. Atualmente, Dr. Kareem atua como Diretora Executiva da American Muslim 360 Radio Network, o braço de transmissão da Community Wide Shuraa Conference (CWSC) ... “um lugar para refazer o mundo” através das diversas vozes de nossos organismos de radiodifusão voltados para a solução. Dr. A'isha Kareem é uma mulher do condado de San Joaquin na história e uma Comissão de NY sobre o Status da Mulher – Nomeada para o Prêmio Mulher de Distinção 2017 (ROSA, 2017).

A partir do exposto, compreende-se melhor a apresentação que se construiu em parceria com a Dra. Kareem e participação de Cheauvon L. Brown¹⁵.

Elaborada com Power Point, contamos como recursos: dados da população carcerária feminina brasileira, imagens do cárcere brasileiro, recortes textuais que foram obtidos a partir das reflexões desenvolvidas durante o doutorado e diálogos com a educação a partir de experiências educativas no Brasil nos Centros de Ressocialização Feminino¹⁶ e no Campus¹⁷ Avançado da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), instalado dentro do presídio do Serrotão, em Campina Grande, na Universidade de Serrotão.

¹⁵ Cheauvon L. Brown é formada em Direito e defende a justiça restauradora, social e criminal em eventos comuns da comunidade e do estado da Califórnia-EUA. Ela também é fundadora e diretora executiva da Golden Blessings Ministries, Inc. e de seu “WEM” (*Women's Empowerment Movement*), que organiza eventos e workshops para ajudar a curar, educar e dar voz às mulheres por seus testemunhos de violência doméstica e abuso. Cheauvon é apaixonado por curar, restaurar e transformar a vida das mulheres em nossa sociedade (Dados fornecidos por ela para a apresentação no Annual Muslim Chaplain Training, 2017).

¹⁶ A modalidade prisional “Centro de Ressocialização” (CR), instituída pelo Governo do Estado de São Paulo em 2000, que prevê a unidade administrada mediante parceria entre o Estado e uma ONG, consiste em si em uma prática funcional, haja vista os resultados positivos expressos pelo baixo índice de reincidência, sete vezes e meio menor que o do sistema prisional tradicional (Ministério da Justiça e DEPEN, 2009).

¹⁷ O Campus Avançado da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) instalado dentro do presídio do Serrotão, em Campina Grande, foi inaugurado em 2013. Experiência inédita no Brasil, o Campus Avançado aponta a educação e a cultura como instrumentos de ressocialização do apenado, desenvolvendo atividades acadêmicas, pedagógicas e culturais.

Tais dados foram acrescidos de material fornecido pela Dr. Kareem, que continham os números da população carcerária feminina dos Estados Unidos, recortes do *CWSC Resolution on Criminal Justice and Drug Policy Reform* e reflexões a partir de fundamentos da religião islâmica.

Com o compartilhamento de boas práticas, o objetivo da apresentação foi oferecer melhores condições para mulheres encarceradas. A carta de agradecimento recebida do Muslim American Chaplains Association sobre este vídeo apontou que o esforço conjunto forneceu aos capelães melhores práticas informadas, permitindo às mulheres encarceradas uma reentrada bem-sucedida na sociedade.

A possibilidade de discussão com uma pesquisadora norte-americana sobre o encarceramento em massa de mulheres nos EUA e Brasil permitiu entender que não se trata de realidades tão diferentes, e que a troca de informações é um rico caminho para a transformação deste cenário.

Desta forma, estas duas experiências foram fundamentais para a produção desta tese, pois permitiram o desvelamento da importância da presente pesquisa no campo educacional e também compreensão de que diálogos entre realidades distintas é positiva na construção de conhecimento.

INTRODUÇÃO

O projeto de doutorado/ Divisão do estudo

O projeto inicial enviado para ingresso no doutorado trazia como objetivo desvelar quais eram os impactos das identidades de raça e gênero na vivência de mulheres encarceradas. Tratava-se de um estudo de campo que teria como instrumento metodológico entrevistas com mulheres em situação de cárcere.

Na tentativa de se definir descritores para a pesquisa bibliográfica da pesquisa, utilizando os termos “mulher”, “negra” e “prisão”, os resultados eram bastante escassos, mas estes se tornavam mais numerosos ao se inserir como busca “mulher” e “prisão” ou “prisão” e “negros”. Esta busca inicial evidenciou uma possível lacuna nos estudos que traziam simultaneamente gênero e raça no sistema prisional.

Aliado a isso, na etapa inicial do doutorado com participação nas disciplinas e leituras para fundamentação teórica do projeto, foi possível ter contato não só com os autores/as apresentados/as pelo programa como também com outras leituras, que trouxeram o interesse de redesenhar o projeto inicial.

Houve então aproximação com o movimento feminista negro e as leituras advindas deste movimento que trouxeram a interseccionalidade como conceito primordial na discussão de identidades que se sobrepõe em contextos marcados por violência. Partindo da necessidade de maior dedicação sobre este conceito, houve a opção por uma pesquisa teórica em detrimento à pesquisa de campo, que se apresentava no projeto inicial.

Desta forma, o que aqui se apresenta é um estudo teórico que estrutura-se em ao menos três aspectos que se interligam: a) compreensão do conceito de interseccionalidade dentro do movimento que o origina, o Feminismo Negro; b) levantamento bibliográfico em banco de dissertações e teses sobre a perspectiva interseccional para se compreender a recepção do conceito por pesquisadoras/es brasileiras/os; c) reflexões sobre o sistema prisional feminino a partir de documentos indicadores e de pesquisas na perspectiva interseccional.

Buscou-se responder duas questões centrais:

Quais os avanços da interseccionalidade nas pesquisas brasileiras entre os anos de 2005 e 2015?

Quais as contribuições da perspectiva interseccional para os estudos sobre o encarceramento de mulheres negras?

Esta tese se divide, além desta Introdução, em mais quatro capítulos e o capítulo de considerações finais.

No primeiro capítulo, intitulado “O Feminismo Negro”, apresenta-se a trajetória histórica do feminismo, evidenciando os processos de articulação deste movimento a partir do reconhecimento de experiências plurais. Problematiza-se a deficiência do movimento feminista que se funda a partir de concepções universalizantes da mulher desconsiderando outras opressões, como raça e classe social. Ainda neste capítulo, discute-se o fortalecimento do Feminismo Negro, enquanto movimento social protagonizado por mulheres negras que lutavam por visibilidade às suas pautas e reivindicação de seus direitos. Desenrolam-se reflexões que deslindam o porquê de o feminismo negro no Brasil chegar de forma tardia em relação aos estudos dos Estados Unidos, e como se deu o intercâmbio intelectual do movimento nestes dois contextos. O objetivo deste capítulo inicial é compreender o Feminismo Negro enquanto movimento social que deu origem ao conceito de interseccionalidade.

Por conseguinte, no segundo capítulo apresenta-se uma conceituação teórica da interseccionalidade, a partir de seu surgimento com mulheres negras militantes que já denunciavam a ausência do debate racial nas pautas feministas, mas ainda não haviam feito a conceituação do termo. Posteriormente há a conceituação da interseccionalidade a partir de Kimberlé Crenshaw (1989; 2015), perpassando por Avtar Brah (2006), Helena Hirata (2014), e também pelo estudo de Patrícia Mattos (2011).

A fim de compreender a recepção deste conceito nos estudos brasileiros e também em que medida as pesquisas interseccionais vêm se preocupando com o encarceramento em massa de mulheres negras, apresenta-se no terceiro capítulo levantamento bibliográfico com o conceito de Interseccionalidade. Trata-se de levantamento realizado no banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior¹⁸ (CAPES) a partir do recorte temporal 2005 – 2015.

A primeira parte do capítulo apresenta análises da variabilidade das publicações dentro deste período e também sobre o perfil de raça e perfil de gênero das pesquisadoras/es.

¹⁸ O Banco de Teses da CAPES é o sistema online oficial do governo brasileiro para depósito de teses e dissertações brasileiras, vinculado ao Ministério da Educação (MEC).

Posteriormente as análises se concentram no conteúdo das produções, e examina quais os grupos/ações estudados em cada publicação. O objetivo é compreender quais as ampliações do conceito de interseccionalidade que surge no bojo da experiência de mulheres negras e se consolida teoricamente pelo feminismo negro. Para melhor compreensão das discussões deste levantamento optou-se pela divisão das produções em grupos temáticos que ficaram assim definidos: Interseccionalidade e Diversidade sexual; Interseccionalidade e Violência Contra Mulher; Interseccionalidade e Saúde; Interseccionalidade e Práticas organizadas de militância; Interseccionalidade e Movimentos Artísticos; Interseccionalidade e Intergeracionalidade; Interseccionalidade e Relações de Trabalho; Interseccionalidade, Direito e Encarceramento e Interseccionalidade e Deficiência.

No quarto capítulo, buscando responder à segunda questão deste estudo, “*quais as contribuições da perspectiva interseccional para os estudos sobre o encarceramento de mulheres negras?*”, há uma dedicação especial à interseccionalidade das opressões de gênero e raça no sistema prisional feminino. A discussão se dá a partir da contextualização histórica da criação do sistema criminal brasileiro como forma de garantir o controle social da população negra, gerando a manutenção de um esquema baseado em hierarquias raciais. Posteriormente, para adentrar na especificidade do encarceramento feminino, apresenta-se análise documental dos indicadores do sistema prisional feminino brasileiro entre os anos de 2007 e 2014, focalizando a presença/ausência dos perfis raciais das mulheres encarceradas. O fechamento deste capítulo discute algumas possibilidades de análises interseccionais com base na compreensão do conceito de interseccionalidade proporcionada por meio do levantamento bibliográfico e do levantamento de indicadores do sistema penal.

1. Feminismo Negro

Os percalços de violação de direitos da mulher negra fazem parte de um passado ao qual se compartilha o fato de ter sido uma atrocidade inaceitável, mas não se estende às discussões sobre os efeitos desastrosos que produziu para mulheres negras. O primeiro ponto a se destacar é que a identidade brasileira se inicia com a violação colonial perpetrada pelos senhores brancos contra mulheres negras e indígenas – a formação nacional brasileira é marcada por violência sexual colonial (CARNEIRO, 2003).

São necessários questionamentos que problematizem mais do que a maneira como as relações de raça e gênero se construíram, já que na verdade elas sempre o foram e apenas permanecem sendo (GONZALES, 1984). A mulher negra que teve seu corpo associado ao trabalho, violência e sexo no período da escravidão, ainda o tem – agora em ações específicas do nosso contexto que precisam ser denunciadas pelas produções interseccionais.

Há de se destacar o apontado por Djamila Ribeiro (2018) de que o Feminismo Negro surge objetivando romper a cisão de sociedade desigual; trata-se de um repensar dos projetos e dos marcos civilizatórios. “Fora isso, é também divulgar a produção intelectual de mulheres negras, colocando-as na condição de sujeitos e seres ativos que, historicamente, vêm pensando em resistências e reexistências” (RIBEIRO, 2018, p. 14).

Apresenta-se neste capítulo o percurso histórico do Feminismo Negro no Brasil, e as pontes de diálogos estabelecidas com a teoria feminista negra norte-americana, discutindo os percursos históricos que antecederam a conceituação teórica da Interseccionalidade pela estadunidense Kimberlé Crenshaw no final da década de 80.

1.1 Breve panorama das ondas feministas no Brasil

Organizações de mulheres negras e organizações de mulheres brancas desenvolviam suas estratégias pelas suas reivindicações por vezes de maneira alinhada, em outras em modo de disputa a partir dos percursos traçados por cada grupo e também pelas pautas que se avaliavam como indispensáveis. De fato, as identidades de raça e classe geram diferenças no status social, no estilo e qualidade de vida que prevalecem sobre a experiência que as mulheres compartilham. A problemática que se coloca é como transcender estas diferenças. Apresenta-se, então, um breve panorama do percurso do movimento para que se compreenda dentro da pauta feminista a

inserção das opressões raciais que não poderiam ser combatidas em um movimento alheio à luta contra opressões de gênero.

Em uma visão difundida, tem-se a constituição do que posteriormente seria chamado de feminismo, à luta pelo sufrágio no contexto da Inglaterra do século XIX. Ao se considerar o contexto social da Inglaterra neste período é possível compreender que:

Foi a percepção da sua ‘igualdade cristã’ que levou as mulheres a se consciencializarem da sua desigualdade civil: se como cristãs tinham ‘almas iguais’, como cidadãs deveriam ser, tal como os homens, também detentoras de direitos naturais e inalienáveis. Foi esse despertar de consciência cívica que dotou as mulheres dessa geração revolucionária do estímulo e coragem suficientes para intervirem no domínio público, desafiarem as autoridades civis e eclesásticas, desobedecerem ao pai, irmão ou marido, escreverem, publicarem e expressarem publicamente e de viva voz as suas crenças e opiniões, de teor político, civil e teológico (ABREU, 2002, p. 451).

Tanto o movimento feminista quanto o abolicionista surgem em uma tradição cultural e corrente ideológica advinda do desenvolvimento do pensamento teológico, filosófico e constitucional britânico, sobretudo durante o período entre a Reforma da Igreja do século XVI e a Revolução de Independência da América, que ocorreu em 1776 (ABREU, 2002).

Foi nos movimentos anarquistas e socialistas, e nas organizações sindicais que surgiram na Grã-Bretanha durante o século XIX que as mulheres britânicas recuperaram a experiência de mobilização, organização e activismo público legada pelas suas precursoras seiscentistas – as *levellers* –, cuja militância política em defesa das suas crenças, ideais e liberdades no período revolucionário de meados do século XVII foi notável (ABREU, 2002, p. 453).

Denominada “primeira onda do feminismo”, esta etapa tem como marco a luta das mulheres a fim de conquistar o direito de participar das decisões políticas, acesso à educação e mais igualdade no casamento. Nesta época não havia o objetivo de se discutir a divisão sexual dos papéis de gênero; as pautas do movimento “inclusive reforçavam esses papéis, estereótipos e tradições na medida em que utilizavam as ideias e representações das virtudes domésticas e maternas como justificativa para suas demandas” (COSTA, 2005, p. 56).

Neste período o Brasil experienciava mudanças sociais, políticas e econômicas com o fim do sistema monárquico e a implantação do Regime Republicano. A urbanização do país se acarretava em uma integração da mulher ao mundo do trabalho e do interesse delas por mais acesso a espaços tido apenas como masculinos, dentre eles, a política. O movimento brasileiro recebeu influências de movimentos sufragistas realizados, sobretudo, na Europa e nos Estados Unidos.

Há um destaque para o pioneirismo do Brasil, pois as discussões sobre a “possibilidade de se estender o voto para as brasileiras já ocorreram no final do século XIX, durante a feitura da carta constitucional republicana, em um momento em que o voto para as mulheres não era concedido em lugar algum do mundo” (KARAWEJCZYK, 2014, p. 71). No Brasil o marco deste período é o surgimento da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, em 1922¹⁹. Após a conquista ao voto, o movimento se enfraquece em vários lugares.

A segunda onda do feminismo ocorreu entre as décadas de 1960 e 1980. Neste período no Brasil ocorriam mudanças significativas nas estruturas sociais e de produção, nas questões políticas e nas manifestações culturais e intelectuais. A luta da sociedade era contra o regime ditatorial. O país vivia a massificação das informações e se ajustava aos padrões de consumo. As informações começaram a ser facilmente propagadas por meio do rádio e da televisão.

[...] a consciência feminista latino-americana foi alimentada pelas múltiplas contradições experimentadas pelas mulheres atuantes nos movimentos guerrilheiros ou nas organizações políticas, por aquelas que foram obrigadas a exilar-se, que participaram do movimento estudantil, das organizações acadêmicas politizadas e dos partidos políticos progressistas (COSTA, 2008, p. 59).

Ao mesmo tempo em que resistiam à ditadura militar, as mulheres tinham que voltar suas atenções para a expansão do mercado de trabalho e do sistema educacional. Os debates sobre os comportamentos afetivos e sexuais foram introduzidos pelas mulheres com o sugerir de mudanças radicais nos modos de experienciar o corpo – o início do uso de métodos anticoncepcionais, a intensificação das terapias psicológicas e psicanalíticas – e tais fatores exigiram nova postura em relação ao mundo privado: lutava-se pelo combate à violência contra mulher e pelo direito ao prazer.

Nesta etapa do movimento se afirmava que “o pessoal é político” para trazer à tona questões que anteriormente eram vistas como problemas da vida privada.

Para o pensamento liberal, o conceito de público diz respeito ao Estado e às suas instituições, à economia e a tudo mais identificado com o político. Já o privado se relaciona com a vida doméstica, familiar e sexual, identificado com o pessoal, alheio à política. Ao utilizar essa bandeira de luta, o movimento feminista chama a atenção das mulheres sobre o caráter político da sua opressão, vivenciado de forma isolada e individualizada no mundo do privado, identificada como meramente pessoal (COSTA, 2008, p. 53).

¹⁹ Célia Regina Pinto (2010) narra que a liderança das sufragistas brasileiras estava por conta de Bertha Lutz, bióloga, que estudou no exterior e voltou para o Brasil na década de 1910, iniciando a luta pelo voto.

Pode-se discutir esta fase do feminismo a partir das mudanças na forma de se compreender politicamente os modos de se pensar nas esferas do mundo doméstico/privado. É quando o feminismo se instaura em um contexto mais amplo e heterogêneo, articulando as lutas contra as formas de opressão das mulheres na sociedade com as lutas pela redemocratização (COSTA, 2008).

A maior parte das mulheres organizadas no interior deste movimento feminista estava exilada do Brasil, vivendo principalmente em Paris, o que permitiu que dialogassem com o feminismo europeu, se fortalecendo. O machismo pode ser observado como estrutural nas relações a partir das experiências com os seus companheiros que, também exilados, eram contrários a esta movimentação por considerar que as mulheres deveriam se dedicar somente à luta pelo fim da ditadura (PINTO, 2010).

Na década de 1980 ocorre no Brasil a redemocratização. O eleitorado feminino passa a ser interesse de diferentes partidos que incorporam as demandas das mulheres em suas propostas (COSTA, 2006). Neste período vários grupos se mobilizam contra a opressão, violência e questões trabalhistas, dentre outros.

Estes grupos organizavam-se, algumas vezes, muito próximos dos movimentos populares de mulheres, que estavam nos bairros pobres e favelas, lutando por educação, saneamento, habitação e saúde, fortemente influenciadas pelas Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica. Este encontro foi muito importante para os dois lados: o movimento feminista brasileiro, apesar de ter origens na classe média intelectualizada, teve uma interface com as classes populares, o que provocou novas percepções, discursos e ações em ambos os lados (PINTO, 2010, p. 17).

Nesta segunda onda, gênero era discutido a partir da contraposição da categoria mulher e homem. Apesar de garantir conquistas importantes, o movimento ainda esteve refém de uma visão universalizante de mulher – gênero como categoria fixa, natural, binária e hierárquica – e tinha sua luta fundamentada contra o patriarcalismo.

Inúmeros grupos dentro do movimento – negras, indígenas, lésbicas etc. – imputam suas vozes na reivindicação da diferença dentro da diferença. Não é a negação do protagonismo que tiveram as feministas de primeira e segunda:

[...] que tiveram nas lutas pela anistia, por creche (uma necessidade precípua das mulheres de classes populares), na luta pela descriminalização do aborto que penaliza, inegavelmente, as mulheres de baixa renda, que o fazem em condições de precariedade e determinam em grande parte os índices de mortalidade materna existentes no país; entre outras ações (CARNEIRO, 2003, p. 118).

Tratou-se então da possibilidade de ampliação deste movimento, na denúncia de que ainda que lutasse contra o machismo, havia dentro do movimento práticas de racismo, classismo e lesbofobia, dentre outras discriminações. É a pluralização do movimento, que permite discussões hoje sobre feminismos, não mais apenas um feminismo que “em conformidade com outros movimentos sociais progressistas da sociedade brasileira [...] esteve, também, por longo tempo, prisioneiro da visão eurocêntrica e universalizante das mulheres” (CARNEIRO, 2003, p. 118).

1.2 As influências do Feminismo Negro no Brasil

Um dos pontos principais que permitem marcar a diferenciação entre o movimento feminista e movimento feminista negro são os contextos históricos a partir de onde emergiram. Enquanto o feminismo branco reproduz a racionalidade do pensamento iluminista, o feminismo negro emerge em um contexto de escravidão e, portanto, reproduz a racionalidade de luta e resistência das mulheres deste contexto.

O feminismo negro se constitui enquanto impacto das teorias de gênero e raça, que levam à inclusão da temática racial no debate feminista. É possível analisar este processo de inclusão racial no movimento a partir de uma análise dos Encontros de Mulheres e Feministas Brasileiros e Latino-Americanos.

Com base em pesquisa realizada por Claudia Ferreira e Claudia Bonan²⁰, elaborou-se a seguinte tabela:

Tabela 1 - Encontros de Mulheres e Feministas Brasileiros e Latino-Americanos

Encontros de Mulheres e Feministas Brasileiros e Latino-Americanos		
Ano	Tipo de Encontro	Cidade, Estado
1979	I Encontro Nacional Feminista	Fortaleza, CE
1980	II Encontro Nacional Feminista	Rio de Janeiro, RJ
1981	III Encontro Nacional Feminista	Salvador, BA
1981	I Encontro Feminista da América Latina e do Caribe	Bogotá, Colômbia
1982	IV Encontro Nacional Feminista	Campinas, SP
1983	V Encontro Nacional Feminista	Brasília, Distrito Federal
1983	II Encontro Feminista da América Latina e do Caribe	Bosque, Peru
1984	VI Encontro Nacional Feminista	São Paulo, SP
1985	VII Encontro Nacional Feminista	Belo Horizonte, MG

²⁰ As informações foram coletadas por Claudia Ferreira e Claudia Bonan (2015) e estão disponíveis em um site que objetiva a criação de um banco de imagens eletrônico, como acervo documental e de memória fotográfica dos movimentos de mulheres.

Ano	Tipo de Encontro	Cidade, Estado
1985	III Encontro Feminista da América Latina e do Caribe	Bertioga, SP
1986	VIII Encontro Nacional Feminista	Nogueira, RJ
1987	XIX Encontro Nacional Feminista	Garanhuns, PE
1987	IV Encontro Feminista da América Latina e do Caribe	Taxco, México
1987	I Encontro de Lésbicas Feministas da América Latina e do Caribe	Cuernavaca, México
1988	I Encontro Nacional de Mulheres Negras	Valença, RJ
1989	X Encontro Nacional Feminista	Bertioga, SP
1990	V Encontro Feminista da América Latina e do Caribe	San Bernardo, Argentina
1990	II Encontro de Lésbicas Feministas da América Latina e do Caribe	Costa Rica
1991	XI Encontro Nacional Feminista	Caldas Novas, GO
1991	II Encontro Nacional de Mulheres Negras	Salvador, BA
1992	I Encontro de Mulheres Negras da América Latina e do Caribe	Santo Domingo, Republica Dominicana
1992	I Encontro da Rede Feminista Latino-americana e do Caribe contra a Violência Doméstica e Sexual	Olinda, PE
1993	VI Encontro Feminista da América Latina e do Caribe	Costa del Sol, El Salvador
1995	I Encontro Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais	São Paulo, SP
1996	I Encontro Latino-americano e do Caribe das Mulheres Trabalhadoras Rurais	Fortaleza, CE
1996	I Seminário Nacional de Lésbicas	Rio de Janeiro, RJ
1996	VII Encontro Feminista da América Latina e do Caribe	Cartágena, Chile
1996	II Encontro de Mulheres Negras da América Latina e do Caribe	São José, Costa Rica
1997	XII Encontro Nacional Feminista	Salvador, BA
1997	I Encontro Internacional de Parteiros da Floresta	Macapá, AM
1997	II Seminário Nacional de Lésbicas	Salvador, BA
1998	I Encontro Internacional de Mulheres da Floresta Amazônica	Rio Branco, AC
1998	III Seminário Nacional de Lésbicas	Betim, MG
1999	IV Encontro Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais	Goiânia, GO
1999	VIII Encontro Feminista da América Latina e do Caribe	Juan Dolio, Republica Dominicana
1999	V Encuentro de Lesbianas Feministas Latinoamericano y del Caribe	Rio de Janeiro, RJ
2000	XIII Encontro Nacional Feminista	João Pessoa, PB
2001	III Encontro Nacional de Mulheres Negras	Belo Horizonte, MG
2001	III Encontro de Mulheres Negras da América Latina e do Caribe	Bogotá, Colômbia
2001	IV Seminário Nacional de Lésbicas	Porto de Dunas, CE
2002	IX Encontro Feminista da América Latina e do Caribe	Playa Tambor, Costa Rica

Fonte: FERREIRA; BONAN (2015).

A partir destes dados é possível vislumbrar o reflexo de uma escravidão que durou mais de 300 anos no Brasil, ausentando as demandas de mulheres nos movimentos feministas – o I Encontro Nacional de Mulheres Negras (ENMN) ocorreu somente em 1988, quase dez anos após o I Encontro Nacional Feminista.

O ENMN ocorre em 1988, que:

[...] foi um ano de particular importância para as mulheres negras brasileiras, dado o grau de mobilização e discussão que a sua temática ensejou na sociedade, conduzindo tanto a um avanço no seu processo organizativo como indicando as diferentes visões político-ideológicas que já atravessam o emergente Movimento de Mulheres Negras (CARNEIRO, 1993, p. 3).

Houve ampla mobilização de mulheres negras em torno de suas questões específicas consubstanciadas em diversos ENMN.

Portanto, na maioria dos estados brasileiros, desenvolveu-se algum tipo de reflexão sobre a mulher negra e todas estas atividades convergiram para o I Encontro Nacional de Mulheres Negras, ocorrido de 02 a 04 de dezembro de 1988 em Valença, no Estado do Rio de Janeiro, com a participação de 450 mulheres negras, representando 17 estados do país, contando ainda com a presença de várias militantes do Movimento de Mulheres e representantes de outros países como Estados Unidos, Equador e Canadá (idem, 1993, p. 13).

Convocou-se então mulheres atuantes em diferentes espaços, e pertencentes a diversas cidades do Brasil, para refletir e se posicionar sobre suas experiências e as adversidades em ser mulher negra na sociedade brasileira. O tema central eleito para o I ENMN foi “A Mulher Negra” e os temas decorrentes partiram de questões subjetivas, como a ideologia do embranquecimento e a estética, a assuntos históricos, políticos, sociais e econômicos (SANTOS, 2016).

O Relatório deste I ENMN traz como objetivo percorrido neste evento:

- a) denunciar as desigualdades sexuais, sociais e raciais existentes, indicando as diversas visões que as mulheres negras brasileiras têm em relação ao seu futuro; b) fazer emergir as diversas formas locais de luta e autodeterminação face às formas de discriminação existentes; c) elaborar um documento para uma política alternativa de desenvolvimento; d) encaminhar uma perspectiva unitária de luta dentro da diversidade social, cultural e política as mulheres presentes no Encontro; e) realizar diagnóstico da mulher negra; f) discutir as formas de organização das mulheres negras; g) elaborar propostas políticas que façam avançar a organização das mulheres negras, colocando para o mundo a existência do Movimento de Mulheres Negras no Brasil de forma unitária e de diferentes vertentes políticas (ENMN, 1988).

A movimentação de mulheres negras, ao trazer para a cena política as contradições resultantes da articulação das variáveis de raça, classe e gênero, promove a síntese das bandeiras de luta historicamente levantadas pelos movimentos negro e de mulheres do país enegrecendo, de um lado, as reivindicações das mulheres, tornando-as assim mais representativas do conjunto das brasileiras e, por outro lado, promovendo a feminização das propostas e reivindicações do movimento negro (CARNEIRO, 2003).

Estas mulheres, engajadas nos movimentos de luta pela igualdade racial e sexual, foram empurradas pela sua marginalização em ambas as arenas²¹ e a partir disto desenvolveram o Feminismo Negro.

²¹ Do movimento feminista e do movimento negro.

Na busca de ampliação da plataforma de ação feminista, as mulheres negras teceram inúmeras críticas quanto à invisibilidade de sua ação política. A contestação mais direta refere-se à maneira secundarizada do tratamento de sua opressão e organização, as quais estiveram e estão submetidas pelo sistema. Isto é, seja através do discurso, seja da produção teórica, as mulheres negras aparecem como 'sujeitos implícitos' (RIBEIRO, 2006, p. 803).

Compreende-se o Feminismo Negro enquanto movimento capaz de reconhecer as diferenças e desigualdades presentes no universo feminino, a despeito da identidade biológica, permitindo espaço para vozes silenciadas e os corpos estigmatizados de mulheres vítimas de outras formas de opressão além do sexismo (CANEIRO, 2003).

No Brasil, esta movimentação de reivindicação de demandas específicas dentro do feminismo surge do pioneirismo de feministas norte-americanas quando estas incorporam o tema das diferenças em suas abordagens, ocupando-se em discutir a presença do racismo, bem como o entrecruzamento de gênero, raça e classe como elemento representativo das diferenças nas experiências das mulheres.

É válido então, reflexões sobre este movimento constante de trocas e transformações entre os movimentos negros dos Estados Unidos e Brasil, a partir do reconhecimento de que intelectuais negras norte-americanas se dedicaram exaustivamente na compreensão do espaço privado e oculto da consciência da mulher negra, anunciando os movimentos de resistência e luta que permitem a elas (nós) transcenderem às violências que estão sujeitas nas intersecções das opressões de gênero, raça e classe social.

No artigo produzido por Kia Lilly Caldwell (2000) compreende-se a política racial de produções de conhecimento feminista no Brasil. A autora evidencia como a discussão sobre a noção de diferença tem sido evasiva nas discussões de gênero e aponta, em contrapartida, os avanços dos estudos feministas nos Estados Unidos, Inglaterra e no Canadá, onde "já se reconheceu a importância da raça e das diferenças raciais na constituição do gênero e das identidades das mulheres" (CALDWELL, 2000, p. 91).

A partir do estudo da autora, escrito em 2000, é possível traçar uma análise sobre as produções norte-americanas entre as décadas de 70 e 2000.

As últimas três décadas foram marcadas por aumento significativo nas produções feministas americanas, inglesas e canadenses no sentido de desessencializar a identidade feminina. As tendências atuais dos estudos devem vários de seus Insights a críticas feitas por mulheres brancas americanas, negras inglesas e feministas do chamado "terceiro mundo". Nos Estados Unidos, intelectuais feministas negras, latinas e asiáticas deram contribuições importantes para a compreensão dos múltiplos eixos da opressão feminina que

afetam as experiências de vida de mulheres não brancas naquele país (CALDWELL, 2000, p. 93).

As ideias de mulheres afro-americanas parecem ser recebidas como inspiração para os movimentos de luta, tanto na academia quanto fora dela. De acordo com Caldwell (2000), o trabalho de intelectuais brancas nos Estados Unidos contribuiu para que houvesse no contexto brasileiro compreensão sobre como a identidade de gênero feminina é construída no contexto norte-americano e também sobre a importância de se “delimitar a análise de gênero a contextos locais, e de fazê-la levando em conta a especificidade social, cultural e histórica das experiências e das identidades das mulheres” (CALDWELL, 2000, p. 93).

A falta de atenção à relação entre raça e gênero no feminismo acadêmico brasileiro se deve em grande parte forma como se desenvolveu o campo dos estudos sobre mulheres no país. Ao contrário do feminismo acadêmico nos Estados Unidos e na Inglaterra, onde o discurso sobre raça aumentou nas décadas mais recentes, as pesquisadoras feministas brasileiras têm sido muito mais lentas na incorporação do estudo da raça aos estudos sobre mulheres e à teoria feminista (CALDWELL, 2000, p. 93).

Dentre as feministas negras estadunidenses, é válido dar destaque para Davis (2016), que na sua obra anuncia caminhos substanciais para as análises interseccionais, a partir da crítica à marginalização da questão racial nos debates feministas. A autora promove o entrecruzamento dos componentes econômico, político e ideológico do modo de produção escravista e capitalista, permitindo compreensões sobre as teias de opressões interligadas e suas atuações na sustentação de projetos de dominação de classe. O fato é que a discussão da autora parte de realidades históricas concretas, e da forma como estas opressões são responsáveis pelas ideologias de dominação e controle dos grupos dominados. Estas ideologias precisam ser contextualizadas em suas atuações de interferência contrária na história dos diversos movimentos de luta e resistência, como o movimento abolicionista, o movimento antiescravagista, o movimento sufragista, o movimento de mulheres, o movimento associacionista etc.

O modelo de mulheres negras sempre trabalharem mais fora de casa do que as mulheres brancas, foi estabelecido desde o início da escravidão (DAVIS, 2016). Havia uma exigência de que estas mulheres fossem masculinas ao desenvolver seus trabalhos, e isso afetou profundamente as experiências durante a escravidão, sendo que “algumas, sem dúvida, foram quebradas e destruídas, no entanto a maioria sobreviveu e, no processo, adquiriu qualidades consideradas tabus pela ideologia do século XIX sobre a natureza feminina” (idem, 2016, p. 15). No período escravocrata, mulheres negras estavam sujeitas não só às práticas que também eram

atribuídas aos homens, como castigo e mutilações, como também a todas as formas de coação sexual.

Mesmo após a abolição da escravidão e a ascensão do “trabalho livre”, há uma reconfiguração das formas de opressão de classe, sexo e raça que consolida a dominação capitalista, destinando trabalhos e ideologias específicas a grupos que de quem exerce e de quem sofre a opressão.

O pós-abolição não é diferente e se caracteriza pelo trabalho de mulheres negras na agricultura e no serviço doméstico, de mulheres brancas pobres em fábricas, e de mulheres burguesas de classe média na dedicação da “nobre missão” de “ser mãe e dona de casa” – é a mulher negra quem fica sujeita a condições de exploração extremas e perpetuadoras de práticas de violência (como o abuso sexual por parte dos patrões).

Outra feminista negra estadunidense que merece ressalva é bell hooks²², com uma teoria importante para a compreensão do “patriarcado capitalista de supremacia branco” que estrutura a sociedade. A autora trabalha com o sexismo, enquanto sistema de dominação, que apesar de ser institucionalizado nunca determinou de forma absoluta o destino de todas as mulheres nesta sociedade. Ao analisar as motivações das mulheres brancas, muitas vezes com acesso a estudo, privilégios materiais e uma variedade de opções de profissão e de estilo de vida é possível se questionar quando estas mulheres dizem que “o sofrimento não pode ser medido”:

Ser oprimida significa ausência de opções. É o principal ponto de contato entre o oprimido (a) e o opressor (a). Muitas mulheres nesta sociedade têm escolhas (por mais inadequadas que possam ser); portanto, exploração e discriminação são palavras que descrevem com mais precisão a sorte coletiva das mulheres nos Estados Unidos (HOOKS, 2015, p. 197).

A autora explica que muitas mulheres não participam da resistência organizada contra o sexismo porque o sexismo não tem o significado de absoluta falta de opções.

Elas podem saber que são discriminadas em função de sexo, mas não equiparam isso a opressão. No capitalismo, o patriarcado é estruturado de forma que o sexismo restrinja o comportamento das mulheres em algumas esferas, mesmo que, em outras, haja liberdade em relação a limitações. A ausência de restrições extremas leva muitas mulheres a ignorar as áreas em que são exploradas ou discriminadas e pode até levá-las a imaginar que as mulheres não são oprimidas (idem, 2015, p. 198).

²² Nascida em 25 de setembro de 1952 em Hopkinsville, nos Estados Unidos, Gloria Jean Watkins é conhecida pelo pseudônimo bell hooks, que escrito em minúsculas reforça que suas ideias vêm em primeiro lugar, antes de seu nome e identidade pessoal.

Questiona-se então, o cânone do pensamento feminista moderno que afirma que “todas as mulheres são oprimidas”:

Essa afirmação sugere que as mulheres compartilham a mesma sina, que fatores como classe, raça, religião, preferência sexual etc. não criam uma diversidade de experiências que determina até que ponto o sexismo será uma força opressiva na vida de cada mulher. O sexismo, como sistema de dominação, é institucionalizado, mas nunca determinou de forma absoluta o destino de todas as mulheres nesta sociedade (ibidem, 2015, p. 197).

Hooks (2015) pontua que os sentimentos que feministas compartilhavam no início do movimento não se sustentaram. Algumas mulheres alcançaram ganhos com o movimento feminista por igualdade no mercado de trabalho, mas o oportunismo individual prejudicou os apelos à luta coletiva. Desta forma, o feminismo rotula mulheres que não se opunham ao patriarcado, ao capitalismo, ao classismo e ao racismo. O lapso que se promove neste tipo de ideologia constitui o seu viés racista e classista, pois a ideia de mulher veiculada pelo mito da feminilidade não incluía nem as escravas do regime escravagista.

A autora evidencia que os problemas e dilemas específicos de donas de casa brancas da classe privilegiada, apesar de serem preocupações reais e importantes, não eram a pauta das políticas urgentes da maioria das mulheres, mais preocupadas com a sobrevivência econômica, a discriminação étnica e racial etc. O surgimento do movimento feminista negro se marca pela ausência da discussão sobre o impacto do sexismo sobre o estatuto social das mulheres negras. Ao denunciar o poder patriarcal que os homens utilizavam para dominar as mulheres, as feministas brancas não demonstraram esforços em “ênfatizar que o poder patriarcal, o poder que os homens usam para dominar as mulheres, não é apenas um privilégio das classes altas e médias dos homens brancos, mas um privilégio de todos os homens na sociedade sem olhar a classe ou a raça” (HOOKS, 2015, p. 64). A autora continua, afirmando que:

As feministas brancas tão focadas na disparidade no estatuto econômico entre os homens brancos/mulheres brancas, tiveram uma indicação do impacto negativo do sexismo que elas traçavam e não deram nenhuma atenção ao facto de os homens das classes mais baixas e pobres serem tão capazes de oprimir e brutalizar as mulheres como qualquer outro grupo de homens na sociedade americana. A tendência feminista de fazer sinónimo da possessão do poder económico masculino ser opressor, fez o homem branco ser rotulado como “o” inimigo. A rotulação do homem branco patriarca como “porco chauvinista” proveu um conveniente bode expiatório para os homens negros sexistas. Eles podiam juntar-se às mulheres brancas e negras para protestar contra a opressão masculina e desviar a atenção do seu sexismo, o seu apoio ao patriarcado e a sua exploração sexista das mulheres (HOOKS, 2015, p. 64).

Esse processo se insere na ideologia do “individualismo liberal”, que conforme aponta hooks (2015), permeia o pensamento feminista e prejudica o radicalismo potencial da luta feminista.

A usurpação do feminismo pelos burgueses para apoiar seus interesses de classe tem sido justificada, em nível bastante grave, pela teoria do feminismo como esta foi concebida até agora (por exemplo, a ideologia da “opressão comum”). Qualquer movimento para resistir à cooptação da luta feminista deve começar pela introdução de uma perspectiva feminista diferente – uma nova teoria – que não seja informada pela ideologia do individualismo liberal (idem, 2015, p. 201).

Evidencia-se que as práticas excludentes das mulheres que dominam o discurso feminista praticamente não permitiram a frutificação de novas teorias e análises. Há uma marginalização e silenciamento no feminismo, de mulheres que sentem necessidade de uma estratégia diferente. É inegável que:

[...] grupos de mulheres que se sentem excluídas do discurso e das práticas feministas só conseguem abrir um espaço para si se criarem, antes, através de críticas, uma consciência dos fatores que as alienam. [...] Mulheres não brancas que se sentem afirmadas dentro da atual estrutura do movimento feminista (embora possam formar grupos autônomos) também parecem achar que suas definições de “linha justa”, seja na questão do feminismo negro ou em outras, são o único discurso legítimo. Ao invés de incentivar uma diversidade de vozes, o diálogo crítico e a polêmica, elas, assim como algumas mulheres brancas, procuram sufocar a dissidência (HOOKS, 2015, p. 201).

Compreende-se que o Feminismo Negro surge a partir de ativistas e autoras que se compreendem com vozes e denúncias tão legítimas quanto às denunciadas pelo feminismo branco.

Hooks (2015) denuncia a prática de feministas brancas que agem como se as mulheres negras não soubessem que a opressão machista existia até elas expressarem a visão feminista. Esta prática se ancora na crença de mulheres brancas que podem proporcionar às mulheres negras “a” análise e “o” programa de libertação.

O equívoco é por se desconsiderar que as negras e outros grupos de mulheres que vivem diariamente em situações de opressão utilizam a experiência de vida para adquirir consciência sobre a política patriarcal e para desenvolverem estratégias de resistência (HOOKS, 20015).

Essas mulheres negras observaram o foco feminista branco na tirania masculina e na opressão das mulheres como se fosse uma revelação “nova” e acharam que esse foco tinha pouco impacto na sua vida. Para elas, o fato de as mulheres brancas de classe média e alta precisarem de uma teoria para “informá-las de que eram oprimidas” era apenas mais uma indicação de suas condições de vida privilegiadas (HOOKS, 2015, p. 203).

O que se acentua é que pessoas oprimidas sabem de sua opressão, ainda que não se envolvam em resistência organizada ou não consigam formular por escrito a natureza de sua opressão. Hooks (2015) auxilia a compreender o movimento de mulheres negras a partir da limitação do feminismo ao lutar pelo fim da opressão das mulheres.

O fato de que nós, mulheres negras, não nos organizamos coletivamente, em grande número, em torno das questões do “feminismo” (muitas de nós nem conhecem ou usam o termo), ou de que não tivemos acesso aos mecanismos de poder que nos permitiriam compartilhar nossas análises ou teorias sobre gênero com o público norte-americano, não negam sua presença na nossa vida e nem nos colocam em uma posição de dependência em relação às feministas brancas e não brancas que falam a um público maior (HOOKS, 2015, p. 203).

Haveria então, atuação de estereótipos racistas na mente de mulheres feministas, que por acreditarem na mulher negra enquanto supermulher, as permitem ignorar nos discursos de vitimização da sociedade.

No Brasil, tem-se destaque Lélia Gonzalez, feminista negra importante para formulações teóricas na especificidade do contexto que aqui se tem.

A pensadora e feminista negra Lélia Gonzalez nos dá uma perspectiva muito interessante sobre esse tema, porque criticava a hierarquização de saberes como produto da classificação racial da população. Ou seja, reconhecendo a equação: quem possui o privilégio social possui o privilégio epistêmico, uma vez que o modelo valorizado e universal de ciência é branco (RIBEIRO, 2018, p. 24).

Em seu artigo “Por um feminismo Afrolatinoamericano”, Gonzalez (1988) discute como o sistema patriarcal-racista suprime a humanidade das mulheres negras ao lhes negar o direito de ser sujeito de seu próprio discurso e de sua própria história.

A autora destaca o fundamental papel do feminismo em suas lutas e conquistas, que trouxe novos questionamentos, estimulou a formação de grupos e redes e desenvolveu a busca de uma nova forma de ser mulher.

Ao centralizar suas análises em torno do conceito do capitalismo patriarcal (ou patriarcado capitalista), evidenciou as bases materiais e simbólicas da opressão das mulheres, o que constitui uma contribuição de crucial importância para o encaminhamento das nossas lutas como movimento[...]. O extremismo estabelecido pelo feminismo fez irreversível a busca de um modelo alternativo de sociedade. Graças a sua produção teórica e a sua ação como movimento, o mundo não foi mais o mesmo (GONZALEZ, 1988b, p. 13).

Nessas lutas evidencia-se que o feminismo trouxe contribuições fundamentais para a discussão da discriminação pela orientação sexual, mas que o mesmo não ocorre “com outros tipos de discriminação, tão grave como a sofrida pela mulher: a de caráter racial” (GONZALEZ, 1988b, p. 13).

Evidencia-se também a partir desta autora que o feminismo não está ileso do racismo, e que contribui para sua reprodução e manutenção quando se pauta na mulher enquanto sujeito universal abstrato.

Discute-se, então, que tanto o racismo quanto o feminismo

[...] partem das diferenças biológicas para estabelecerem-se como ideologias de dominação. Cabe, então, a pergunta: como se explica este “esquecimento” por parte do feminismo? A resposta, na nossa opinião, está no que alguns cientistas sociais caracterizam como racismo por omissão e cujas raízes, dizemos nós, se encontram em uma visão de mundo eurocêntrica e neo-colonialista da realidade (GONZALEZ, 1988b, p. 13).

A autora parte das categorias de infante e de sujeito-suposto-saber do pensamento lacaniano que ajuda. A articulação desta categoria permite compreender o tema da alienação.

A primeira designa a aquele que não é sujeito do seu próprio discurso, a medida em que é falado pelos outros. O conceito de infante se constitui a partir de uma análise da formação psíquica da criança que, ao ser falado pelos adultos na terceira pessoa, é, conseqüentemente, excluída, ignorada, colocada como ausente apesar da sua presença; reproduz então esse discurso e fala em si em terceira pessoa (até o momento em que aprende a trocar os pronomes pessoais) (GONZALEZ, 1988b, p. 13-14).

Compreende-se então que mulheres negras foram definidas e classificadas por um sistema ideológico de dominação que visa a infantilização. Situadas em uma hierarquia, apoiadas em condições biológicas de sexo e raça, mulheres negras são omitidas de suas humanidades, pois têm negado seus direitos de dizer seu próprio discurso e contar sua própria história (GONZALEZ, 1998b).

É desnecessário dizer que com todas essas características, nos estamos referindo ao sistema patriarcal-racista. Conseqüentemente, o feminismo coerente consigo mesmo não pode dar ênfase a dimensão racial. Se assim o fizera, estaria contraditoriamente aceitando e reproduzindo a infantilização desse sistema, e isto é alienação (GONZALEZ, 1998b, p. 14).

Trata-se da necessidade de o feminismo latino-americano incluir o caráter multirracial e pluricultural das sociedades dessa região. Desta forma, “falar da opressão da mulher latino-americana é falar de uma generalidade que oculta, enfatiza, que tira de cena a dura realidade vivida por milhões de mulheres que pagam um preço muito caro pelo fato de não ser brancas” (idem, 1988b, p. 14).

Conforme salientado pela autora, a conscientização da opressão sobre a realidade histórica para mulheres “amefricanas” do Brasil e de outros países da região, e também para as “ameríndias” ocorre, antes de qualquer coisa, a partir da exploração racial e discriminação de

classe, elementos básicos da luta comum de homens e mulheres pertencentes a uma etnia subordinada. De acordo com Gonzalez (1988b, p. 18), “foi dentro da comunidade escravizada que se desenvolveram formas político-culturais de resistência que hoje nos permitem continuar uma luta plurissecular de liberação”.

Válido também destaque para Sueli Carneiro (2003) que nomeia esta ação de superação a um feminismo excludente, de “enegrecer o feminismo”, ou seja, designar a trajetória de mulheres negras no interior do movimento feminista brasileiro. Esta proposta advém da compreensão de que a unicidade de uma imagem de mulher cristalizada pela identidade branca e ocidental da formulação clássica feminista é insuficiente em termos teóricos e práticos para a sociedade multirracial e pluricultural. É preciso politizar as desigualdades de gênero considerando as especificidades de grupos existentes dentro do grupo das mulheres – reconhecer as especificidades acarreta na luta por demandas específicas.

Portanto, para nós se impõe uma perspectiva feminista na qual o gênero seja uma variável teórica, mas como afirmam Linda Alcoff e Elizabeth Potter, que não “pode ser separada de outros eixos de opressão” e que não “é possível em uma única análise. Se o feminismo deve liberar as mulheres, deve enfrentar virtualmente todas as formas de opressão”. A partir desse ponto de vista, é possível afirmar que um feminismo negro, construído no contexto de sociedades multirraciais, pluriculturais e racistas – como são as sociedades latino-americanas – tem como principal eixo articulador o racismo e seu impacto sobre as relações de gênero, uma vez que ele determina a própria hierarquia de gênero em nossas sociedades (CARNEIRO, 2003, p. 50).

Carneiro (2003) denuncia a relação de coisificação da mulher negra na sociedade como reflexo de seu passado, quando servia às “frágeis sinhazinhas” e eram vítimas dos abusos dos senhores de engenho – esse contexto se reflete em uma relação que não parece ter sofrido grandes rupturas já que mulheres negras são “hoje, empregadas domésticas de mulheres liberadas e dondocas, ou de mulatas tipo exportação” (idem, 2003, p. 49-50).

A autora questiona a quem se refere o mito da fragilidade feminina, justificativa histórica para a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres. Mulheres negras, que nunca foram tratadas como frágeis, não reconhecem este mito.

Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas... Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar! Fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto. Ontem, a serviço de frágeis sinhazinhas e de senhores de engenho tarados (CARNEIRO, 2003, p.49).

Evidencia-se então que o racismo rebaixa o status dos gêneros – “o racismo superlativa os gêneros por meio de privilégios que advêm da exploração e exclusão dos gêneros subalternos. Institui para os gêneros hegemônicos padrões que seriam inalcançáveis em uma competição igualitária” (CARNEIRO, 2003, p. 3).

Os estudos na perspectiva de estudiosas negras evidenciam os limites e a fragilidade da ação política de mulheres brancas quando não apresentam elementos de consciência sobre a supremacia branca e as consequências disso na vida de uma mulher negra.

Quando falamos em romper com o mito da rainha do lar, da musa idolatrada dos poetas, de que mulheres estamos falando? As mulheres negras fazem parte de um contingente de mulheres que não são rainhas de nada, que são retratadas como antimusas da sociedade brasileira, porque o modelo estético de mulher é a mulher branca. Quando falamos em garantir as mesmas oportunidades para homens e mulheres no mercado de trabalho, estamos garantindo emprego para que tipo de mulher? Fazemos parte de um contingente de mulheres para as quais os anúncios de emprego destacam a frase: “Exige-se boa aparência” (CARNEIRO, 2003, p. 2).

Com Carneiro (2003), compreende-se o surgimento do feminismo negro a partir da perspectiva feminista na qual o gênero seja uma variável teórica que não se separa de outros eixos de opressão exigindo, assim, análises múltiplas. Desta forma, o feminismo negro se constrói no contexto de sociedades multirraciais, pluriculturais e racistas, tendo como principal eixo articulador o racismo e seu impacto sobre as relações de gênero.

Desta forma, o racismo é determinante na própria hierarquia de gênero.

O racismo estabelece a inferioridade social dos segmentos negros da população em geral e das mulheres negras em particular, operando ademais como fator de divisão na luta das mulheres pelos privilégios que se instituem para as mulheres brancas. Nessa perspectiva, a luta das mulheres negras contra a opressão de gênero e de raça vem desenhando novos contornos para a ação política feminista e antirracista, enriquecendo tanto a discussão da questão racial, como a questão de gênero na sociedade brasileira (CARNEIRO, 2002, p. 3).

Deste modo, percebe-se que houve uma grande movimentação para que mulheres negras no Brasil tivessem suas demandas atendidas e conseguissem se fortalecer nos debates de gênero com a formulação do feminismo negro – esse novo olhar feminista e antirracista possibilita uma renovação da identidade política da mulher negra (CARNEIRO, 2002). Evidencia-se também a influência das teorias norte-americanas que se mostraram férteis para o contexto brasileiro. As discussões sobre a marginalidade de mulheres negras vão se construindo em um intercâmbio e se mostrando cada vez mais presentes nas pautas de gênero e raça.

2. O CONCEITO DE INTERSECCIONALIDADE

Na trajetória do movimento feminista, é possível perceber importantes tensionamentos quando se problematiza que o feminismo tinha enquanto “lugar de fala” as feministas brancas e heterossexuais. O ponto de partida é que o feminismo se consolidou enquanto movimento de representação de apenas um ponto de vista, a saber o das mulheres brancas, heterossexuais, de classe média e localizadas no ocidente.

Conforme apontado por Adriana Piscitelli (2008), no final da década de 1980, com as publicações de textos críticos sobre gênero e suas constituições como referências clássicas nas discussões contemporâneas passou-se a questionar “os pressupostos embutidos nas primeiras formulações de gênero, as perspectivas sobre poder que estavam informando várias linhas de análises feministas e, também, a centralidade concedida ao gênero em termos das forças sociais que oprimem as pessoas” (PISCITELLI, 2008, p. 264).

Estes tensionamentos se converteram em produções e práticas a partir da experiência de mulheres negras, lésbicas e do terceiro mundo que criticavam a universalidade da condição de opressão – pauta do feminismo liberal. Tais ações promoveram alargamento no campo teórico e político do pensamento e ativismo feminista, que se dedicou cada vez mais a outros marcadores de desigualdade e opressão, sendo capaz de estratégias para analisar a relação entre diferentes categorias sociais e suas intersecções. No caso do feminismo negro, as categorias centrais eram gênero e raça.

Ina Kerner (2012) apresenta quatro modos de se estudar as relações entre racismo e sexismo que a) estabelece semelhanças; b) estabelece diferenças; c) estabelece acoplamentos e d) estabelece cruzamentos, entrelaçamentos ou intersecções.

O presente estudo se insere no quarto modelo de relação, e a proposta é ampliar as discussões sobre as teorias feministas que estabelecem a intersecção. Assim como Kerner (2012), parte-se do princípio de que:

[...] um modelo que abarque semelhanças, diferenças, ligações e intersecções tem efeitos muito mais benéficos para a compreensão das relações entre racismo e sexismo do que a tentativa de formular a relação em apenas uma dimensão e reduzi-la a um único termo como o da interseccionalidade ou da interdependência. Por isso semelhanças, diferenças, ligações e intersecções devem ser justapostas em vez de serem tratadas como alternativas teóricas. Por mais que essas relações sejam formadas de maneiras distintas, que racismo e sexismo sejam antes de tudo descritos como fenômenos separados entre si no que diz respeito à identificação de semelhanças e diferenças, e que, por outro

lado, justamente suas junções estejam em primeiro plano no que tange à classificação de ligações e intersecções, continuo partindo do pressuposto de que cada uma dessas definições da relação corresponde a certos ganhos cognitivos (KERNER, 2012, p. 48).

A compreensão que se tem no presente estudo é da interseccionalidade enquanto conceito/ação germinado a partir de experiências de mulheres negras, teorizado no bojo do feminismo negro norte-americano e que se expande permitindo uso para outros contextos e outros grupos. Surge enquanto sensibilidade que permite olhar como diferentes esferas de opressão colidem produzindo impactos mais ou menos violentos a partir da realidade que se problematiza.

É possível perceber um aumento em relação ao debate sobre o conceito de interseccionalidade a partir do diálogo anglófono recente entre teóricas dos Estados Unidos e de alguns países da Europa. De toda forma, o “levantamento histórico de seu percurso teórico, assim como suas distintas vertentes parecem ainda ser pouco explorados em termos de análises e teorizações sociais” (HENNING, 2015, p. 101).

Os trabalhos marcam a análise interseccional a partir principalmente de teóricas feministas dos Estados Unidos. Não há uma coesão nos olhares teóricos, a interseccionalidade é vista como “teoria, método, abordagem, paradigma, conceito, preocupação heurística, ‘lente de análise social’, base de trabalho analítico, metáfora analítica, etc.” (HENNING, 2015, p. 102).

Conforme evidenciado pelo autor, apesar do termo interseccionalidade ter sido cunhado na década de 80, pela teórica feminista estadunidense Kimberlé Crenshaw, a preocupação em entrelaçar as distintas formas de diferenciações/desigualdades sociais é anterior.

Nesta etapa do estudo apresentam-se três precursoras na denúncia das intersecções entre gênero e raça, produzindo resultados ignorados pela sociedade e que atingem violentamente mulheres negras.

2.1 Percursoras da interseccionalidade

Há então necessidade de se evidenciar a luta das mulheres e a elaboração de seus percursos intelectuais durante a história – “desde muito tempo, as mulheres negras vêm lutando para serem sujeitos políticos e produzindo discursos contra hegemônicos” (RIBEIRO, 2016, p. 19).

Sojourner Truth²³ é uma mulher importante na saga de intelectuais negras que ainda que não tenham produzido uma obra escrita, marcaram um período histórico na defesa pelos interesses e lutas das mulheres negras.

Truth foi uma mulher afro-americana escravizada e que após conquistar a liberdade, em 1827, tornou-se uma conhecida oradora abolicionista. Ela utilizou seu corpo²⁴ e sua voz para confrontar as normas sociais e construir novas maneiras de existir, desafiando discursos racistas e sexistas que desumanizavam as mulheres negras.

A participação de Sojourner Truth resistindo à hostilidade foi importante porque permitiu representatividade de suas irmãs negras – escravas e livres:

[...] ela trouxe um espírito lutador à campanha dos direitos das mulheres. Este foi o contributo único e histórico de Sojourner Truth. E no caso das mulheres brancas esquecerem que as mulheres negras não são menos mulheres que elas, a sua presença e o seu discurso serviu de constante recordação. As mulheres negras também iam obter os seus direitos (DAVIS, 2016, p. 51).

O discurso “Eu não sou uma mulher²⁵”, proferido por ela na I Convenção sobre os Direitos das Mulheres em Akron, em 1852, apresenta características que permitem compreensões sobre o caráter contra hegemônico das mulheres negras no contexto da escravidão e que podem ser estendidas até os dias atuais.

Sozinha, Sojourner Truth salvou o encontro de mulheres de Akron das zombarias disruptivas promovidas por homens hostis ao evento. De todas as mulheres que compareceram à reunião, ela foi a única capaz de responder com agressividade aos argumentos, baseados na supremacia masculina, dos ruidosos agitadores. Com seu inegável carisma e suas poderosas habilidades como oradora, Sojourner Truth derrubou as alegações de que a fraqueza feminina era incompatível com o sufrágio (DAVIS, 2016, p. 70).

Isso porque, conforme apontado por Davis (2016), seu discurso se pautou em uma lógica irrefutável e quando “o líder incompatível dos provocadores afirmou que era ridículo que as mulheres desejassem votar, já que não podiam sequer pular uma poça ou embarcar em uma

²³ Nascida em 1797 em um cativeiro em Swartekill, Nova Iorque, Isabella Baumfree adotou o nome de Sojourner Truth a partir de 1843 (RIBEIRO, 2017).

²⁴ Meredith Minister (2012) relata que Sojourner Truth tinha um corpo que, além de preto e feminino, era também incapacitado, visto que carregava marcas de um acidente de trabalho que feriu sua mão. A autora problematiza que embora a história desta importante mulher negra tenha sido explorada extensivamente a partir das perspectivas exclusivas de raça, feminilidade e deficiência, a erudição está apenas começando a considerar as relações entre esses estigmas. Isso reforça que a separação desses discursos em blocos separados de opressão não identifica como essas opressões se perpetuam e sustentam. Explorar a relação entre estes três estigmas de debilidade, feminilidade e alteridade racial no século XIX estabelece uma base para considerar como Sojourner Truth usou seu próprio corpo para navegar entre esses estigmas.

²⁵ Título original: Ain't I A Woman.

carruagem sem a ajuda de um homem” (DAVIS, 2016, p. 71). Truth questionou quem era esta mulher referida e proferiu:

Muito bem crianças, onde há muita algazarra alguma coisa está fora da ordem. Eu acho que com essa mistura de negros do Sul e mulheres do Norte, todo mundo falando sobre direitos, o homem branco vai entrar na linha rapidinho. Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açoite também! E não sou uma mulher? Eu pari 13 filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher? Daí eles falam dessa coisa na cabeça; como eles chamam isso... [alguém da audiência sussurra, “intelecto”]. É isso querido. O que é que isso tem a ver com os direitos das mulheres e dos negros? Se o meu copo não tem mais que um quarto, e o seu está cheio, porque você me impediria de completar a minha medida? Daí aquele homenzinho de preto ali disse que a mulher não pode ter os mesmos direitos que o homem porque Cristo não era mulher! De onde o seu Cristo veio? De onde o seu Cristo veio? De Deus e de uma mulher! O homem não teve nada a ver com isso. Se a primeira mulher que Deus fez foi forte o bastante para virar o mundo de cabeça para baixo por sua própria conta, todas estas mulheres juntas aqui devem ser capazes de conserta-lo, colocando-o do jeito certo novamente. E agora que elas estão exigindo fazer isso, é melhor que os homens as deixem fazer o que elas querem. Agradecida a vocês por me escutarem, e agora a velha Sojourner não tem mais nada a dizer (TRUTH, 2002, p. 47).

O discurso, feito de improviso, foi registrado pela feminista Frances Gages²⁶. A partir dele se tem dados para discutir a movimentação de mulheres deste período contra uma categoria hegemônica do ser mulher – categoria pela qual mulheres negras estavam negadas. A interseção da raça com o gênero surge como imperativo, trazendo nova significação ao termo mulher, que em busca da liberdade não poderia lutar apenas contra o patriarcado, mas também contra outras opressões que estivesse sujeita, neste caso, a opressão racista.

Ribeiro (2018) apresenta um poema de Truth no qual é possível perceber a crítica desta ativista em relação a mulheres de classe social privilegiada que estavam à frente do movimento feminista. No poema “*On woman’ dress poem*” a poeta diz “é melhor vocês reformarem a si

²⁶ Frances Gages é uma das autoras de um importante material da primeira onda do feminismo “The history of woman suffrage” (1881).

mesmas em primeiro lugar”, e essa estrofe “aponta para uma possível cegueira dessas mulheres em relação às mulheres negras no que diz respeito à perpetuação do racismo e como, naquele momento, esse fato não era considerado relevante como pauta feminista por elas” (RIBEIRO, 2017, p. 24).

Desta forma, “o que a voz de Sojourner traz, além de inquietações e necessidades de existir, é evidenciar que as vozes esquecidas pelo feminismo hegemônico já falavam há muito tempo. A questão a ser formulada é: por que demoraram tanto a serem ouvidas?” (RIBEIRO, 2017, p. 24).

Há também de se destacar a importante atuação de Sarah Grimké (1792-1873) e Angelina Grimké (1805-1879), conhecidas como as irmãs Grimké, que também ligaram a questão da escravidão à opressão das mulheres, promovendo discussão sobre a forma como as opressões se interseccionam.

Sarah e Angelina não estavam preocupadas, pelo menos não o exprimiram – em questionar a desigualdade social das mulheres. A sua principal prioridade era expor a essência desumana e imoral do sistema da escravidão e a responsabilidade especial das mulheres na sua perpetuação. Mas quando a supremacia masculina atacou-as, perceberam que enquanto não se defendessem como mulheres – e os direitos das mulheres em geral – ficariam para sempre impedidas de aceder à campanha de libertação dos escravos (DAVIS, 2016, p. 37-38).

Estas irmãs estavam profundamente envolvidas no movimento de abolição. Em 1836, com a escrita do panfleto “Um apelo às mulheres cristãs do Sul”, elas lutaram contra a escravidão. Em 1835, uma das irmãs, Angelina, escreveu uma carta de aprovação a William Lloyd Garrison que posteriormente publicou em seu jornal abolicionista, *The Liberator*.

Os textos e as leituras destas duas espantosas irmãs foram entusiasticamente recebidos por muitas mulheres que estavam ativas no movimento feminino antiescravidão. Mas alguns dos homens líderes na campanha abolicionista reclamaram que a questão dos direitos das mulheres confundiria e alienaria aqueles que estavam apenas interessados em derrotar a escravidão (DAVIS, 2016, p. 38).

A partir de Davis (2016) é possível compreender a atuação e as produções destas irmãs como precursoras da interseccionalidade, já que além de produzirem análises extensas do status da mulher também denunciaram a isenção dos “homens líderes na campanha abolicionista, que reclamaram que a questão dos direitos das mulheres confundiria e alienaria aqueles que estavam apenas interessados em derrotar a escravidão” (DAVIS, 2016, p. 38). Na sequência, um trecho de uma de suas cartas, apresentado por Davis (2016):

Um dia Bonaparte repreendeu uma senhora por se ocupar com política. “Senhor” disse ela “num país onde as mulheres são colocadas para morrer, é muito natural que as mulheres queiram saber os motivos disso”. E queridas irmãs, num país onde as mulheres são degradadas e brutalizadas, onde são expostas ao sangue humano debaixo do chicote – onde são vendidas, roubado os seus salários, tiradas dos seus maridos, saqueadas da sua virtude e da sua descendência; certamente nesse país é muito natural que as mulheres queiram saber a razão porque – especialmente quando esses ultrajes de sangue e horrores sem nome são praticados violando os princípios da nossa constituição (GRIMKÉ apud DAVIS, 2016, p. 38).

Tem-se então nesta militância das irmãs Grimke um chamado para que as mulheres se juntassem em uma tarefa urgente, compreendendo que a sua própria opressão se sustentava e perpetuava na continuidade da existência do sistema da escravatura.

Davis (2016) discute que a consciência destas irmãs permitiu compreender a inseparabilidade da luta da libertação dos negros e da luta da libertação das mulheres

[...] elas nunca foram apanhadas na armadilha ideológica de que uma luta era absolutamente mais importante do que outra. Elas reconheciam o carácter dialético da relação entre as duas causas. Mais do que outras mulheres na campanha contra a escravatura, as irmãs Grimke chamaram a urgência da inclusão constante da questão dos direitos das mulheres. Ao mesmo tempo que argumentavam que as mulheres nunca alcançariam a sua liberdade independentemente do povo negro (DAVIS, 2016, p. 39).

A partir do exposto, evidencia-se que mulheres negras denunciavam a indissociabilidade das opressões nos seus movimentos de luta. Estes relatos permitem mais do que mostrar uma “dissonância em relação à história dominante do feminismo, mas também a urgência por existir e a importância de evidenciar que mulheres negras historicamente estavam produzindo insurgências contra o modelo dominante e promovendo disputas de narrativas” (RIBEIRO, 2017, p. 24). Válido se desestabilizar verdades acerca da história e da existência de mulheres negras.

2.2 Perspectivas da Interseccionalidade

Pretende-se então discutir a interseccionalidade enquanto ferramenta analítica cunhada primeiramente por Kimberlé Crenshaw (1989). “Tal conceito reconhece que existe na atualidade um complexo de estruturas de opressão (múltiplas e simultâneas), que precisam ser analisadas como um sistema de desempoderamento” (KYRILLOS, 2017, p. 2).

Foi a partir de uma experiência pessoal que Kimberlé Crenshaw²⁷ voltou suas atenções para como ser mulher negra poderia estar situado em uma esfera que não estava sendo nem problematizada pelo movimento feminista nem pelo movimento negro.

Durante a graduação, no grupo de estudos com outros dois colegas negros, um deles foi o primeiro membro afro-americano aceito em uma consagrada agremiação de estudantes na Universidade de Harvard. Ela e seus colegas questionavam sobre como seria a reação das pessoas quando os três entrassem no espaço, que a princípio não contava com a participação de negros, e por isso foram preparados para enfrentar possíveis discriminações.

No momento do evento, o colega que entraria na fraternidade informou à Crenshaw e ao outro colega que eles não poderiam entrar pela porta da frente e prontamente eles responderam que não aceitariam esta discriminação racial. O caso é que a proibição da entrada não era por conta de serem negros, e sim porque Crenshaw era uma mulher. Os colegas decidiram que então não teria problema e fariam suas entradas pelas portas do fundo. A autora conta então que:

[...] enquanto dávamos a volta no edifício para entrar pela porta dos fundos, fiquei pensando que, embora tivéssemos assumido uma postura de solidariedade contra qualquer discriminação racial, essa solidariedade simplesmente havia desaparecido quando ficou claro que a discriminação não era racial, mas de gênero. Nesse momento, assumi um compromisso comigo mesma de entender esse fenômeno (CRENSHAW, 2002, p. 2).

A partir desta experiência e de encontro com inúmeras mulheres negras que já haviam vivenciado situações similares, Crenshaw começou a se dedicar na compreensão do fenômeno das formas de hierarquização entre gênero e raça, denominado de interseccionalidade, e como essas discriminações operam juntas, limitando as chances de sucesso.

Crenshaw²⁸ introduziu a teoria da interseccionalidade à teoria feminista em 1989, tornando-se a primeira pessoa a usar essa palavra nesse contexto de feminismo. Tem-se como

²⁷ Kimberlé Williams Crenshaw nasceu em 1959 em Canton, Ohio. Ela frequentou a faculdade em Cornell, onde seus diplomas incluíram foco em estudos de negros, e se formou na Harvard Law School, em 1984. Ela trabalhou para um juiz da Suprema Corte de Wisconsin após a graduação, desenvolvendo experiência em direito constitucional. Em 1986, se tornou professora na Faculdade de Direito da Universidade da Califórnia, em Los Angeles. Ela permaneceu na UCLA até o presente, embora também tenha assumido compromissos adicionais na Columbia Law School. Em 2011, fundou o Centro de Interseccionalidade e Estudos de Políticas Sociais em Columbia, com base em sua pesquisa e suas teorias da interseccionalidade que foram avançadas em seu ensaio germinal, “Mapeando as margens”. Ela é uma defensora dos direitos civis norte-americano e uma das principais estudiosas da teoria crítica da raça.

²⁸ Além de suas produções acadêmicas, Crenshaw também contribuiu para o desenvolvimento de políticas nos Estados Unidos e no exterior. Na década de 1990 ela estava na equipe jurídica de Anita Hill, uma advogada negra e acadêmica que acusou Clarence Thomas, da Suprema Corte, de assédio sexual. O trabalho de Crenshaw nesse caso

data oficial de introdução da interseccionalidade a publicação da autora em um artigo seminal de 1987 para o Foro Jurídico da Universidade de Chicago.

O artigo tentou mitigar o equívoco generalizado de que a experiência intersetorial é apenas devido à soma do racismo e do sexismo. Embora o conceito de interseccionalidade não fosse novo, não foi formalmente reconhecido até a teoria de Crenshaw. “Todas as mulheres são brancas; todos os negros são homens, mas alguns de nós somos corajosos”²⁹ – com o título de um livro da década de 80, a autora inicia o debate com uma crítica feminista negra a partir da consequência problemática da tendência de tratar a raça e gênero como categorias de experiência e análise mutuamente exclusivas.

Tem-se as mulheres negras como ponto de partida e a problemática posta é que as “concepções dominantes de discriminação nos condiciona a pensar em subordinação como desvantagem que se alonga em um único eixo categórico”³⁰ (CRENSHAW, 1989, p. 139).

Utilizando a interseccionalidade como categoria analítica, Crenshaw permite a compreensão de como as especificidades levam à marginalidade de mulheres negras nos discursos sobre direitos. “Interseccionalidade sugere que, na verdade, nem sempre lidamos com grupos distintos de pessoas e sim com grupos sobrepostos” (CRENSHAW, 2002, p. 4).

Um dos pontos é que dentro dos movimentos feministas e antirracistas, gênero e raça são vistos como problemas exclusivos. Tende-se a pensar estes problemas separadamente como se deveriam ser resolvidos um de cada vez.

Mulheres que desafiam as práticas discriminatórias defendidas por outros como sendo práticas culturais frequentemente se encontram em posição bastante precária. Por um lado, às vezes um grupo étnico ou racial pode facilmente desencadear duras críticas em relação às práticas de um outro grupo diferente, mesmo diante de abusos igualmente questionáveis dentro de sua cultura. Por outro lado, quando as mulheres permitem que contestações às tradições culturais patriarcais dentro de suas comunidades sejam silenciadas, elas perdem a

baseou-se em sua escrita sobre as intersecções de raça e gênero e as maneiras pelas quais o trabalho antirracista pode, às vezes, ignorar o gênero ou agravar os problemas enfrentados pelas mulheres de cor. Crenshaw também foi cofundadora do *African American Policy Forum*, em 1996, que foca na justiça social e na intersecção de gênero e raça. Ela também atuou no Comitê Nacional da Fundação para Pesquisas sobre Violência Contra a Mulher e no painel do Conselho Nacional de Pesquisa sobre Violência Contra a Mulher. Além dos Estados Unidos, Crenshaw esteve envolvida na Conferência Mundial das Nações Unidas sobre o Racismo e em outros fóruns internacionais sobre igualdade racial e de gênero.

²⁹ Título original: *All the Women Are White; All the Blacks Are Men, But Some of Us are Brave: Black Women's Studies* - Gloria T. Hull, et al, eds (The Feminist Press, 1982) - traduzido pela autora.

³⁰ Traduzido pela autora.

oportunidade de transformar práticas que são prejudiciais às mulheres em geral (CRENSHAW, 2002, p. 181).

Crenshaw (1989) destaca a importância no reconhecimento de que mulheres negras encontram raça e sexo como fatores combinados, mas que os limites da discriminação sexual e racial têm sido definidos, respectivamente, por mulheres brancas e a partir de experiências de homens negros. Desta forma, mulheres negras só têm seus pontos de vistas considerados quando suas experiências coincidem com as de um destes dois grupos, e nas práticas nas quais suas experiências são distintas, mulheres negras podem esperar pouca proteção – que obscurece completamente os problemas de interseccionalidade.

A interseccionalidade sugere que nem sempre se lida com grupos distintos de pessoas e sim com grupos sobrepostos. Desta forma, a denúncia é que as subordinações interseccionais não estão sendo analisadas nas discussões de gênero nem nas de raça, e quando problemas são categorizados como manifestações da subordinação de gênero de mulheres ou da subordinação racial de determinados grupos, trazem como consequência um duplo problema de superinclusão e de subinclusão.

Superinclusão, neste caso, seria partir do pressuposto de que todos os problemas seriam de mulheres: “a superinclusão ocorre na medida em que os aspectos que o tornam um problema interseccional são absorvidos pela estrutura de gênero, sem qualquer tentativa de reconhecer o papel que o racismo ou alguma outra forma de discriminação possa ter exercido em tal circunstância” (CRENSHAW, 2002, p. 174).

[...] a superinclusão ocorre na medida em que os aspectos que o tornam um problema interseccional são absorvidos pela estrutura de gênero, sem qualquer tentativa de reconhecer o papel que o racismo ou alguma outra forma de discriminação possa ter exercido em tal circunstância (CRENSHAW, 2002, p. 174).

Já a subinclusão é quando um grupo específico de mulheres subordinadas enfrenta um problema por serem mulheres, mas isto não é considerado como um problema de gênero por não atingir às mulheres do grupo dominante. “Em resumo, nas abordagens subinclusivas da discriminação, a diferença torna invisível um conjunto de problemas; enquanto que, em abordagens superinclusivas, a própria diferença é invisível” (idem, 2002, p. 176).

A autora problematiza a dificuldade de se identificar a discriminação interseccional em contextos moldados pelas forças econômicas, culturais e sociais que colocam as mulheres em uma posição onde acabam sendo afetadas por outros sistemas de subordinação.

Por ser tão comum, a ponto de parecer um fato da vida, natural ou pelo menos imutável, esse pano de fundo (estrutural) é, muitas vezes, invisível. O efeito disso é que somente o aspecto mais imediato da discriminação é percebido, enquanto que a estrutura que coloca as mulheres na posição de 'receber' tal subordinação permanece obscurecida. Como resultado, a discriminação em questão poderia ser vista simplesmente como sexista (se existir uma estrutura racial como pano de fundo) ou racista (se existir uma estrutura de gênero como pano de fundo) (CRENSHAW, 2002, p. 176).

A compreensão da discriminação como um problema interseccional requer então que as dimensões raciais ou de gênero sejam colocadas em evidência, como fatores que contribuem para a produção da subordinação, pois somente deste modo é possível análise aprofundada e a formulação de proposições de intervenções mais eficazes (CRENSHAW, 2002).

Existem diferentes formas de discriminação interseccional. A primeira é contra grupos específicos, que procuram mulheres que são específicas (interseccionais); a segunda é a discriminação múltipla ou composta, que trata da combinação entre as discriminações de gênero e raça; e a última seria a estrutural, quando não há discriminação ativa (CRENSHAW, 2002).

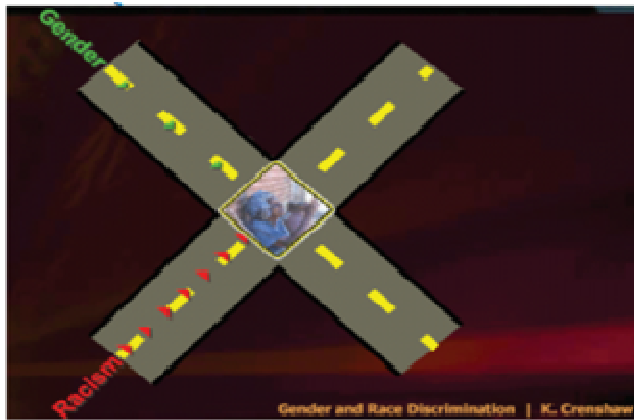
A discriminação contra grupos específicos é ocasionada por conta de propagandas e estereótipos. Ao enquadrar a mulher negra nestes estereótipos a consequência direta é no tratamento social que a ela é dado. A discriminação múltipla ou composta é quando as mulheres são afetadas de maneira específica por sofrerem discriminação de gênero e de raça.

Crenshaw (2002) traz o exemplo da experiência de mulheres negras em uma empresa norte-americana, a General Motors. A empresa não tinha mulheres negras como funcionárias, e quando estas mulheres foram reivindicar seus direitos e garantir espaço para suas participações neste local, não acharam meio de evidenciar a discriminação mista que sofriam. Não podiam acusar a empresa de machismo porque ela contratava mulheres, nem de racismo porque ela contratava negros.

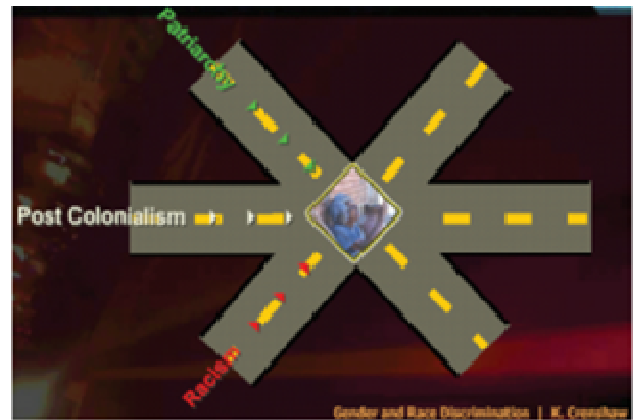
Questiona-se nomear o terceiro tipo de discriminação como fenômeno de discriminação, já que ele não se volta para grupos específicos. Não há um discriminador ativo. Em muitos casos, ela não resulta de políticas locais, mas de políticas internacionais, que têm efeito particular para as mulheres em decorrência da sua posição na estrutura socioeconômica (CRENSHAW, 2002).

Para a autora, considerar as zonas de intersecção possibilita uma análise aprofundada e a formulação de proposições de intervenções mais eficazes. Crenshaw trabalha com a ilustração de vias para explicar a atuação das intersecções, como visto na figura 1.

Figura 1 - Vias de intersecção Crenshaw



Discriminação de Gênero e Racial
 Gender = Gênero
 Racism = Racismo



Racism = Racismo
 Post Colonialism = Pós-Colonialismo
 Patriarchy = Patriarcado

Fonte: CRENSHAW (2002)

O esquema propõe compreender a sobreposição e o cruzamento dos sistemas de opressão, quando dois, três ou quatro eixos se entrecruzam.

As mulheres racializadas e outros grupos marcados por múltiplas opressões, posicionados nessas intersecções em virtude de suas identidades específicas, devem negociar o tráfego que flui através dos cruzamentos. Esta se torna uma tarefa bastante perigosa quando o fluxo vem simultaneamente de várias direções. Por vezes, os danos são causados quando o impacto vindo de uma direção lança vítimas no caminho de outro fluxo contrário; em outras situações os danos resultam de colisões simultâneas. Esses são os contextos em que os danos interseccionais ocorrem as desvantagens interagem com vulnerabilidades preexistentes, produzindo uma dimensão diferente do desempoderamento (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Neste sentido, é possível compreender como mulheres que se situam socialmente nas intersecções destas vias por conta de suas identidades de classe, religião e orientação sexual, dentre outras, vivenciam a discriminação e a vulnerabilidade de forma ainda mais intensa. Pensando na representação das vias proposta por Crenshaw:

Cada via representa um eixo de poder e o conjunto delas forma os terrenos sociais, políticos e econômicos. Uma avenida não exclui a outra. Pelo contrário: elas comumente se entrecruzam. Uma mulher negra lésbica está posicionada num ponto onde racismo, homofobia, discriminação por gênero e por classe se encontram, podendo ser atingida pelo tráfego de qualquer uma das direções e de todas elas ao mesmo tempo. Por isso, em muitas ocasiões é difícil dizer de onde vem o impacto ou, até mesmo, pode ocorrer de o dano ser causado quando o impacto vindo de uma direção projeta vítimas no caminho de outra via (GOMES, 2015, p. 60).

Mulheres de comunidades racialmente marginalizadas, quando se organizam para modificar suas condições, encontram grandes dificuldades porque ao fazer uma denúncia de uma opressão que ocorre dentro de sua comunidade, elas são acusadas de traição por estarem “constrangendo” sua comunidade, como se estivessem traindo os interesses de seu grupo.

Válido destacar que além de se constituir como uma perspectiva teórica, o conceito de interseccionalidade também é um facilitador nas realizações práticas que combatem a violação dos direitos das mulheres, pois trata “da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento” (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Piscitelli (2008) discute que esta formulação de Crenshaw retoma à ideia de patriarcado. E que sua linguagem parece remeter aos textos da década de 1970: patriarcalismo, experiência, subordinação – Crenshaw, em um caminho diferente das formulações feministas da segunda onda, considera que gênero não é o único fator de discriminação e que outros itens estariam operando em conjunto. “A autora utiliza reiteradamente termos como vulnerabilidade, desempoderamento, o que faz sentido quando se pensa em seu objetivo” (PISCITELLI, 2008, p. 267).

Porém, uma das problematizações apontadas por Piscitelli (2008) é que Crenshaw, sob uma perspectiva antropológica, generaliza a interseccionalidade pensando em casos de graves violações dos direitos humanos. Tal ação pode se mostrar frágil porque funde a ideia de diferença com a de desigualdade.

As leituras críticas sobre interseccionalidade consideram essa leitura de Crenshaw expressiva de uma linha sistêmica, que destaca o impacto do sistema ou a estrutura sobre a formação de identidades. Nesse sentido, problematizam outros aspectos dessa formulação. Questionam o fato de que gênero, raça e classe são pensados como sistemas de dominação, opressão e marginalização que determinam identidades, exclusivamente vinculadas aos efeitos da subordinação social e o desempoderamento (Prins, 2006). Outro problema apontado nessa abordagem é que nela o poder é tratado como uma propriedade que uns têm e outros não, e não como uma relação (PISCITELLI, 2008, p. 267).

Neste sentido, apresenta-se a interseccionalidade a partir de outra referência teórica, de Avtar Brah (2006). A autora se dedica à compreensão e (re)significação dos discursos sobre a diferença, alertando também a associação entre diferença, hierarquia e opressão e também à igualdade e diversidade. Conforme salientado por ela, os termos “diferença”, “diversidade”, “pluralismo” e “hibridismo” estão bastante presentes em debates atuais, e também nas discussões

do feminismo. Necessário considerar como esses temas ajudam a compreender a racialização do gênero.

Independente das vezes que o conceito é exposto como vazio, a “raça” ainda atua como um marcador aparentemente inerradicável de diferença social. O que torna possível que essa categoria atue dessa maneira? Qual é a natureza das diferenças sociais e culturais, e o que lhes dá força? Como, então, a diferença “racial” se liga a diferenças e antagonismos organizados em torno a outros marcadores como “gênero” e “classe”? Tais questões são importantes porque podem ajudar a explicar o tenaz investimento das pessoas em noções de identidade, comunidade e tradição (BRAH, 2006, p. 331).

Discute-se a problemática do essencialismo enquanto noção que transcenderia limites históricos e culturais. Revisitando os debates do feminismo, a autora sugere que “os feminismos negro e branco não devem ser vistos como categorias essencialmente fixas e em oposição, mas antes como campos historicamente contingentes de contestação dentro de práticas discursivas e materiais” (BRAH, 2006, p. 331). Neste mesmo caminho a argumentação se dá sobre a análise das interconexões entre racismo, classe, gênero, sexualidade ou outros marcadores de “diferença” que devem, então, considerar a posição dos diferentes racismos entre si.

A partir do questionamento se a irmandade (*sisterhood*) é global, Brah (2006) relata sua participação em 1985 na Conferência Internacional de Mulheres em Nairobi, onde cerca de dez mil mulheres de mais de 150 países se reuniram para discutir a subordinação universal da mulher como “segundo sexo”. De acordo com a autora, o aspecto mais notável desta conferência era a heterogeneidade das condições sociais:

[...] questões levantadas pelos diferentes grupos de mulheres presentes à conferência, especialmente as do Terceiro Mundo, serviram para sublinhar o fato de que os problemas que afetam as mulheres não podem ser analisados isoladamente do contexto de desigualdade nacional e internacional. Nosso gênero é constituído e representado de maneira diferente segundo nossa localização dentro de relações globais de poder. Nossa inserção nessas relações globais de poder se realiza através de uma miríade de processos econômicos, políticos e ideológicos (BRAH, 2006, p. 341).

Deste modo, ao considerar a inexistência de uma categoria unitária de mulher, o feminismo deve perceber esta classe enquanto signo construído por meio de configurações históricas e específicas das relações de gênero. “Seu fluxo semiótico assume significados específicos em discursos de diferentes ‘feminilidades’ onde vem a simbolizar trajetórias, circunstâncias materiais e experiências culturais históricas particulares” (BRAH, 2006, p. 341).

O foco analítico nesta discussão se coloca em uma edificação de sociedade baseada em diferentes categorias de mulheres dentro de processos estruturais e ideológicos mais complexos.

A crítica, bem próxima do discutido por Crenshaw, se faz em relação às perspectivas de movimentos feministas ocidentais que, desde a sua criação, não se atentam suficientemente aos processos de racialização do gênero, classe e sexualidade.

Processos de racialização são, é claro, historicamente específicos, e diferentes grupos foram racializados de maneira diferente em circunstâncias variadas, e na base de diferentes significantes de “diferença”. Cada racismo tem uma história particular. Surgiu no contexto de um conjunto específico de circunstâncias econômicas, políticas e culturais, foi produzido e reproduzido através de mecanismos específicos e assumiu diferentes formas em diferentes situações (BRAH, 2006, p. 344).

De acordo com Brah (2006), a partir da década de 80 começam a surgir dentro do movimento das mulheres como um todo uma ênfase na política da identidade. Neste processo houve dificuldade na construção de uma política de solidariedade, porque ao se identificar as especificidades de opressões particulares, e suas interconexões com outras formas de opressão, algumas mulheres começavam a diferenciar essas especificidades em hierarquias de opressão.

Supunha-se que o mero ato de nomear-se como membro de um grupo oprimido conferisse autoridade moral. Opressões múltiplas passaram a ser vistas não em termos de seus padrões de articulação, mas como elementos separados que podiam ser adicionados de maneira linear, de tal modo que, quanto mais opressões uma mulher pudesse listar, maior sua reivindicação a ocupar uma posição moral mais elevada (BRAH, 2006, p. 348).

Ao lançar mão do conceito de patriarcado, Brah (2006) problematiza relações patriarcais nos casos específicos em que as mulheres ocupam posições subordinadas – “a autora propõe uma análise macro, considerando simultaneamente subjetividade e identidade para compreender as dinâmicas de poder na diferenciação social” (PISCITELLI, 2008, p. 268).

O que se percebe é que enquanto Crenshaw busca compreender a atuação do racismo, o patriarcalismo e outras formas de opressão, Brah se dedica à compreensão da categoria diferença, evidenciando a ligação desta com diferentes formas de opressão.

Outra autora que se dedica à compreensão da interseccionalidade é Helena Hirata³¹ (2014), que coloca em debate a relação entre raça, classe e gênero, evidenciando que são conceitos indissociáveis. A análise é feita a partir de um ponto de vista situado, pois surge do

³¹ Hirata (2014) desenvolve sua pesquisa na prática do *care*, ou seja do cuidado, evidenciando a desvalorização deste trabalho em sua relação com sexo, classe e raça. De acordo com a autora há duas possibilidades para esta desvalorização. A primeira parte de teorias feministas que a associam como continuidade da desvalorização do trabalho doméstico executado de forma não remunerada pelas mulheres. A segunda possibilidade seria a relação entre a vulnerabilidade e falta de cidadania dos que são cuidados (idosos, portadores de deficiência) com a vulnerabilidade dos cuidadores, que são também de uma subcategoria – mulheres negras.

reconhecimento da necessidade de se partir de um ponto de vista próprio à experiência da conjunção das relações de poder de sexo, raça e classe, e não mais somente à experiência dos lugares ocupados por mulheres.

Hirata (2014) analisa o conhecimento situado (também chamado de perspectiva parcial) a partir dos conceitos de interseccionalidade ou consubstancialidade da teoria feminista. Estes conceitos partem da problematização de que o concebido como natural e universal incorporam somente a visão de mundo das pessoas que criaram essa ciência: homens, brancos, ocidentais e das classes dominantes.

A autora inclui no debate o conceito consubstancialidade, desenvolvido em 1970 por Danièle Kergoat, e discute que embora apresente diferenciações do conceito de interseccionalidade de Crenshaw, tem em comum o fato de propor a não hierarquização das formas de opressão.

A crítica de Kergoat ao conceito interseccionalidade é por este remeter a uma ideia de cartografia, o que gera naturalização das categorias analíticas – a multiplicidade de categorias mascararia as relações sociais.

Essa crítica é aprofundada na introdução do seu recente livro, *Se battre disent-elles* (2012), pelos seguintes pontos: 1) a multiplicidade de pontos de entrada (casta, religião, região, etnia, nação etc., e não apenas raça, gênero, classe) leva a um perigo de fragmentação das práticas sociais e à dissolução da violência das relações sociais, com o risco de contribuir à sua reprodução; 2) não é certo que todos esses pontos remetem a relações sociais e talvez não seja o caso de colocá-los todos num mesmo plano; 3) os teóricos da interseccionalidade continuam a raciocinar em termos de categorias e não de relações sociais, privilegiando uma ou outra categoria, como por exemplo a nação, a classe, a religião, o sexo, a casta etc., sem historicizá-las e por vezes não levando em conta as dimensões materiais da dominação (KERGOAT, 2012 apud HIRATA, 2014, p. 65).

Danièle Kergoat discute os conflitos de classe, de gênero e os raciais evidenciando a tendência de eles serem concebidos, interpretados e enfrentados isoladamente. A autora analisa desenvolvimentos no campo dos estudos feministas e da sociologia do trabalho que apontam para a interdependência dessas categorias sociais, tanto no plano teórico como na prática de movimentos sociais de mulheres e trabalhadoras.

A autora traz que o conceito de interseccionalidade não auxilia na compreensão de uma relação de dominação móvel e historicamente determinada, já que parte das relações em posições fixas, dividindo as mobilizações em setores, repetindo a ação pela qual o discurso dominante naturaliza e enquadra os sujeitos em identidades previamente definidas.

Em seguida, um imperativo histórico: o caráter dinâmico das relações sociais é central para a análise. Elas devem ser historicizadas, pois possuem uma estrutura que permite sua permanência, mas também passam por transformações que correspondem a períodos históricos e a eventos que podem acelerar seu curso. No entanto, não se deve jamais historicizar uma relação social em detrimento de outras. Isso significaria transformar a relação em categorias caracterizadas pela metaestabilidade (KERGOAT, 2010, p. 100).

Destaque para o fato de que as categorias de interseccionalidade de Crenshaw e substancialidade de Kergoat possuem semelhanças, já que estas duas teorias problematizam a excessiva unilateralidade nos debates feministas na metade do século passado.

Assim como Hirata (2014), defende-se neste estudo o uso do conceito interseccionalidade ao invés de consubstancialidade, porque a análise interseccional permite a compreensão da atuação de diferentes formas de opressão para além das que se fazem presentes nas categorias de raça, classe e gênero. Há outras identidades fundamentais que se imbricam e situam o sujeito nas relações cotidianas de poder, como religião, orientação sexual etc. Compreende-se interseccionalidade como “uma das formas de combater as opressões múltiplas e imbricadas, e, portanto, como um instrumento de luta política” (HIRATA, 2014, p. 69).

Nas referências sobre autoras precursoras da interseccionalidade encontra-se, a partir de Patrícia Mattos (2011), as autoras alemãs Nina Degele e Gabriele Winker como potencializadoras para as pesquisas interseccionais feministas, pós-coloniais e *queer*.

A novidade proposta por Degele e Winker (2007, 2008 e 2009) é a formulação de um conceito *Intersektionalität* (interseccionalidade) que permita articular a relação entre agência e estrutura, contemplando, de maneira adequada, também o nível das representações simbólicas para compreender a dinâmica da dominação social injusta (MATTOS, 2011, p. 2).

Mattos (2011) salienta que o conceito de *habitus* de Pierre Bourdieu, embora tenha conseguido com êxito relacionar agência e estrutura, não teria conseguido proporcionar uma análise propriamente interseccional dos três níveis (das estruturas sociais, das representações simbólicas e da identidade) juntamente com as categorias de diferenciação que naturalizam, produzem e reproduzem as desigualdades sociais.

O que as autoras da teoria da interseccionalidade colocam como desafio é desenvolver um conceito e métodos de pesquisa que permitam responder às seguintes questões: como evitar a sobreposição de categorias de diferenciação, simplificando e obscurecendo o diagnóstico a respeito da relação entre as causas e os efeitos das desigualdades sociais? Como não confundir as causas com os efeitos e vice-versa? Como não cair na armadilha de fazer análises “adicionais” e sobrepostas, que não permitam que se chegue a um diagnóstico preciso sobre as causas e os efeitos das desigualdades sociais? (MATTOS, 2011, p. 3).

Define-se então como categoria da abordagem interseccional a percepção das categorias de diferenciação e a consequente produção de efeito que se dá de forma distinta, dependendo do contexto analisado. A escolha das categorias de diferenciação nos diferentes níveis de análise deve considerar as causas e os efeitos da opressão, “reconhecendo sempre que a especificidade histórica e contextual distingue mecanismos que produzem, estabilizam, perpetuam e naturalizam desigualdades sociais por diferentes divisões categoriais” (MATTOS, 2011, p. 3).

Winker e Degele (2007, 2008 e 2009) propõem que para a investigação da estrutura social seja realizada uma redução de categorias em quatro – classe social, raça, gênero e corpo, para se analisar como essas categorias predeterminam o acesso ao mercado de trabalho e às posições no mercado de trabalho (MATTOS, 2011).

Os avanços destas duas autoras em relação a Pierre Bourdieu seriam a problematização da necessidade de “desenvolver pesquisas empíricas orientadas teoricamente que permitam perceber as mudanças reais ocorridas nas sociedades contemporâneas a partir da análise das práticas sociais, desvelando, assim, as formas de legitimação e justificação da dominação social injusta” (MATTOS, 2011, p. 3). Winker e Degler propõem “não só considerar os três níveis de análise – das estruturas sociais, da identidade e das representações simbólicas, mas também as diferentes categorias de diferenciação que, de distintas maneiras, geram e perpetuam formas de opressão, discriminação social e estereotipação” (idem, 2011, p. 3).

Concorda-se com Mattos (2011) da necessidade de se perceber que as categorias de diferenciação produzem efeitos distintos, dependendo do contexto analisado, bem como do nível de análise.

Portanto, a escolha das categorias de diferenciação nos diferentes níveis de análise deve levar em consideração esse aspecto levantado em relação às causas e aos efeitos, reconhecendo sempre que a especificidade histórica e contextual distingue mecanismos que produzem, estabilizam, perpetuam e naturalizam desigualdades sociais por diferentes divisões categoriais (MATTOS, 2011, p. 7).

Evitando o “essencialismo da diferença”, não se pode desconsiderar que o contexto social nas análises interseccionais, a análise do macro e o estudo das inter-relações são essenciais nos estudos sobre práticas de opressão, o que traz o desafio de:

[...] visualizar as ações recíprocas de diferentes categorias nos três níveis e colocá-las no centro da análise institucionais da implementação dessa lógica para a construção de uma análise interseccional. Para cumprir tal desiderato, faz-se necessário investigar os pressupostos da reprodução da força de trabalho no nível da estrutura; o novo “espírito do capitalismo” no nível das representações simbólicas e as novas formas de subjetivação baseadas na insegurança dos

agentes sociais no nível da identidade. Elas partem da suposição de que todas as categorias de diferença têm em comum a regulação da lógica de acumulação capitalista – sua estabilização e também desestabilização, mesmo que o significado de cada categoria se modifique, dependendo do contexto histórico (MATTOS, 2011, p. 8-9).

Evidencia-se com este mapeamento teórico uma ausência de convergência entre os pesquisadores interseccionais com relação à conceituação do termo e seu uso, e também em relação à escolha das categorias geradoras de desigualdades sociais.

3. ESTADO DO CONHECIMENTO EM INTERSECCIONALIDADE

Sendo a interseccionalidade um conceito cunhado no bojo do feminismo negro estadunidense e recebido por feministas negras brasileiras, mas de forma ainda pouco difundida, esta parte da pesquisa busca compreender mais sobre o conceito a partir da sua recepção por pesquisadores/as brasileiros. O objetivo é apresentar um estado de conhecimento para se desvelar o que se tem produzido na perspectiva interseccional, contribuindo para a ampliação das discussões acerca das sobreposições de opressão que afetam de sobremaneira a mulher negra a partir de reflexões da existência e recorrência da produção de pesquisas sobre o conceito.

O estado de conhecimento em interseccionalidade se fundamenta na identificação, registro, organização e categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo. Seu uso pode ser justificado, pois ao mesmo tempo que possibilita uma visão geral do que foi ou vem sendo produzido,

[...] permite realizar uma ordenação do progresso das pesquisas e de temas emergentes e priorizados em cada período, bem como desvendar suas características e foco, além de identificar as contribuições e avanços encontrados pelas/os autoras/es e de divulgar e conferir maior visibilidade as produções existentes (MULLER, 2015, p. 166).

Conforme apontado por Muller (2015), a etapa inicial do estado de conhecimento é a “coleta de dados e a organização do material apurado segundo critérios prévios de análise, tendo como diretriz inicial alguns procedimentos” (MULLER, 2015, p. 170). A autora sugere como procedimento “fichamento, levantamento de dados, agrupamento quantitativo e qualitativo de dados, de termos, temas, áreas, criação de mapas, tabelas e gráficos para facilitar o controle, leitura e revisão permanentes” (MULLER, 2015, p. 170), que são ações que permitem a elaboração de uma síntese das análises realizadas com possibilidade de rever e atualizar os dados sobre diferentes aspectos do material obtido.

Esta etapa do estudo se estabelece a partir dos seguintes procedimentos metodológicos: levantamento dos dados no banco de teses e dissertações da CAPES com o descritor Interseccionalidade e o recorte temporal 2005 -2015; coleta dos dados; organização dos dados em quadro; análise descritiva dos dados e possíveis implicações.

A busca inicial identificou 56 registros de produções, sendo que uma destas publicações não estava disponível em português³² e outras nove utilizavam do conceito em contextos desconexos à discussão do presente estudo³³. As 46 produções foram organizadas em uma tabela, que apresenta dados importantes sobre cada uma das produções: título da produção; autoria; ano de publicação; área e instituição/estado no qual a pesquisa se desenvolve. Na tabela 2 a seguir, as marcações D e T referem-se, respectivamente, a dissertações de mestrado e teses de doutorado.

³² A dissertação de Carla Denise Grudtner (2014), produzida em Estudos Linguísticos e Literários, estava disponível apenas em língua inglesa.

³³ 1. A tese “As Filhas do vento e o Céu de Suely: sujeitos femininos no cinema da retomada” aparece duplicada, com autoria de Tania Mara Moyses em um resultado, e Sumaya Machado Lima em outro. Na tese publicada a autoria oficial pertence a Lima (2010); 2. As teses de Elmara Pereira de Souza (2013) e Maria Carolina Santos de Souza (2013), porque discutem interseccionalidade como conceito advindo das subjetividades em ambiente virtual; 3. As teses de Marcia de Freitas Cordeiro (2015), Gilmara dos Santos Oliveira Vergara (2015), Rocha-Ramos (2014) e Alberico Salgueiro de Freitas Neto (2015), que trabalham a perspectiva de interseccionalidade em outra perspectiva que não a do feminismo negro. 5. A tese de Claudia Embirussu Barreto (2015), na qual interseccionalidade é problematizada a partir de referenciais teóricos do campo da ciência da computação.

Tabela 2 - Levantamento CAPES Interseccionalidade 2005 - 2015

Banco de Teses e Dissertações da CAPES - Palavra-chave: Interseccionalidade					
Tipo	Título	Autoria	Ano	Área	Instituição/Estado
D	Um olhar interseccional sobre feminismos, negritudes e lesbianidades em Goiás	Vanilda Maria de Oliveira	2006	Sociologia	Universidade Federal de Goiás/GO
D	Cassandra Rios de lágrimas: uma leitura crítica dos inter(ditos)	Maria Isabel de Castro Lima	2009	Literatura	Universidade Federal de Santa Catarina/SC
D	Desigualdade e identidade no serviço doméstico: intersecções entre classe, raça e gênero	Neville Júlio de Vilasboas e Santos	2010	Sociologia	Universidade Federal de Goiás/GO
D	Conceição do Coité em “quadrado”: retratos da violência contra as mulheres (1980-1998)	Zuleide Paiva da Silva	2010	Estudos interdisciplinares sobre mulheres, gênero e feminismo	Universidade Federal da Bahia/BA
T	As filhas de vento e o Céu de Suely: sujeitos femininos no cinema da Retomada	Sumaya Machado Lima	2010	Literatura	Universidade Federal de Santa Catarina/SC
D	O conceito de gênero nas políticas públicas que orientam atenção à saúde da mulher: revisão integrativa da literatura	Leila Alcina Correia Vaz Bustorff	2010	Enfermagem	Universidade Federal da Paraíba/PB
D	Direitos Sexuais e políticas públicas: o combate à discriminação para a concretização dos Direitos Humanos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) no Estado do Pará	Samuel Luiz de Souza Junior	2011	Direito	Universidade Federal do Pará/PA
T	Entre vapores e dublagens: dissidências homo/eróticas nas tramas do envelhecimento	Fernando Altair Pocy	2011	Educação	Universidade Federal do Rio Grande do Sul/RS
D	Ó pai, prezada! Racismo e sexismo institucionais tomando bonde no conjunto penal feminino de Salvador	Carla Adriana da Silva Santos	2012	Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo	Universidade Federal da Bahia/BA

Tipo	Título	Autoria	Ano	Área	Instituição/Estado
D	Interseccionalidade entre raça e surdez: a situação de surdos (as) negros (as) em São Luís – MA	Francisco José Roma Buzar	2012	Educação	Universidade de Brasília/DF
D	A construção social da Saúde reprodutiva no Brasil: um olhar na perspectiva da interseccionalidade de gênero e raça	Heloísa Helena da Silva Duarte	2012	Saúde Coletiva	Universidade do Vale do Rio dos Sinos/RS
D	Mulheres negras soropositivas e as Interseccionalidades entre Gênero, Classe e Raça/Etnia	Angelita Alves de Toledo	2012	Serviço Social	Universidade Federal de Santa Catarina/SC
D	Violência contra as mulheres e interfaces com o racismo: o desafio da articulação de gênero e raça	Terlúcia Maria da Silva	2013	Ciências Jurídicas	Universidade Federal da Paraíba/PB
D	Sobre subalternidades e enfrentamentos: sexualidade, poder e agenciamentos na experiência de mulheres prostitutas	André Geraldo Ribeiro Diniz	2013	Psicologia	Universidade Federal de MG/MG
T	Interseccionalidade gênero/raça/etnia e a Lei Maria da Penha: discursos jurídicos brasileiros e espanhóis e a produção de subjetividade	Raquel Da Silva Silveira	2013	Psicologia Social e institucional	Universidade Federal do Rio Grande do Sul/RS
D	Discriminação múltipla como discriminação interseccional: o direito brasileiro e as intersecções de raça, gênero e classe	Rodrigo da Silva	2013	Direito	Centro Universitário Ritter dos Reis/RS
D	Conectadas uma análise de práticas de ajuda-mútua feminina na era das Mídias Digitais'	Lara Roberta Rodrigues Facioli	2013	Sociologia	Universidade Federal de São Carlos/SP
D	Processos de territorialização em espaços marginais: estudo exploratório e descritivo das vivências de homens que fazem sexo com outros homens na cidade de Praia Grande/SP	Alexandre da Silva	2013	Interdisciplinar em Ciências da Saúde	Universidade Federal de São Paulo/SP
D	Os direitos sexuais e reprodutivos da mulher e a atuação estatal: o respeito à diferença múltipla como fator orientador de políticas públicas de gênero	Mayara Alice Souza Pegorer	2013	Ciência Jurídica	Universidade Estadual do Norte do Paraná/PR

Tipo	Título	Autoria	Ano	Área	Instituição/Estado
D	Mulheres negras em Jacutinga: sobre interseccionalidade e empoderamento	Alexandre dos Santos Monteiro	2014	Relações Étnico-Raciais	Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca/RJ
D	Os entre-lugares: um olhar sobre sujeitos surdos-homossexuais	Jouber Silvestre da Silva Candido	2014	Sociologia	Universidade Federal de Goiás/GO
D	Os tambores das 'yabás': raça, sexualidade, gênero e cultura no bloco afro Ilú obá de Min	Valeria Alves de Souza	2014	Ciência Social	Universidade de São Paulo/SP
D	Os significados do uso de álcool entre os/as jovens quilombolas de Garanhuns/PE: uma perspectiva interseccional	Roseane Amorim da Silva	2014	Psicologia	Universidade Federal de Pernambuco/PE
D	Mulheres Invisíveis: uma análise da influência dos estereótipos de gênero na vida de mulheres encarceradas	Debora Cheskys	2014	Direito	Pontifícia Universidade Católica/RJ
D	“Recordar é preciso”: Conceição Evaristo e a intelectualidade negra no contexto do movimento negro brasileiro contemporâneo (1982-2008)	Barbara Araújo Machado	2014	História	Universidade Fluminense/RJ
D	Trabalhadora doméstica - patriarcalismo, interseccionalidades de gênero e raça e situação no mercado de trabalho no Brasil	Marco Antônio Redinz	2014	Direito	Pontifícia Universidade Católica/RJ
T	Resistindo à tempestade: a interseccionalidade de opressões nas obras de Carolina Maria e Maya Angelou	Marcela Ernesto dos Santos	2014	Letras	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/SP
D	Corpos em movimento, educação em questão: a trajetória escolar das travestis negras	Patrícia Gabrielle Oliveira Rodrigues	2014	Relações Étnico-Raciais	Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca/RJ

Tipo	Título	Autoria	Ano	Área	Instituição/Estado
T	Elementos teopedagógicos afrocentrados para superação da violência de gênero contra as mulheres negras: diálogo com a comunidade-terreiro Ilé àşę yem ojà omi olodò e o acolhimento que alimenta a ancestralidade	Lilian Conceição da Silva Pessoa de Lira	2014	Teologia	Escola Superior de Teologia/RS
D	Grupo de mulheres negras Mãe Andresa: marcações identitárias de gênero e raça na produção de estratégias contra o racismo e o machismo	Ana Nery Correia Lima	2014	Ciências Sociais	Universidade Federal do Maranhão/MA
D	No Feirão do Chope: um estudo antropológico sobre intersecções entre marcadores sociais da diferença em um bar na região periférica de Goiânia	Bruno dos Santos Hammes	2015	Antropologia Social	Universidade Federal de Goiás/GO
D	As intervenções com homens autores de violência doméstica contra as mulheres ante suas bases teórico-metodológicas e perspectivas políticas: as experiências no estado de Minas Gerais	João Paulo Bernardes Gonçalves	2015	Psicologia	Universidade Federal de Minas Gerais/MG
T	Mulheres negras, negras mulheres: ativismo na capital baiana (1980-1991)	Ana Cristina Conceição Santos	2015	Educação	Universidade Federal do Ceará/CE
D	Penalidade e privilégio: a falsa representação dos homens negros homossexuais	Ana Carolina Wellington Costa Gomes	2015	Direito Político e Econômico	Universidade Presbiteriana Mackenzie/SP
D	Concepções de violência e interseccionalidade: análise em um centro de referência de atendimento a mulheres em situação de violência	Thalita Rodrigues	2015	Psicologia	Universidade Federal de Minas Gerais/MG
D	Tecendo o futuro: vivências de mulheres negras em uma perspectiva intergeracional e familiar	Débora Brasil Miranda	2015	Direitos Humanos e Cidadania	Universidade de Brasília/DF

Tipo	Título	Autoria	Ano	Área	Instituição/Estado
D	Trajetórias militantes e feminismos divergentes: transgressão, institucionalização e transeccionalidade	Mariana Passos Dutra	2015	Sociologia	Universidade Federal Fluminense/RJ
D	Além dos muros da escola: um estudo sobre educação popular e o projeto Promotoras Legais Populares de Campinas (SP)	Cintia Isabel Patti	2015	Educação	Pontifícia Universidade Católica de Campinas/SP
D	Desigualdades de gênero e intragênero: um estudo acerca das representações sociais do envelhecimento	Fernanda Ferreira de Jesus	2015	Ciências Sociais	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia/BA
D	“Quando não tem bebida, morga logo!” Um estudo interseccional sobre juventude e consumo de álcool	Leyllyanne Bezerra de Souza	2015	Psicologia	Universidade Federal de Pernambuco/PE
D	“Tá dentro, não tá fora”: subjetividade, interseccionalidade e experiências de adoecimento de mulheres negras com doença falciforme	Eliana Costa Xavier	2015	Psicologia	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul/RS
D	Rés negras, judiciário branco: uma análise da interseccionalidade de gênero, raça e classe na produção da punição em uma prisão paulistana	Enedina do Amparo Alves	2015	Ciências Sociais	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/SP
T	A vivência de mulheres em cargos executivos em grandes empresas: uma análise interseccional das desigualdades de gênero e de raça	Edilene Machado Pereira	2015	Ciências Sociais	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/SP
D	Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade	Viviane Vergueiro Simakawa	2015	Programa Multidisciplinar Cultura e Sociedade	Universidade Federal da Bahia/BA
D	Perspectivas de rappers brancos/as brasileiros/as sobre as relações raciais: um olhar sobre a branquitude	Jorge Hilton de Assis Miranda	2015	Educação e Contemporaneidade	Universidade Estadual da Bahia/BA

Tipo	Título	Autoria	Ano	Área	Instituição/Estado
D	Baianas de acarajé contra FIFA: um estudo de caso sobre desenvolvimento e colonialidade	Larissa da Silva Araújo	2015	Direitos Humanos e Cidadania	Universidade de Brasília/DF
T	Morra para se libertar: estigmatização e violência contra travestis'	Valeria Melki Busin	2015	Psicologia Social	Universidade de São Paulo/SP

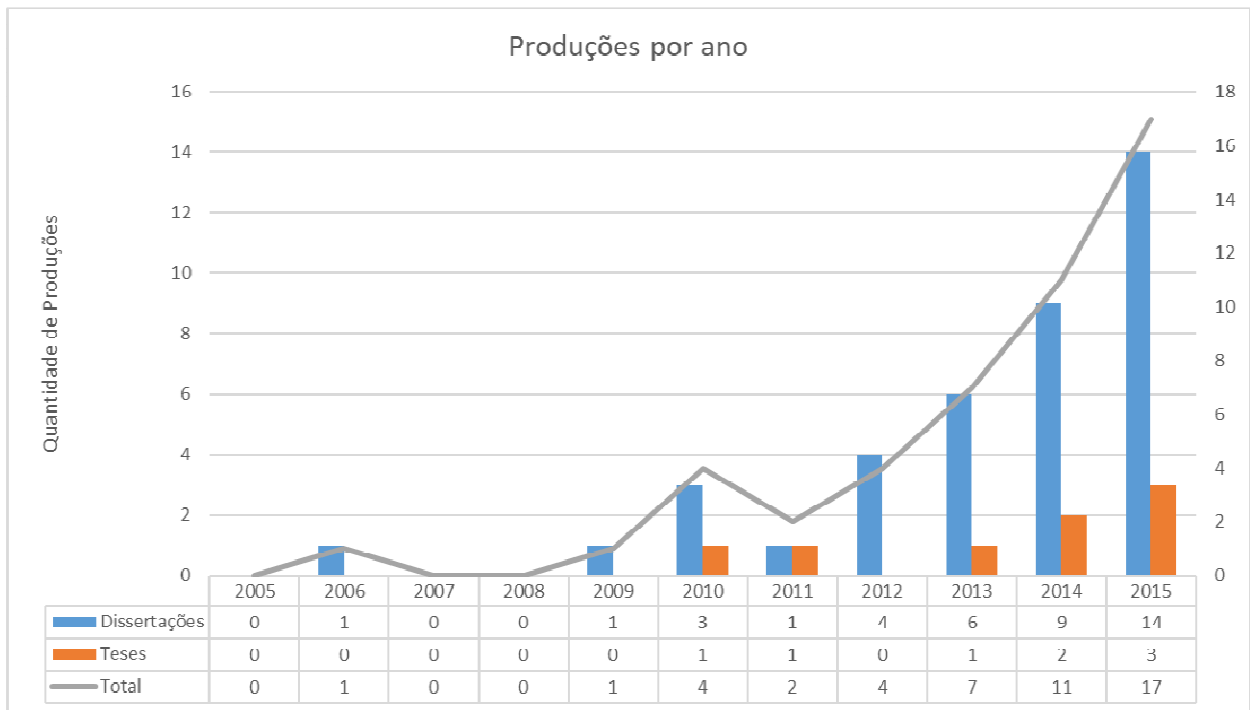
Fonte: Elaborada pela autora (2017)

3.1 O perfil das pesquisadoras e dos pesquisadores

O conceito de interseccionalidade, conforme discutido nesta pesquisa, foi cunhado na década de 80 por Crenshaw. A proposta do presente estudo ao se propor compreender a dedicação de pesquisadores/as sobre a perspectiva interseccional entre os anos de 2005 e 2015 permite um panorama sobre a recepção do conceito de interseccionalidade nas pesquisas brasileiras 25 anos após sua conceituação teórica.

Conforme apresentado no Gráfico 1, no ano de 2005 não há registro de pesquisas com esse descritor no banco de teses. O primeiro registro é de 2006, em um programa de Sociologia. Nos anos de 2007 e 2008 novamente não há registros, e a partir de 2009 há uma constante de crescimento nas produções.

Gráfico 1 - Produções por ano



Fonte: Elaborada pela autora (2017)

Ainda pelo gráfico, analisando a divisão das produções em grau de mestre ou doutoramento, tem-se um número muito maior de dissertações (39) em comparação às teses (oito). E, conforme evidencia o gráfico 1, ainda que haja aumento do número de teses ao longo dos anos, este número sempre é inferior ao de dissertações produzidas.

É possível trilhar alguns caminhos de hipótese para este aumento exponencial nas produções, equacionando que sua grande maioria se concentra na discussão das discriminações raciais. Todavia, esta análise precisa evidenciar que não é possível a afirmação de que estas produções estão sendo feitas por pesquisadores/as negros/as, já que nem sempre este dado aparece no corpo do estudo.

Quando estes pertencimentos foram salientados nas introduções ou trajetórias, considerando a importância de dar visibilidade para as produções intelectuais negras, realizaram-se recortes que permitem não só evidenciar o pertencimento negro da/o pesquisadora/a como também a ligação de tal pertencimento como motivação para a perspectiva interseccional.

É o caso de Carla Adriana da Silva Santos (2012), que se auto apresenta como mulher negra, vinda das camadas populares de Salvador, e que por essa origem tem conhecimentos importantes sobre as dificuldades no acesso à justiça, enfrentadas por mulheres como ela, e a partir de tal vivência se propõe a desenvolver um estudo para dar visibilidade para as práticas de violência institucional contra mulheres negras no sistema prisional protagonizados por homens presos e por servidores do Estado.

Patrícia Gabrielle Oliveira Rodrigues (2014), se coloca em sua trajetória como mulher negra, evidenciando os enfrentamentos no espaço educacional, e pontua que para sua formação enquanto estudante negra foi primordial estar imersa em uma rede de solidariedade, no contexto da autora, o coletivo Sankofa. A partir destas experiências a autora desenvolve seu estudo sobre heteronormatividade e os privilégios da branquitude a partir de investigação formulada com travestis negras no desvelamento de práticas de discriminação no ambiente escolar.

Bastante interessante também o modo como Edilene Machado Pereira (2015) inclui a importância de sua trajetória no desenvolvimento da pesquisa que desenvolve sobre mulheres negras em cargos de poder. Narra então que sua mãe, responsável pelo sustento familiar, quando trocou de uma ocupação remunerada pelo trabalho doméstico não foi valorizada socialmente, o que tirou dela autonomia, deixando-a dependente financeira e emocionalmente do marido.

A pesquisadora conta que sempre se interessou por leituras, por onde diz que sua mente podia vivenciar aventuras e sonhar com histórias – a partir deste interesse por ler, com suas experiências pessoais ela passou a se interessar por autores que trabalhavam com a temática das relações raciais no Brasil, se percebendo assim como adolescente negra.

Assim, a minha subjetividade foi se construindo e se deu por meio da inter-relação com outras subjetividades, na escola com as colegas, no mundo da

leitura e entre a própria família. Costumava observar, na escola, que com o passar dos anos o número de colegas negros diminuía. Muitas jovens iam trabalhar em “casa de família” e por conta disso precisavam se transferir para o turno noturno ou abandonar os estudos. Com os meninos negros acontecia algo semelhante. Eles iam vender alimentos na rua ou engraxar sapatos dos pedestres para ajudar nas despesas da família. Era a perpetuação do “lugar social do negro”, lugar esse naturalizado pela sociedade para os não brancos como sendo o da subalternidade (PEREIRA, 2015, p. 29).

Valéria Alves de Souza (2014) evidencia em sua trajetória como suas vivências de opressão machista e racista a impactaram na produção de uma pesquisa voltada para a intersecção de opressões das identidades de gênero e raça. A autora evidencia sob que circunstâncias foi construindo sua identidade de intelectual negra, e aponta um processo dialético em que ao mesmo tempo em que ela se reproduzia no seu campo de pesquisa, era produzida por ele.

Os marcadores sociais da diferença, gênero, raça, sexualidade, cultura e religiosidade (eu estou considerando religiosidade um marcador, pois, se olharmos o mundo a partir daquilo que nos constitui, a forma de professar a fé, ou a simpatia por alguma expressão religiosa nos orientam e nos direcionam para determinados tipos de olhares sobre ele), e suas intersecções são inerentes a uma sociedade profundamente desigual e olhar e analisar no interior dos grupos como eles são vivenciados e articulados é nossa tarefa de pesquisadoras e pesquisadores. (SOUZA, 2014, p. 7).

Souza (2014) se coloca no campo enquanto intelectual negra com vivências cotidianamente marcadas pelas relações de poder e interseccionalidade, e traz uma investigação que perpassa por estas suas vivências religiosas, de gênero e raça, em uma investigação sobre os modos pelos quais as componentes do Bloco Afro Ilú Obá De Min operacionalizam e articulam os marcadores sociais da diferença raça, gênero e sexualidade.

Na pesquisa de Raquel da Silva Silveira (2013) há enunciação do perfil racial miscigenado da autora e sua aproximação com a temática racial, quando ela discute que a opção por se trabalhar com raça enquanto categoria de análise se deu a partir da invisibilidade que as diferenciações da miscigenação tiveram em sua vida.

Apesar de minha branquitude, meus cabelos encaracolados vêm de um tataravô negro, casado com uma mulher branca, que segundo relatos familiares, tinha sido motivo de muitos desgostos para as gerações seguintes, em virtude dessa herança genética “ruim”. Aliado a isso, minha filha tem a marca roxa da miscigenação no seu corpo, uma pele “branca” mais escura que a minha, cabelos encaracolados de um pai que se reconhecia como “branco”, mas com um corpo nitidamente marcado pela mestiçagem e que é neto de uma negra que sempre negou sua cor, seus cabelos crespos, sua origem. Essa “exposição” da minha história de vida vem no sentido de inscrevê-la nos arranjos coletivos que nos constituem, bem como demarcar a impossibilidade da neutralidade dos “objetos” de pesquisa. (SILVEIRA, 2013, s/p).

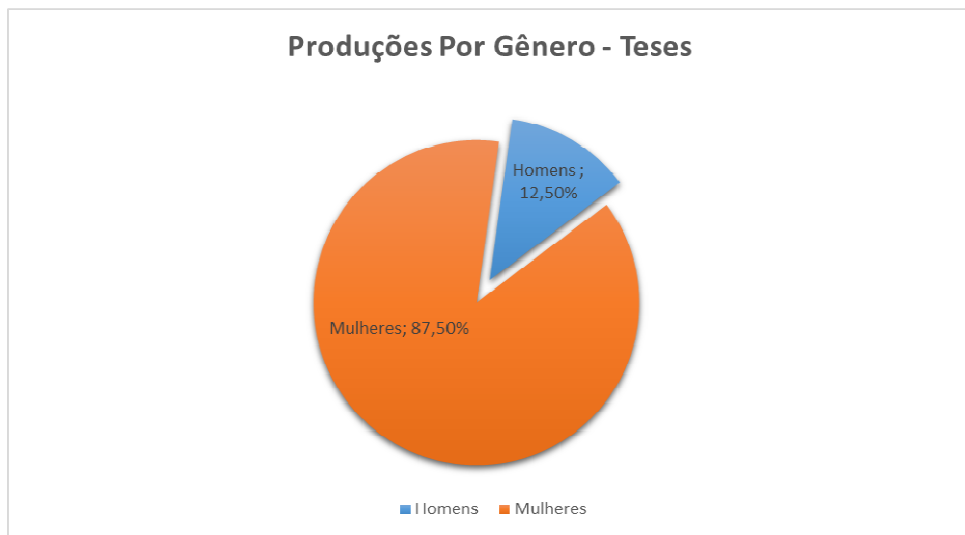
A autora fundamenta esta explicitação em uma perspectiva teórica implicada com a posição do sujeito para poder enunciar um discurso.

Eliana Costa Xavier (2015) discute que para se debruçar sobre a temática da subjetividade interseccionada às questões de gênero, raça e classe social, ela não era capaz de se descolar das suas próprias construções subjetivas como mulher negra. “Minha reflexão inicia com a singularidade do meu percurso histórico e social, onde todos esses aspectos juntos constituem para mim sentidos subjetivos” (XAVIER, 2015, p. 11). Nas palavras da autora:

Ser negra significa entender o processo edificado por violências históricas. Violência moral no confronto com o poder; violência física, no medo dos maus tratos; violência sexual, na cultura de disposição do corpo feminino negro e dotado de uma superexcitação genética e psicológica, na humilhação racial e principalmente, na carência de referenciais raciais, sociais e femininos que assinalam a rejeição do papel da mulher negra na formação da cultura nacional. Tornar-se negra é um movimento que se organiza de forma processual, pois incorpora a multiplicidade de marcas implícitas. Ao buscar uma representação desse processo me veio à mente a imagem de um cubo mágico, que mesmo sendo um objeto concreto e endurecido, cada uma das suas posições, pela infinidade de combinações passa a dinamicidade com os distintos e/ou iguais pontos coloridos que compõe o todo. Cada faceta apresenta nuances distintas que juntas compõem inúmeras configurações e dispersas isoladamente ou repetidas, representam marcadores que interseccionam-se e configuram uma série de possibilidades no auto reconhecimento como mulher negra (XAVIER, 2015, p. 11).

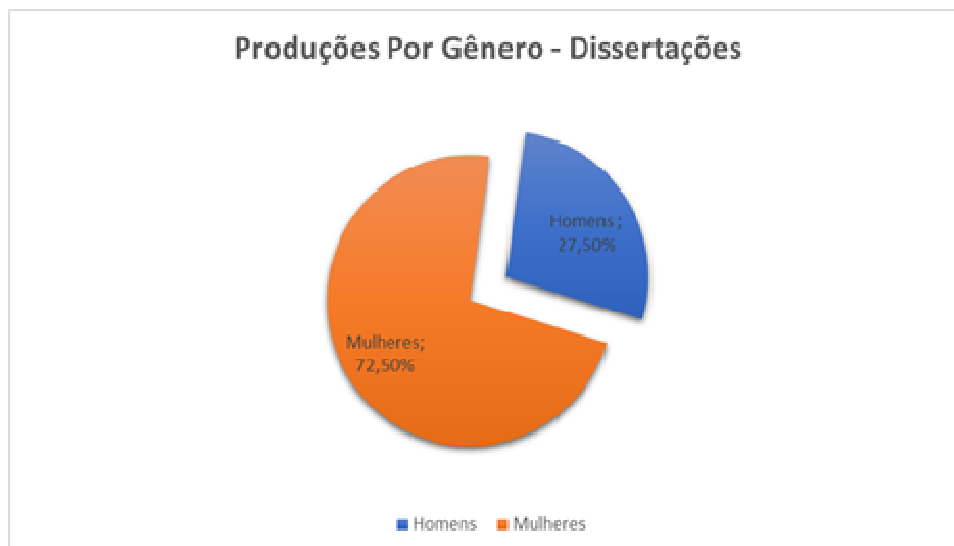
Tratando-se de uma análise inserida em uma pesquisa que se propõe compreender a interseccionalidade, torna-se categórico analisar para além da questão racial sua intersecção com gênero, buscando identificar se a interseccionalidade teorizada era também vivenciada pelas autoras e autores em suas subjetividades.

A dificuldade em se estabelecer um perfil de raça neste estado de conhecimento em interseccionalidade a partir de teses e dissertações não ocorreu na delimitação do perfil de gênero. Há um grande predomínio de pesquisadoras mulheres desenvolvendo pesquisas a partir do conceito de interseccionalidade, conforme se evidencia pelo gráfico 2 e 3.

Gráfico 2 – Produções Tese por Gênero

Fonte: elaborado pela autora (2017)

No gráfico 3 evidencia-se, porém que o número de homens produzindo dissertações é maior do que os que produzem teses.

Gráfico 3 - Produções Dissertações por Gênero

Fonte: Elaborado pela autora (2017)

Tem-se um número expressivamente maior de mulheres escrevendo sobre a temática da interseccionalidade. Evidencia-se que homens produziram apenas 12,5% das teses e 27,5% das dissertações.

Válido destacar que embora no banco de teses e dissertações da CAPES a dissertação “Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade” aparece com autoria de Douglas Vergueiro Simakawa, o nome no corpo do texto e a quem se atribui autoria é Viviane Vergueiro Simakawa.

Uso camisetinha, shortinho e sandálias havaianas (‘femininas’) cotidianas, tenho os cabelos compridos e ondulados, com pequenas entradas parcialmente reduzidas pela administração (sem acompanhamento médico) de finasterida, as sobrancelhas afinadas, a pele do rosto relativamente sem pelos (após algumas 8 sessões de depilação a laser feitas uns 5 anos atrás), os seios pequenos e desenvolvidos pela administração de clomifene, os olhos vermelhos de Jah. Muitas pessoas ao meu redor me tomavam, ao menos por algum tempo e a alguma distância, como uma mulher cisgênera, e/ou me respeitavam enquanto uma mulher trans*travesti: é desde esta e desde estas outras posições específicas que tento articular minha voz e produzir este trabalho. (SIMAKAWA, 2015, p. 18).

Simakawa (2015), pesquisadora mulher trans, constrói uma autoetnografia a partir deste reconhecimento, trazendo a interseccionalidade como conceito fundamental para este trabalho sobre diversidades corporais e de identidades de gênero.

Esta sub-representação masculina nas produções interseccionais instigaram a buscar nas trajetórias dos autores de que forma se deu aproximação com um conceito do campo temático do feminismo negro.

André Geraldo Ribeiro Diniz (2013) destaca em sua trajetória que sua aproximação com o debate feminista se deu após a qualificação do projeto de dissertação no qual percebeu que em sua pesquisa sobre subalternidades e enfrentamento, sexualidade, poder e agenciamentos na experiência de mulheres prostitutas, apesar das significativas conexões com o problema de pesquisa, ainda não havia nenhuma menção à prostituição. Seu aprofundamento sobre gênero se deu durante uma mobilidade acadêmica na Escuela de Estudios de Género (EEG), da Universidad Nacional de Colômbia, onde se aproximou de pesquisadoras/militantes, e com sua inserção na equipe de um dos eixos do Programa Mulheres Promotoras de Cidadania.

Na trajetória de Bruno dos Santos Hammes (2015), sua aproximação se deu a partir da participação no Encontro Nacional Universitário de Diversidade Sexual, e com ingresso no núcleo “Ser-Tão” da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás (UFG),

que trabalha com a qualificação e a produção de conhecimentos em torno das homossexualidades e das questões relativas à gênero, dentre outros temas. Com estas vivências o autor tem contato com debates que o aproximam da interseccionalidade e o levam a desenvolver um estudo sobre pertencimento, juventude e sexualidade.

Na pesquisa de Samuel Luiz de Souza Junior (2011), o autor revela que seu interesse pelas questões de gênero se deu na graduação em Direito, quando compreendeu que sua postura, enquanto profissional, deveria ser a luta pela promoção, defesa e garantia dos Direitos Humanos.

Nessa perspectiva, busquei me aproximar dos Movimentos Sociais, conhecendo suas reivindicações e convivendo mais de perto com as/os militantes. Essa aproximação se deu de forma mais efetiva quando passei a atuar no então Movimento GLBT (gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais); na ocasião integrei o corpo de voluntários do Grupo Homossexual do Pará (GHP) e me apropriei, então, das discussões ali travadas. Isso se deu a partir de 2004. (SOUZA JUNIOR, 2011, p. 13).

Válido destacar o apresentado pelo autor das suas dificuldades pela carência de debates acadêmicos que pautassem discriminações de gênero e raça. Nas suas palavras: “as pessoas eram invisibilizadas e não havia disposição para a proposição do debate, que era omitido ou tratado de forma sempre preconceituosa por parte dos corpos discente e docente” (SOUZA JUNIOR, 2011, p. 13).

Joubert Silvestre da Silva Candido (2014) relata que no período de sua graduação em Ciências Sociais, na busca por algum tema de interesse para pesquisa de conclusão de curso, em meio a tantas possibilidades, se deparou, nas palavras de Candido (2014, p. 12) “meio que de forma ‘acidental’, com algo que realmente me instigaria, me inquietaria e provocaria em mim um interesse em conhecer mais os sujeitos surdos e homossexuais” e que a partir de então foram sujeitos da sua investigação acadêmica.

3.2 Ações afirmativas e o status das pesquisadoras

Ainda que não tenha sido possível desenhar o perfil de raça/gênero dos pesquisadores, os recortes apresentados e as temáticas de estudos evidenciam a ligação da interseccionalidade com a discriminação racial e de gênero.

Tendo constatado que as pesquisas têm tido um aumento exponencial nos últimos anos, é necessário equacionar o impacto das ações afirmativas no desenvolvimento de estudos com essa temática. A implementação destas políticas no ensino superior, além de garantir o acesso da

população negra nos espaços acadêmicos também pode estar possibilitando um maior interesse dos pesquisadores/as sobre temáticas raciais.

É necessário compreender as políticas que favorecem o ingresso da população negra e também a discussão sobre práticas de racismos, a partir da fundamentação desta e de uma agenda que vise combater a herança do processo de escravização e das práticas de racismo e segregação racial que vitimizam a população negra no Brasil.

Compreende-se ação afirmativa enquanto prática que visa combater desigualdade racial e “que seu conceito e utilização envolve uma tentativa de compensar a população negra pela discriminação sofrida ou pela alocação nos patamares mais baixos, no que se refere aos índices sociais, como educação, distribuição salarial e habitação” (MUNANGA, 2003, p. 86).

Tais políticas se fazem cada vez mais presentes nos debates político e intelectual brasileiro, e se fundamentam como forma privilegiada para a promoção da população negra, inclusive no que se refere ao maior acesso de negras e negros à pós-graduação. Desta forma, destaca-se que a identificação de pertencimento racial do indivíduo, acrescido dos valores e conteúdos inerentes à realidade histórico-cultural própria desse contexto, incide em sua identidade e possibilita o reconhecimento enquanto sujeito-pesquisador-negro, o que pode gerar o desenvolvimento de pesquisas sobre as opressões da população negra.

Problematizando, todavia, a existência de uma lacuna nos estudos sobre desigualdade racial e políticas de ação afirmativa no ensino superior, em relação à questão racial na discussão sobre gênero e ciência é preciso notar que “de modo inverso, na literatura sobre desigualdade racial e políticas de ação afirmativa no ensino superior, poucos estudos têm tratado das disparidades entre negros e brancos, homens e mulheres, na categoria docente e nas carreiras acadêmicas e científicas” (BARRETO, 2015, p. 42).

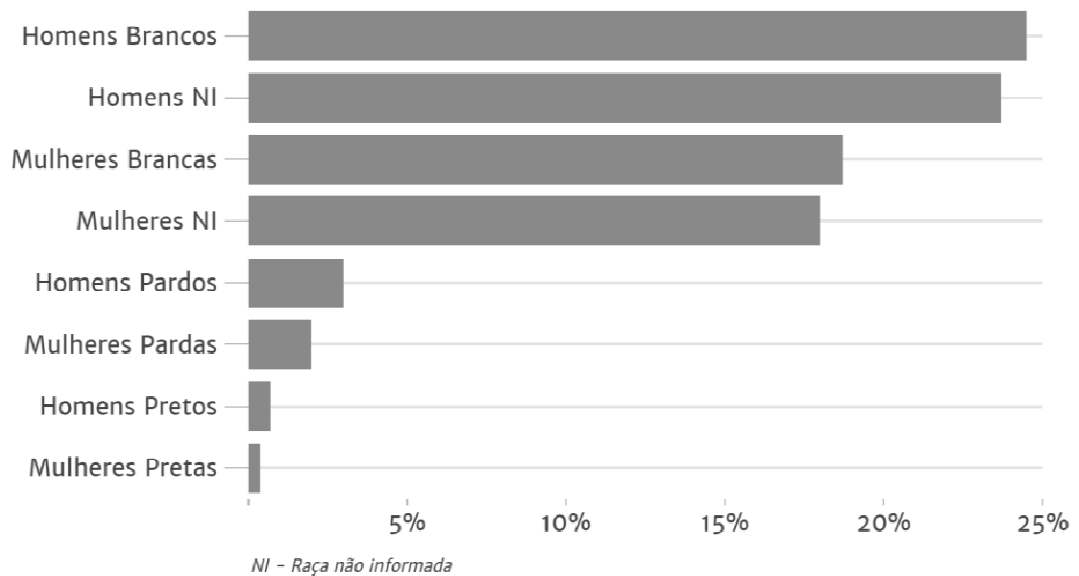
Com a continuidade da realização de estudos sobre a desigualdade racial no ensino superior, e dez anos depois das primeiras iniciativas de criação das políticas de ação afirmativa, estão surgindo outras demandas quando se trata de promover a igualdade racial nas IES, e outros temas de pesquisa, com destaque para a criação de espaços institucionais e de projetos antirracistas e antissexistas, a inovação nos currículos e a situação dos docentes (BARRETO, 2015, p. 40).

A análise do levantamento bibliográfico apresentada nesta tese evidenciou o apontado pela autora de que “em termos teóricos, a preocupação com a interface entre classe, gênero e raça cresceu na pesquisa sobre desigualdade, incentivada, por exemplo, pelos estudos que utilizam a abordagem interseccional” (idem, 2015, p. 40).

Sugere-se então que conceito de interseccionalidade surge como forma de permitir às pesquisadoras negras incluir suas demandas nos debates raciais. Na academia³⁴, estas mulheres estariam ocupando o status de *outsider within*³⁵, que permite um direcionamento de atenções para áreas específicas do questionamento sociológico (COLLINS, 2016).

O gráfico 4 a seguir demonstra que mulheres negras ocupam um número assustadoramente baixo na pós-graduação.

Gráfico 4 - Docentes doutores na pós-graduação



Fonte: INEP – Censo da Educação Superior 2016

Há compreensão de que mulheres negras acadêmicas, mesmo que ainda em número relativamente baixo, têm papel importante na construção de conhecimentos e práticas que contribuam para o rompimento da cultura machista e racista.

³⁴ Necessário salientar que não só mulheres negras acadêmicas têm produzido o feminismo negro; outras mulheres negras – professoras, pastoras, empregadas domésticas, mulheres em situação de cárcere – também constroem o feminismo negro. “Desde o movimento dos direitos civis e do feminismo, as ideias de mulheres negras têm sido cada vez mais documentadas e está atingindo um público mais amplo” (COLLINS, 2016, p. 102).

³⁵ De acordo com a tradutora do texto de Collins (2016), Juliana de Castro Galvão, o termo *outsider within* não tem uma correspondência inquestionável em português, por isso em sua tradução opta-se por manter o termo original, trazendo como possíveis traduções: “forasteiras de dentro”, “estrangeiras de dentro”.

Discorrendo sobre mulheres negras enquanto “*outsider within*”, é interessante observar na análise do percurso histórico a íntima relação de mulheres afro-americanas³⁶ com a sociedade branca, porque além de oferecerem seus trabalhos na parte de cozinha e limpeza também cuidavam dos filhos destas famílias e davam conselhos a seus empregadores. Essa relação de *insider* era positiva para todos os envolvidos. Há relatos de brancos ricos demonstrando esse amor pelas suas “mães” negras. As mulheres negras percebiam que sua posição de inferioridade não tinha relação com um intelecto de menor valor do que o das mulheres brancas, e sim com o racismo. Mulheres negras se viam como melhores mães do que as mulheres brancas, e com capacidade maior para desenvolver inúmeras tarefas. Por outro lado, essas mulheres tinham a noção de quem jamais pertenceriam às “suas” famílias brancas: apesar de seu envolvimento, permaneciam como *outsiders*³⁷ (COLLINS, 2016).

Esse status de *outsider within* tem proporcionado às mulheres afro-americanas um ponto de vista especial quanto ao self, à família e à sociedade. Uma revisão cuidadosa da emergente literatura feminista negra revela que muitas intelectuais negras, especialmente aquelas em contato com sua marginalidade em contextos acadêmicos, exploram esse ponto de vista produzindo análises distintas quanto às questões de raça, classe e gênero (COLLINS, 2016, p. 100).

“*Outsider within*” pode ser definido como essa possibilidade da mulher negra de viver na margem e poder observar tanto de dentro para fora, quanto de fora para dentro – o que permite uma compreensão mais ampla da sua realidade (COLLINS, 2016). Este status proporciona obstáculos, mas também é benéfico, pois a objetividade permite ao mesmo tempo proximidade, distância, preocupação e indiferença; trazem a tendência dessas pessoas se abrirem para estranhos de modo como não fariam umas com as outras e, finalmente, possibilitam a habilidade destes sujeitos em ver padrões que dificilmente seriam percebidos por aqueles imersos nas situações.

A autora problematiza que os estrangeiros na academia são os intelectuais marginais, e que a postura crítica destes intelectuais nos trabalhos acadêmicos é essencial para o desenvolvimento criativo das próprias disciplinas acadêmicas.

Sociólogos podem se beneficiar ao considerarem seriamente a emergência da literatura multidisciplinar que denomino pensamento feminista negro, precisamente porque para muitas mulheres intelectuais afro-americanas a “marginalidade” tem sido um estímulo à criatividade. Como *outsiders within*, estudiosas feministas negras podem pertencer a um dos vários distintos grupos

³⁶ Collins (2016) trabalha a partir da realidade norte-americana, porém acredita-se com base na análise do percurso histórico da mulher negra latino-americana que a realidade não é/foi muito diferente.

³⁷ Sujeito que não se enquadra na sociedade, que se situa à margem das convenções sociais.

de intelectuais marginais cujos pontos de vista prometem enriquecer o discurso sociológico contemporâneo. Trazer esse grupo – assim como outros que compartilham um *status* de *outsider within* ante a sociologia – para o centro da análise pode revelar aspectos da realidade obscurecidos por abordagens mais ortodoxas (COLLINS, 2016, p. 101).

O “pensamento feminista negro consiste em ideias produzidas por mulheres negras que elucidam um ponto de vista de e para mulheres negras” (COLLINS, 2016, p. 101). Esta questão evidencia a impossibilidade de separar estrutura e conteúdo temático de pensamento e das condições materiais que fazem parte da vida de suas produtoras. Então, embora o pensamento feminista negro possa ser registrado por outras pessoas, ele é produzido por mulheres negras (COLLINS, 2016).

Um segundo ponto fundamental apresentado por Collins (2016) que merece destaque é que mulheres negras defendem uma perspectiva única sobre suas experiências e que alguns elementos nesta perspectiva serão compartilhados pelas mulheres negras como grupo. Em contrapartida, embora algumas visões sejam compartilhadas por mulheres negras, cada uma vive em um contexto social diversificado, e essas diferenças em suas identidades pode fazer com que estas vivências sejam experienciadas de forma específica por cada mulher negra.

Além da política de ações afirmativas, a análise sobre o número crescente de produções sobre a interseccionalidade pode ser atribuída a uma visibilidade maior do feminismo e do feminismo negro nas mídias digitais. Renata Barreto Malta e Laila Thaíse Batista de Oliveira (2016) trazem importantes reflexões sobre os contornos que o feminismo negro brasileiro tem adquirido com a sua inserção nas redes e o alcance e multiplicação de informação através do compartilhamento de textos políticos. As autoras relatam como estas plataformas digitais têm sido cada vez mais utilizadas para o compartilhamento de experiências de racismo e machismo na vida de mulheres negras.

Destaca-se a importância das redes sociais para que indivíduos e grupos possam atuar como agentes de transformação – tal fenômeno vem ocorrendo dentro do feminismo negro através da inserção de mulheres negras, jovens em sua maioria, em ações no ciberespaço (MALTA; OLIVEIRA, 2016).

São sites e blogs como o “Geledés” e “Que Nega é Essa? ”, que, compartilhando textos através das redes sociais como o facebook e o twitter, têm ganhado um alcance e visibilidade cada vez maiores. Dentre os sites e blogs destacamos a atuação do Blogueiras Negras (<http://blogueirasnegras.org/>) que, ao aceitar contribuições textuais das leitoras de todo o Brasil, estimula a formação de uma política que

descentraliza o conhecimento. O blog tem incentivado que mais mulheres negras possam narrar suas experiências e, através de suas histórias, ajudar outras mulheres que vivenciam situações de opressão (MALTA; OLIVEIRA, 2016, p. 61-62).

As autoras evidenciam a forma como o movimento feminista negro se modificou e alcançou novas facetas de atuação, com foco nas ações realizadas por meio da internet e das redes sociais.

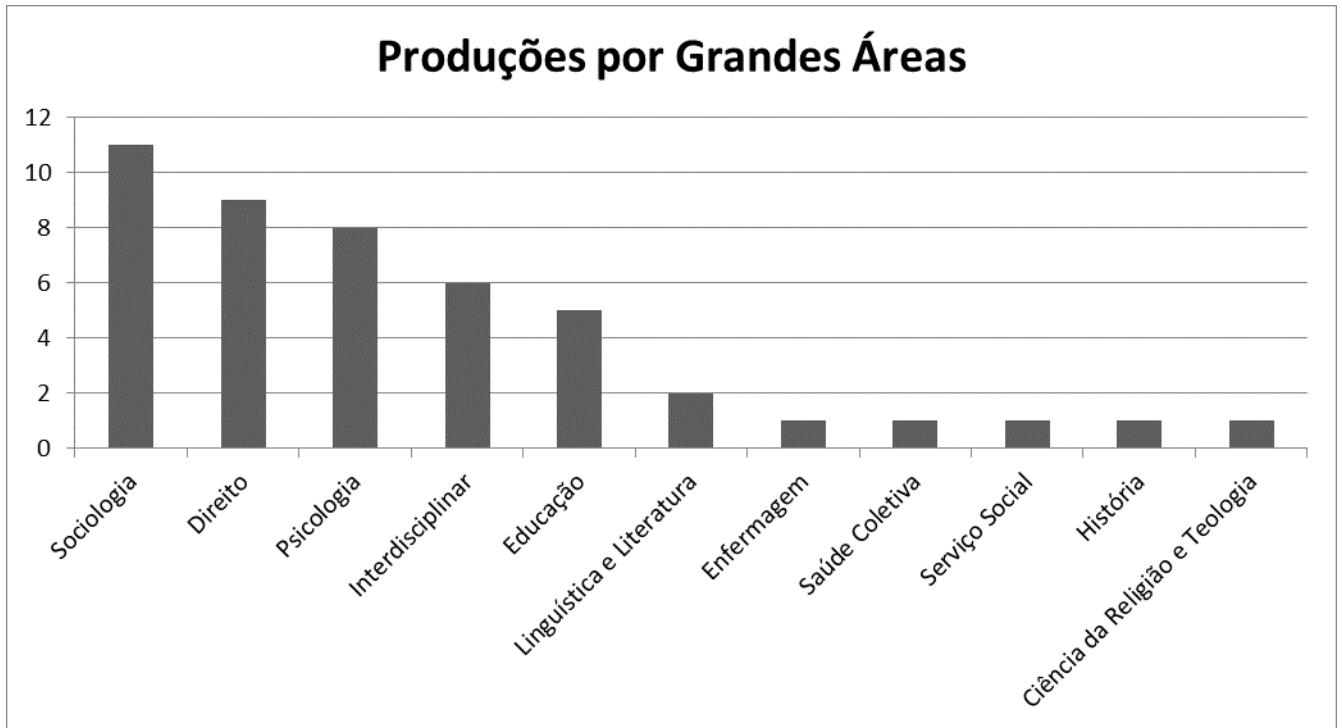
Com o aumento da população negra nas universidades, fruto também das políticas de ação afirmativa, é possível observar uma produção mais expressiva de negras e negros e sobre a história da população afro-brasileira. Estamos vivenciando um período onde a população negra reivindica com veemência o papel de protagonista da sua própria história. Atualmente, temos acompanhado as novas expressões e canais de difusão de informação e conhecimento na internet utilizado por diferentes ativistas negras, estudiosas ou não, que buscam algo em comum: o desejo de compartilhar suas experiências através de narrativas sobre sua história e sobre como enfrentam o racismo e o machismo em suas vidas. Tais narrativas têm contribuído para a formação de uma rede onde outras mulheres negras conseguem se enxergar e buscar meios para enfrentar esses problemas que também estão presentes nos seus cotidianos (MALTA; OLIVEIRA, 2016, p. 68).

Há de se destacar o apontado pelas autoras de que o compartilhamento destas narrativas fortalece e estimula mulheres de todo o país a escrever suas próprias histórias. Durante o desenvolvimento desta pesquisa, o acesso às redes sociais foi uma forma de aproximação de novos referenciais, e também de possibilidade de espaços para discussão sobre a temática da pesquisa e o ser mulher negra pesquisadora. Da mesma forma, problematiza-se que este canal de comunicação possa ter servido de inspiração, motivação e fortalecimento para o aumento de pesquisas interseccionais com referenciais do feminismo negro.

3.3 A interseccionalidade nas pesquisas acadêmicas (2005-2015)

É possível fazer uma junção dos grupos conforme as grandes áreas de pesquisa em que os estudos foram desenvolvidos. As áreas do conhecimento são delimitadas a partir do proposto pela CAPES, que agrega as 49 áreas de avaliação por critério de afinidade, em dois níveis: Colégios em um primeiro, tendo o Colégio de Ciências da Vida, Colégio de Ciências Exatas, Tecnológicas e Multidisciplinar e Colégio de Humanidades; e o segundo nível, a partir do qual se realizou divisão para as análises desta pesquisa, são definidos a partir do que a CAPES denomina como Grandes Áreas.

Tem-se então o seguinte panorama (gráfico 5):

Gráfico 5 – Produções por grandes áreas

Fonte: produzido pela autora (2017).

Há, portanto, uma concentração maior nas áreas de sociologia e direito. Por ser um conceito sociológico, desenvolvido dentro das discussões sobre justiça, faz sentido que tal perspectiva venha sendo adotada por pesquisadoras/es destas duas áreas. Sobre a área interdisciplinar, seu alto número de produções se justifica também porque ela abrange diferentes cursos, no caso das pesquisas do levantamento inclui cursos interdisciplinares sobre gênero e também sobre racismo, mas também sobre saúde coletiva.

Sendo o presente estudo desenvolvido dentro de um programa de pós-graduação em educação, ressalta-se o baixo número de pesquisas desenvolvidas na perspectiva educacional por mestres e doutores em educação. É possível problematizar o acesso que estes programas de educação estão dando a teorias de feministas negras nos debates das diferentes opressões.

Todavia, para análise deste estado do conhecimento, verificou-se impossibilidade de apresentar as discussões das pesquisas a partir das áreas do conhecimento, primeiramente porque elas são bastante diversas, e também porque dentro de uma mesma área há produções sobre diferentes temáticas ou focalizando diferentes grupos.

Para análise dos dados do levantamento bibliográfico e formulação do estado do conhecimento em interseccionalidade, houve a ordenação das 46 pesquisas encontradas em

grupos de discussões a partir da temática central que traziam enquanto pauta – são os espaços pelos quais autoras e autores se debruçaram para lançar um olhar interseccional de análise, perpassando por relevantes pautas de mulheres negras e outros grupos marginalizados. Válido salientar que tal divisão não considera as áreas de conhecimento de cada pesquisa, sendo assim, dentro do bloco Interseccionalidade e Relações de Trabalho, por exemplo, existem pesquisas de áreas do conhecimento diversas, como sociologia e direito. A partir da leitura dos estudos é que foi possível perceber que eles convergiam para temáticas bastante semelhantes em alguns casos. Ou seja, embora o pertencimento de gênero e racial de seus sujeitos de análise fossem uma variável, o contexto sobre o qual a pesquisa se desenvolvia permitia agrupamento por serem correlatos.

A divisão se deu em nove temáticas, apresentadas com inclusão da quantidade de suas produções: Interseccionalidade e Diversidade sexual (7); Interseccionalidade e Violência Contra Mulher (6); Interseccionalidade e Saúde (6); Interseccionalidade e práticas organizadas de militância (6); Interseccionalidade e Movimentos Artísticos (6); Interseccionalidade e Intergeracionalidade (5); Interseccionalidade e Relações de Trabalho (5); Interseccionalidade, Direito e Encarceramento (4) e Interseccionalidade e Deficiência (1).

3.3.1 Interseccionalidade e Diversidade Sexual

Apresenta-se nesta etapa as pesquisas encontradas que trazem discussões a partir das categorias de lésbicas, gays, travestis e transgêneros. A teoria da interseccionalidade, conforme será apresentado, mostra sua eficácia nestes estudos ao evidenciar como diferentes estruturas de poder interagem na vida das minorias sexuais³⁸.

A pesquisa de Samuel Luiz de Souza Junior (2011) busca compreender as mobilizações e a construção do movimento LGBT para a conquista da atenção do poder público às suas demandas, entendendo, também, que a problemática da discriminação perpassa a interseccionalidade de variados marcadores sociais, constituintes da sociedade brasileira.

Na dissertação “Direitos sexuais e políticas públicas: combate à discriminação para a concretização dos direitos humanos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT)

³⁸ Refere-se aos membros das orientações sexuais ou que se envolvem em atividades sexuais que não fazem parte da maioria. Refere-se a membros de grupos sexuais que não se enquadram nas categorias majoritárias de homens e mulheres, como intersexuais e transexuais (*Definition of Terms - Sexual minority. Gender Equity Resource Center – traduzido pela autora*).

no Estado do Pará”, Souza Junior (2011) analisa as políticas públicas³⁹, construídas e implementadas especificamente para a comunidade LGBT, a partir de experiências no mesmo sentido das políticas de enfrentamento à aids.

Discute-se que processos de construção identitária são constantemente marcados por tensões, originárias de questões sociais e culturais da formação da sociedade brasileira. Esta formação, ao ser estruturada ideologicamente pela construção de marcadores sociais das diferenças, como de raça e gênero, gera a necessidade de se entender a interseccionalidade⁴⁰ entre esses marcadores e a importância para também se compreender a diversidade sexual (e social) a partir das múltiplas possibilidades de construção das pessoas (SOUZA JÚNIOR, 2011).

A partir de demandas sociais específicas da comunidade LGBT, resultado de um processo histórico de discriminação e estigmatização social, este grupo foi colocado em posição de desvantagem no acesso aos bens materiais, produzindo desigualdades e privações de ordem socioeconômica aos grupos discriminados (idem, 2011).

Daí a importância de um âmbito de articulação de políticas públicas direcionadas. Nesse sentido, evidenciamos, na atualidade, o processo de diálogo do Estado com a sociedade civil na construção de políticas públicas que atendam às demandas específicas dos diversos segmentos sociais; o que tem se concretizado por meio de conferências, convocadas pelo Poder Público, para a propositura das demandas da sociedade civil e a posterior elaboração de políticas de atendimento (SOUZA JÚNIOR, 2011, p. 72).

As pesquisas de Alexandre da Silva (2013) e Joubert Silvestre da Silva Candido (2014) discutem a interseccionalidade nas vivências de opressões de homens gays. O trabalho de Silva (2013), intitulado “Processos de territorialização em espaços marginais: estudo exploratório e descritivo das vivências de homens que fazem sexo com outros homens na cidade de Praia Grande/SP”, não foi localizado na íntegra. A partir do resumo disponível é possível apreender que se trata de uma pesquisa de campo que investiga processos de territorialização de homens que fazem sexo com outros homens em espaços marginais. O autor utiliza observações de campo, e constata que homens com vivências homoeróticas constroem espacializações reclusas, dadas as condições heteronormativa da constituição social do espaço. A interseccionalidade se volta para marcadores pessoais, sociais e territoriais na apropriação do território.

³⁹ Políticas públicas circunscritas ao Estado do Pará, no período de gestão do Poder Executivo estadual de 2007 a 2010.

⁴⁰ Mesmo reconhecendo esta importância da análise interseccional, Souza Junior (2011) não discute nenhuma autora do feminismo negro, e nem faz esta análise por outras perspectivas teóricas.

Na pesquisa de Candido (2014), intitulada “Os entre-lugares: um olhar sobre sujeitos surdos-homossexuais⁴¹”, a interseccionalidade é discutida a partir das identidades de sujeito surdo e do sujeito homossexual. Apresentam-se estas identidades como categorias não limitantes/excludentes, ou seja, ser surdo e homossexual é parte do todo que esse sujeito é. Válido destacar a explicação do autor sobre a escrita com hífen na categoria do sujeito de estudo:

Busquei desenvolver a pesquisa a partir de perspectivas de análise que se entrecruzam. Procurei destacar de que maneira homens se percebem ou se reconhecem como homossexuais e surdos. Em uma primeira tentativa, identifiquei-os como surdos-homossexuais, embora não soubesse se esta seria a expressão que os próprios sujeitos utilizariam para se autodefinir, mas acreditamos que seja a que mais se aproxima ao menos como categoria do objeto de estudo. A escolha pelo hífen, em detrimento da preposição “e”, é por acreditar que as identidades são mais do que soma de atributos e características (CANDIDO, 2014, p. 15).

A partir de Picitelli (2008) e Brah (2006), o autor investiga como se estabelece a identidade “surda-homossexual” e de que forma os sujeitos lidam com marcadores sociais marginalizantes em uma perspectiva interseccional. A interseccionalidade nesta pesquisa justifica-se a partir da impossibilidade de analisar os atributos identitários de maneira independente e sequencial. O autor destaca que estas categorias:

[...] se sobrepõem a partir de um fio condutor único, que é o estímulo de compreensão dos significados das experiências constitutivas dos sujeitos, sejam eles surdos, homossexuais, deficientes, ouvintes, heterossexuais, ou seja, são perspectivas que perpassam a construção identitária de qualquer sujeito (CANDIDO, 2014, p. 16).

Fazendo a intersecção da orientação sexual com a questão racial, a pesquisa de Welligton Costa Gomes (2015), “Penalidade e privilégio: a falsa representação dos homens negros homossexuais”, faz a intersecção com a questão racial voltada para a discussão da representatividade dos homens negros homossexuais dentro do movimento gay.

O tema, então, gira em torno dos preconceitos em razão da raça e da sexualidade, e como a intersecção desses dois fatores em um único sujeito pode afetá-lo de modo diferenciado em relação àquele outro sujeito que sofre discriminação homofóbica, mas não racial. Isto é, serão trabalhados indivíduos com características interseccionais, com múltiplas cargas de opressão (GOMES, 2015, p. 8).

Válido destaque para o reconhecimento do autor de que a maioria dos estudos sobre interseccionalidade se debruçam à questão da mulher negra. Desta forma, apresenta-se que:

⁴¹ O autor faz a escolha do hífen, em detrimento da preposição “e”, “por acreditar que as identidades são mais do que soma de atributos e características” (CANDIDO, 2014, p. 15).

Por esse motivo, buscar-se-á inovar nessa área com o estudo dos homens negros homossexuais, bem como estes, sendo a priori uma categoria privilegiada pelo gênero, sofrem as penalidades em razão das cargas da discriminação racial e homofóbica[...]. Sabendo que as mulheres negras foram tomadas como sujeitos quintessenciais da interseccionalidade, terá lugar o desafio de interpretar tais pesquisas teóricas para o gênero masculino (GOMES, 2015, p. 8).

Parte-se da constatação de que, no movimento gay, homens negros homossexuais não têm igualdade de participação em relação aos homens brancos. A partir da observação dos caminhos seguidos por mulheres negras dentro do feminismo na busca por maior paridade de participação, Gomes (2015) busca alternativas para a correção da disparidade de participação sofridas pelos sujeitos objeto de estudo.

Vanilda Maria de Oliveira (2006), na pesquisa intitulada “Um olhar interseccional sobre feminismos, negritudes e lesbianidades em Goiás”, realiza um estudo para compreender nos discursos de feministas negras de uma organização não-governamental de Goiânia os significados atribuídos à interseção entre raça, gênero e orientação sexual, e de que modo essa interseção influencia a militância feminista de mulheres negras, lésbicas ou não. A autora revela como essas feministas negras pensam e moldam imagens sobre a sexualidade e como elas percebem a construção da identidade e a militância das mulheres negras lésbicas que inserem suas bandeiras no próprio grupo.

A autora busca compreender o funcionamento de estruturas de poder na narrativa fílmica, a partir do conceito de interseccionalidade, que é apresentado como um tipo de exclusão resultante de discriminações cruzadas de etnia, religião, raça, gênero, geração, família, trabalho ou cultura.

A principal questão que se coloca na pesquisa de Oliveira (2006) é de que forma as interseções têm dado origem a diferentes politizações dos sujeitos subalternizados no feminismo. A autora discute o conceito de “novos movimentos sociais” como denúncia aos antagonismos sociais em que surgem os atores coletivos. Discute-se a interseccionalidade enquanto forma como:

[...] na constituição da subjetividade e da identidade dos sujeitos, diversas categorias como raça, classe, gênero, religião, idade, orientação sexual, entre tantas, se cruzam produzindo formas particulares de opressão ou privilégio [...] responsável pela formação de um sujeito específico e, conseqüentemente, de determinados lugares sociais, de forma de ser e estar no mundo e relações interpessoais (OLIVEIRA, 2006, p. 66).

Evidencia-se a partir de uma análise interseccional, que no caso da sexualidade de mulheres negras, ao se cruzar raça e gênero se origina uma classificação de um modo particular de diferença que mantém estas mulheres na subalternidade. Ressalta-se a partir deste estudo a dificuldade de mulheres negras para falar/vivenciar sua sexualidade.

Neste mesmo caminho de opressões vivenciadas por orientação sexual na análise interseccional de opressões, a pesquisa de Patrícia Gabrielle Oliveira Rodrigues (2014), “Corpos em movimento, educação em questão: a trajetória escolar das travestis negras”, percorre a discussão sobre heteronormatividade e os privilégios da branquitude a partir de investigação formulada com travestis negras no desvelamento de práticas de discriminação no ambiente escolar.

A escola surge enquanto espaço produtor e reprodutor do sistema racista e também responsável pela conformação da ordem binária de gênero e formatação da sexualidade, o que agrava os quadros de desigualdade. Retoma-se com isto a complexa tríade raça, gênero e sexualidade e de suas intersecções no que diz respeito à discriminação e à exclusão. A interseccionalidade é discutida a partir do que sofrem estas travestis em relação:

[...] ao seu corpo pelo seu fenótipo, mas também por questões relacionadas ao gênero e à sexualidade. Em sua maioria, estão expostas a todo e qualquer tipo de violência, comumente não encontram colocações nem naqueles que possam ser considerados os piores lugares reservados em termos de trabalho formal, quase não há representação positiva por parte da mídia e instituições, assim como não possuem representatividade nos espaços de disputa, o que torna cada vez mais difícil a inserção destas no que se refere aos direitos a uma cidadania eficaz e verdadeira (RODRIGUES, 2014, p. 6).

A partir de Crenshaw a autora discute que, nestes contextos, por não se emoldurarem nas normas de cor, gênero e sexualidade, travestis negras sofrem constante exclusão. A interseccionalidade é utilizada:

[...] uma vez que não é possível compreender os processos de dominação sem que sejam considerados os sistemas de dominação existentes, pois a identificação destes acaba por possibilitar a visualização de como os domínios de desigualdades operam em conjunto para a conservação do status quo (RODRIGUES, 2014, p. 45).

Em uma abordagem interseccional, identifica-se que pessoas trans são discriminadas em coeficientes diferentes já que as discriminações são consequências das relações intrincadas pelos processos sociais, que tratam as pessoas como se fosse possível separá-las em categorias independentes.

Já no estudo de Busin (2015), “Morra para se libertar: estigmatização e violência contra travestis”, o foco é a dinâmica psicossocial das violências cotidianas sofridas por travestis, chamando a atenção para o gênero articulado a outros marcadores sociais de diferença.

A autora mostra que os marcadores de diferença se articulam de formas diversas para produzir-se ao mesmo tempo – nesses dois casos, a interseccionalidade entre gênero e classe produziu maior margem de liberdade, ainda que a estigmatização tenha perdurado e tenha sido manifestada explicitamente. Neste sentido realiza-se discussão sobre a violência contra as travestis a partir da questão das interseccionalidades entre marcadores de diferença.

Autoras como Kimberlé Crenshaw, Leslie McCall, Ann Phoenix, Anne McLintock e Avtar Brah, entre outras, contribuem de forma intensa para desconstruir essa maneira de encarar as relações de poder e as diversas formas de opressão como simples superposição. Elas passam a aprofundar as discussões que demonstram como os marcadores sociais de diferença - como gênero, raça, classe e sexualidade – entrelaçam-se, articulam-se e engendram umas às outras, gerando desigualdades (BUSIN, 2015, p. 70).

Evidenciam-se as contribuições da interseccionalidade na compreensão das trajetórias de vida e a violência experienciada por travestis negras. Problematiza-se que a diferença expressa pela ruptura com os *scripts* de gênero hegemônicos desencadeia processos de estigmatização e experiências de violência que as colocaram em um lugar simbólico marginal e desqualificado (BUSIN, 2015).

Ainda neste campo temático, a tese de Simakawa (2015), com o título “Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade”, ainda que não discuta a interseção de raça, tem como propósitos fundamentar e caracterizar as categorias analíticas de cisgeneridade e cisnormatividade, propondo-as como relevantes para reflexões políticas, acadêmicas e existenciais sobre as diversidades de corpos e de identidades de gênero.

Por se tratar de uma autoetnografia, permite à autora, a partir de sua vivência trans, registrar os traços de exclusão e marginalização institucional, sociocultural e existencial que experienciou. Simakawa (2015) evidencia que a cisnormatividade se institucionalizou e que sua pesquisa autoetnográfica defende uma legitimação para “colocação incisiva de demandas políticas outrora marginalizadas, silenciadas, neutralizadas, e para a promoção de uma rede de saberes, recursos e afetos que façam da teoria” (SIMAKAWA, 2015, p. 26) na qual segundo ela “é possível encontrar curas, curas contra processos cisnormativos e cissexistas. Porque, até onde

chega minha percepção autoetnográfica, se chegamos à teoria – privilégio de pouquíssimas de nós, pessoas trans –, chegamos a ela sangrando” (idem, 2015, p. 26).

A partir da análise destas teses e dissertações anteriormente apresentadas, evidencia-se o aumento da produção acadêmica em diversas áreas do conhecimento que toma os estudos sobre sexualidade, orientação sexual e identidade de gênero em perspectivas críticas e com rupturas paradigmáticas, em seus diversos enfoques e abordagens teórico-metodológicas com abordagens/enfoque interseccional.

3.3.2 Interseccionalidade e Violência Contra Mulher

Na dissertação⁴² para o mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre mulheres, gênero e feminismo, Zuleide Paiva da Silva (2010) realiza um estudo construído à luz das teorias feministas e lésbicas, com o propósito de visibilizar, mensurar e analisar a violência contra as mulheres produzida e denunciada em Conceição do Coité -BA, no período de 1980 a 1998.

Problematiza-se a Violência Contra a Mulher (VCM) enquanto um fenômeno que deve ser compreendido como uma violação aos direitos humanos, já que tem sido reconhecido em muitos países como um grave problema de saúde pública, uma epidemia que contamina a sociedade e mata, a cada dia, mais e mais mulheres em função do seu sexo (SILVA, 2010).

Silva (2010) utiliza a interseccionalidade das categorias de análise como estratégia para compreender no contexto do Sertão e a vivência de mulheres em situação de violência. O conceito se localiza na construção da pesquisa conforme apresentado pela autora:

Sabemos que o caminho da pesquisa não é dado a priori, ele é construído no processo de pesquisa em resposta aos sinais que a realidade investigada vai dando. A trajetória aqui percorrida se mostra circular, dialética. Partindo da prática, vai à teoria, objetivando compreendê-la; volta à prática com a teoria ressignificada, atualizada, para dela se valer e melhor intervir na prática. (SILVA, 2010, p. 26).

A autora compreende gênero enquanto categoria de análise, e utiliza os estudos de Crenshaw para justificar a relevância da interseccionalidade nas pesquisas e ações de combate à violência de gênero. Discute-se a importância da promoção de melhorias no levantamento de dados e nas estratégias de desagregação do gênero e da raça, de forma a permitir o cruzamento dos dados e a identificação da violência interseccional.

⁴² “Conceição do Coité em ‘quadrado’: retratos da violência contra as mulheres (1980-1998)”

Os resultados deste estudo demonstram que a violência de gênero no período analisado impactou mulheres de diferentes idades, estado civil, raças, escolaridade e classe social. Porém, alerta que estes dados não sugerem que a VCM:

[...] seja um fenômeno “democrático”, que atinge todas as mulheres de forma igual, pois os enlaces dos marcadores sociais de gênero, raça, classe, sexualidade, geração, dentre outros que não foram possíveis de serem identificados nas queixas analisadas, definem as múltiplas faces das violências sofridas em diferentes fases da vida das mulheres. Mas o fato da grande maioria ser analfabeta ou semianalfabeta, com profissões que oferecem baixa remuneração aponta para a necessidade de um olhar especial dos (as) gestores (as) e responsáveis pelas políticas públicas para as mulheres voltado para a questão da educação e da geração de renda como instrumentos potencialmente importantes para o processo de empoderamento das mulheres de Conceição do Coité e região (SILVA, 2010, p. 153).

A discussão sobre VCM também é realizada por Terlúcia Maria da Silva (2013), na dissertação “Violência contra as mulheres e interfaces com o racismo: o desafio da articulação de gênero e raça”. De acordo com a autora, a interseccionalidade surge enquanto proposta na efetivação que articula gênero e raça (SILVA, 2013). O embasamento teórico se dá a partir Kimberly Crenshaw, Heleieth Saffiotti e Antônio Guimarães.

Silva (2013, p. 16) realiza discussão sobre o Artigo 2º da Lei 11.340/06 (Lei Maria da Penha) uma vez que “o artigo expressa a manutenção do modo de se pensar a ‘mulher’ como um sujeito homogêneo e universal, bem como avigora a ideia de nivelamento do fenômeno da violência, como fenômeno que atinge ‘todas’ as mulheres da mesma forma”. Este é um dos panos de fundo para reflexões da autora sobre a invisibilidade das mulheres que pertencem a diferentes grupos raciais e que possuem experiências e necessidades distintas.

De acordo com ela, a VCM:

[...] considerada uma grave violação aos direitos humanos, é um problema complexo e reconhecidamente de grandes proporções em nível nacional e mundial que se expressa de forma diversa, de acordo com os sujeitos envolvidos e os contextos em que ocorre. Nesta perspectiva, considera-se que a violência contra as mulheres em sua forma doméstica e familiar ultrapassa um problema de cunho privado, ocorrido apenas a partir de conflitos familiares e se constitui uma questão de poder com implicações na efetivação dos direitos humanos das mulheres (SILVA, 2010, p. 16).

A autora discute como o feminicídio, o racismo e a lesbofobia promovem a fragilização das relações humanas e são responsáveis pela promoção e pela materialidade da manutenção de uma organização social de gênero, na qual diferenças são transformadas em desigualdades que, por sua vez, produzem e mantêm a VCM.

Em uma compreensão de empoderamento enquanto modificação radical de processos estruturais que reduzem a posição de subordinação das mulheres, a autora problematiza que “na visão feminista de empoderamento, uma pessoa não empodera a outra, pois o empoderamento feminino exige a consciência crítica e a autonomia da mulher para agir, reagir e transformar as estruturas que lhe oprimem” (SILVA, 2013, p. 113).

A autora salienta, porém, que mesmo para mulheres empoderadas que se constituem sujeitos da sua própria história e tomam a atitude de denunciar seus agressores ou agressoras, a ruptura do ciclo da VCM não é algo simples, ou fácil.

A experiência e os estudos sobre a VCM revelam que é comum, mas não natural, que as mulheres sintam dificuldades para falar sobre as violências que sofreram/sofrem. O medo, a vergonha e mesmo a culpa quase sempre contribuem para a subnotificação de violências marcadas em corpos femininos (SILVA, 2013 p. 113).

Mais reflexões sobre a violência de gênero foram encontradas na tese de doutorado de Lilian Conceição da Silva Pessoa de Lira (2014), intitulada “Elementos Teopedagógicos Afrocentrados para superação da violência de gênero contra as mulheres negras: diálogo com a comunidade-terreiro Ilê àṣẹ yemojá omi olodò e o acolhimento que alimenta a ancestralidade”.

O estudo discute, nas ações educativas e nos processos pedagógicos do terreiro, elementos teopedagógicos que promovam empoderamento e autonomia das mulheres negras, possibilitando melhores condições para a superação da violência de gênero. A tese reúne conteúdos teóricos sobre religião, raça e etnia, gênero e violência de gênero e tradição, oralidade, ancestralidade e afrocentricidade.

Lira (2014) contextualiza a comunidade-terreiro onde a pesquisa se desenvolveu a partir da realidade das religiões de matriz africana no Brasil desde o período da escravidão, evidenciando que a população negra sempre utilizou estratégias de enfrentamento para manter suas manifestações religiosas. Posteriormente, a autora discute que nas religiões de matriz africana há a existência de uma ambiguidade, assim como no cotidiano das mulheres, entre a feminilidade e virilidade, o que permite a criação de alternativas de sobrevivência e de resistência. Por serem religiões de “casa”, ligadas à natureza, de festa, de antepassados e de resistência, a autora indica que as mulheres desempenham um papel fundamental.

A autora destaca a importância das mulheres negras que se tornam alicerce de sustentação nas comunidades tradicionais de terreiro. Nestes espaços e nestas práticas elas resgatam suas histórias, recriam suas possibilidades, precisam se criar e recriar a partir das perseguições que

sofrem e por isso são mulheres de subsistência e resistência com a função de garantir a existência de suas comunidades até os dias de hoje (LIRA, 2014).

Reconhecer a importância da mulher negra na história, em especial, reconhecer sua força, garra, inteligência, criatividade, sensibilidade, sabedoria, mas também suas ambiguidades, é reconhecer sua humanidade como antropologicamente marcada por uma “mistura”¹³⁰ e não por estereótipos culturalmente construídos. Isso é fundamental para discutir as múltiplas formas de violência às quais as mulheres em geral e as mulheres negras em particular são submetidas, e encontrar maneiras de superar essa violência (LIRA, 2014, p. 33).

Em uma das etapas do trabalho a autora dedica exclusivamente à discussão de gênero, violência contra as mulheres, etnicidade e religião, constatando a emergência da interseccionalidade. “A relação entre gênero, violência e religião na história das ideias é algo, segundo a teóloga feminista católica, branca, norte-americana e lésbica, Mary E. Hunt, que se tornou possível somente há pouco mais de três décadas” (LIRA, 2014, p. 71).

De acordo com esta pesquisa, o conceito de interseccionalidade foi elaborado pelas sociólogas alemãs Gabriele Winker e Nina Degele:

[...] segundo Hunt, esta relação se estabeleceu no âmbito pastoral vivido por teólogas feministas norte-americanas protestantes e católicas a partir da década de 1970. Foram teólogas feministas protestantes as primeiras a investigar e a se instrumentalizar para enfrentar as questões relativas a gênero, religião e violência (LIRA, 2014, p. 72).

A autora problematiza que essa relação tenha se iniciado na vida pastoral e partido de uma mulher branca, e lança o desafio em qualificar ainda mais esta relação de modo a avaliá-la enquanto interseccionalidade mostrando sua relação entre gênero, violência, etnicidade e religião em toda sua trama complexa e multifacetada.

Raquel da Silva Silveira (2013), na tese intitulada “Interseccionalidade gênero/raça/etnia e a Lei Maria da Penha: discursos jurídicos brasileiros e espanhóis e a produção de subjetividade”, discute também a problemática de se inserir a discussão sobre VCM como problema universal, desconsiderando qualquer marcador social.

A pesquisa evidencia o modo como a interseccionalidade gênero, raça e etnia emerge no discurso jurídico sobre as mulheres que acessam a justiça e como esta articulação caracteriza as relações de poder nas quais estão imersas.

O estudo se constrói a partir de uma comparação entre a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) com a legislação espanhola de Proteção Integral à Violência de Gênero (LO 1/2004), bem como das práticas jurídicas nas cidades de Porto Alegre e Sevilha.

Silveira (2013) apresenta como referencial teórico-metodológico a análise das práticas discursivas e não discursivas de Michel Foucault e justifica a escolha, pois:

Trabalhar com a análise das práticas discursivas e não discursivas de Michel Foucault permite que se articulem as falas das pessoas com as marcas enunciativas que constituem a possibilidade de emergência da condição de sujeito. Nessa perspectiva, as falas são tomadas não mais como apenas individuais, mas como o arranjo possível das tramas institucionais em que essa pessoa está imersa, sendo consideradas tanto as situações como as posições que ela vivencia para poder enunciar algo. (SILVEIRA, 2013, p. 19).

Outro aporte teórico, que mais interessa nesta pesquisa, é o conceito de interseccionalidade, que no caso da pesquisa de Silveira é feito pelo conceito de gênero e pelos marcadores sociais de raça e etnia.

Assim, para investigar a interseccionalidade racial que atravessa a violência de gênero contra as mulheres nas relações de intimidade, amparei-me nos estudos que analisam os diferentes marcadores sociais que constituem a produção de subjetividade num país tão desigual como o Brasil. As discussões teóricas sobre os processos discriminatórios étnicoraciais me levaram a compreender um pouco melhor o significado coletivo, cultural e social desse tipo específico de violência de gênero contra as mulheres e as dificuldades em enfrentar de forma eficaz esse problema (SILVEIRA, 2013, p. 20).

Silveira (2013) utiliza Crenshaw para o desenvolvimento do conceito e identifica em sua pesquisa uma diferença de percentuais na representatividade das mulheres negras que acessaram a Lei Maria da Penha, sendo que na amostra com maior número de mulheres houve uma sobre-representação das mulheres negras, assim como nos boletins de ocorrência investigados. Desta forma, a autora salienta que, na questão do acesso à justiça, em seus níveis iniciais dos trâmites burocráticos as mulheres negras demonstraram buscar de forma mais intensa esses recursos. Além disso, também se evidenciou que nas falas dos/as juizes/as entrevistados/as, a interseccionalidade gênero-raça e etnia não é reconhecida como elemento que interfira no acesso à justiça, tanto em Porto Alegre como em Sevilha. Prevalece uma concepção do sujeito de direitos universal, em que não só a raça é deixada de lado como também outros marcadores sociais importantes, como a classe e a idade, que também não são abordados.

Silveira (2013) aponta a necessidade de discutir a interseccionalidade entre raça e gênero nos casos de VCM.

Desta forma, entendo ser importante colocar em análise as diferentes formas de subordinação às quais estão expostas parcelas significativas de nossa população. Esse posicionamento teórico pode funcionar como um agenciador de políticas públicas mais específicas e eficazes no enfrentamento do cotidiano de violação de direitos das mulheres (SILVEIRA, 2013, p. 21).

Conforme apontado, a partir de levantamento de estado da arte sobre a temática, as discussões da interseccionalidade entre gênero, raça e etnia nas situações de violência de gênero contra as mulheres nas relações de intimidade tem sido pouco explorada. Neste sentido, os estudos que foram apresentados neste bloco de análise são importantes no campo da interseccionalidade e na compreensão do contexto de existência social da mulher negra porque discutem a existência de uma relação entre o racismo e a violência cometida contra as mulheres negras.

Thalita Rodrigues (2015), na dissertação “Concepções de violência e interseccionalidade: análise em um centro de referência de atendimento a mulheres em situação de violência”, busca, a partir da interseccionalidade, ampliar os olhares para as VCM partindo da “compreensão do fenômeno a partir da experiência de vida em uma sociedade marcada por desigualdades que se interconectam, complexificando análises sociais e enfrentamento às desigualdades e violências” (RODRIGUES, 2015, p. 35).

Ao trazer a justificativa para o uso do conceito, a autora aponta que:

Existem muitas autoras e autores, perspectivas teórico-políticas importantes para a compreensão das desigualdades de gênero, sexualidade, raça e classe. Entretanto, nosso posicionamento aqui é o de priorizar discussões feministas que tratem destas desigualdades e conjugá-las à compreensão das violências contra as mulheres, o que não impede que estas/es outras/os autoras/es emergjam enquanto interlocutoras/es ao longo da dissertação (RODRIGUES, 2015, p. 34).

Destaca-se dentre os resultados do estudo de Rodrigues (2015) que os discursos preconceituosos e normativos estão presentes, não sendo surpresa a ausência de experiências de mulheres (lésbicas, prostitutas, trans) no serviço. Desta forma, a autora problematiza os movimentos institucionais de aproximação com os debates raciais.

João Paulo Bernardes Gonçalves (2015), dissertação intitulada “As intervenções com homens autores de violência doméstica contra as mulheres ante suas bases teórico-metodológicas e perspectivas políticas: as experiências no estado de Minas Gerais”, discute a VCM na perspectiva de homens que cometem/cometeram a violência⁴³.

De acordo com o autor:

É recente a discussão sobre a intervenção com homens que exercem violência doméstica, porém, na Lei 11.340/06 já está previsto o trabalho com este público.

⁴³ A pesquisa foi realizada no estado de Minas Gerais e contou como instrumentos de análise entrevista com os gestores institucionais e profissionais facilitadores dos grupos, análise documental e revisão bibliográfica sobre a violência masculina e sobre os feminismos (GONÇALVES, 2015).

Esta pesquisa busca contribuir para a discussão das diretrizes, a partir de uma perspectiva mais ampla, no que concerne o atendimento dos homens na política pública. A Lei Maria da Penha, em seu Art. 30, prevê o desenvolvimento de trabalhos de orientação, encaminhamento, prevenção e outras medidas, voltados para a ofendida, o agressor e os familiares, com especial atenção às crianças e aos adolescentes. Além disso, o Art. 35, inciso V, institui a criação e promoção dos Centros de Educação e de Reabilitação para os Agressores (p. 24).

Na discussão das interfaces do trabalho dos psicólogos relacionados com as intervenções com os homens que exercem violência contra as mulheres, ele aponta que as discussões do movimento feminista podem contribuir para a construção de uma identidade profissional congruente com as transformações sociais.

Justificando o uso da interseccionalidade, Gonçalves (2015) traz que:

A interseccionalidade do gênero – desde as categorias raça, classe, nacionalidade (ou a posição na desigual ordem mundial) – dão ampla implicação para a análise da masculinidade. Por exemplo, desde a perspectiva relacional do gênero, a masculinidade branca se constitui a partir da feminilidade branca, mas também da masculinidade negra. Por isso, Connell (1997) defende que se articule a 3ª análise das masculinidades com o legado histórico das situações coloniais e pós-coloniais. Segundo ele, isso também fornece base para compreensão do controle da polícia pelos homens brancos, das cortes e prisões nas colônias e, logo, com a presença maciça de homens negros nas prisões (GONÇALVES, 2015, p. 36-37).

A conclusão da pesquisa é a existência de uma organização social da masculinidade articulada a várias categorias identitárias. “A partir dessa perspectiva torna-se compreensível a organização social da masculinidade desde diferentes marcadores sociais e a regulação dos modos de subjetivação masculina. Nesse sentido, as estruturas de poder e opressão se voltariam à manutenção e reprodução de algumas ordens” (GONÇALVES, 2015, p. 100). E o autor continua, explicando que:

Porém, as agências masculinas associadas às categorias identitárias poderiam revelar formas de resistência à dominação. O conceito do patriarcado resulta do empenho teórico feminista que buscou da origem da subordinação das mulheres tencionando desconstruí-la, possuindo relevância de leitura apesar das críticas que tem recebido. É preciso destacar seu aspecto histórico que perpassa o desenvolvimento da sociedade baseada no patrimonialismo. Ele apresenta relevância na pesquisa social e no entendimento das relações e conflitos familiares. Ao visualizarmos o grupo dos HAV como um microcosmo da realidade, é possível inserirmos a noção da “política da localização”, que perpassa estranhamentos, incômodos e negociações a partir de diferentes lugares de enunciação (GONÇALVES, 2015, p. 100).

3.3.3 Interseccionalidade e Saúde

Sobre os estudos que se debruçam à análise interseccional na área da saúde, a dissertação de Heloísa Helena da Silva Duarte (2012), intitulada “A construção social da Saúde reprodutiva no Brasil: um olhar na perspectiva da interseccionalidade de gênero e raça” problematiza a relação das adolescentes negras grávidas com o sistema de saúde e com os profissionais que as atendem. A discussão é sobre as disparidades de gênero, classe e raça como importantes marcadores sociais para se pensar sobre a saúde das populações no Brasil, principalmente nas questões relativas ao pré-natal. A gravidez precisa ser pensada não a partir de sua ideia de risco e sim na perspectiva da produção de vulnerabilidade.

Conforme a autora, ao se considerar somente idade como fator isolado para analisar os indicadores de gravidez na adolescência, não se permite a compreensão do contexto em sua amplitude – fatores como classe social e raça são fundamentais para esta análise. Desta forma, a intersecção das desigualdades de classe e raça/etnia mantém e reforça as desigualdades de gênero, que interferem em relação à maternidade. No caso das classes populares, é grande o número de mulheres jovens que têm a maternidade como projeto de vida, o que já não é recorrente em classes mais favorecidas.

Duarte (2012) traz que mulheres de baixa renda, principalmente as negras, por não terem acesso a métodos contraceptivos, tinham nos médicos o poder de decisão sobre seus corpos, o que explica a grande opção destes pela esterilização. Evidencia-se, então, que mulheres negras têm menos acesso aos serviços de saúde de boa qualidade, incluindo os serviços relacionados à maternidade. A autora propõe a análise a partir da perspectiva de vulnerabilidade e não de risco, pois:

[...] a vulnerabilidade pode ser entendida como o resultado da interação entre os aspectos individuais do sujeito e fatores sociais de desigualdades em que ele está inserido, podendo, neste caso, a adolescente aumentar ou diminuir sua vulnerabilidade de acordo com sua capacidade de reinterpretar criticamente as mensagens que a colocam em situações de desvantagem (DUARTE, 2012, p. 19).

Neste caminho, problematiza-se que mulheres negras, situadas em contextos sociais de intersecção de fatores como violência de gênero, discriminação racial e pobreza, dentre outros, estão mais vulneráveis às doenças sexualmente transmissíveis, principalmente na adolescência. A saúde reprodutiva é compreendida na pesquisa como problema social, por isso utiliza-se como

perspectiva teórico-metodológica a análise crítica do discurso, focando o referencial teórico da interseccionalidade de gênero e raça, biopolítica e medicalização do corpo da mulher.

Salienta-se também que o movimento de mulheres negras vem ampliando o conceito de saúde reprodutiva de forma a favorecer as chances de vida e bem-estar destas mulheres, que são as mais atingidas pelos programas eugênicos, de esterilização em massa, para que possam ser respeitadas e ter autonomia, poder e decisão na escolha de métodos contraceptivos. A autora aponta que nos anos de 1980 e 1990, bem como na atualidade, as mulheres negras foram as mais afetadas nas esterilizações em massa e as que mais morreram por causas relacionadas à gestação, parto e ao puerpério.

A interseccionalidade é então utilizada como perspectiva analítica como possibilidade de compreender problemas sociais e as consequências estruturais e dinâmicas das intersecções complexas entre dois ou mais eixos de opressões. A autora utiliza feministas negras norte-americanas e brasileiras como Crenshaw (2002) e Caldwell (200) para evidenciar a atuação de mulheres negras que não ocupam centralidade nem no movimento negro, nem no movimento feminista.

Duarte (2012) traz esta tensão interna do movimento feminista para a luta pela saúde da mulher quando, desde 1960, as lutas feministas tinham como lema “nosso corpo nos pertence”, se referindo à integralidade do corpo, autonomia da sexualidade em relação à reprodução e temas como aborto. Essas temáticas, analisadas com olhar interseccional, apontam para uma dimensão biopolítica baseada em desigualdades de raça e classe.

Uma análise crítica das políticas contraceptivas contemporâneas mostra a continuidade de certos discursos que formavam parte de programas eugênicos da primeira metade do século XX: particularmente a ideia de que aos pobres é atribuído à perpetuação da pobreza e da marginalidade, por isso o controle reprodutivo dessa classe se dá pela restrição no número de gestações e de filhos, popularizando os métodos contraceptivos e o aborto, enquanto que a reprodução de indivíduos considerados talentosos e bem dotados é incentivada. Este foi o sustento ideológico das práticas de esterilização tubária em massa em mulheres de baixa renda, sobretudo de mulheres negras (DUARTE, 2012, p. 59).

Desde 1980 pesquisadores e ativistas sociais vêm investigando as causas da crescente esterilização de mulheres, sobretudo as de baixa renda onde se encontram a maioria das mulheres negras. Duarte (2012) problematiza que ao olhar para as desigualdades raciais é possível notar que a população negra está à margem nas condições sociais também de saúde. A partir de dados do Sistema de Informações de Mortalidade (SIM), a autora evidencia que a proporção de óbitos

maternos por aborto no período de 2000 a 2008, entre mulheres de dez a 29 anos, representou quase o dobro para mulheres negras em relação às brancas.

A análise se dá a partir de uma estratégia nomeada Rede Cegonha lançada em março de 2011 no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) com o objetivo de melhorar a qualidade da assistência pré-natal para diminuir a mortalidade materna e infantil. Quando a autora equaciona o quesito racial, revela os altos índices de mortalidade materna resultantes da má qualidade no atendimento pré-natal e a desorganização nos serviços de saúde.

[...] em geral as mulheres que buscam os serviços de saúde quando em situação de abortamento são discriminadas pelos profissionais de saúde e para as mulheres negras ocorre dupla discriminação por serem negras, recebendo o atendimento após as mulheres brancas, aumentando o risco de morte (DUARTE, 2012, p. 70).

A autora reforça um dos lemas do feminismo, “nosso corpo nos pertence”, mas problematiza a questão racial neste contexto.

Referindo à mortalidade materna, o movimento de mulheres negras traz questões relacionadas ao passado de políticas eugênicas que ainda refletem na biopolítica atual, como por exemplo, a questão da mortalidade materna ser maior entre mulheres negras. Enquanto que as reivindicações das feministas brancas aparecem mais relacionadas à autonomia/liberdade feminina, em poder decidir o que fazer com seu corpo (DUARTE, 2012, p. 73).

A conclusão do trabalho é na possibilidade da interseccionalidade como ferramenta analítica para produção de discursos sociais sobre saúde reprodutiva enquanto fenômeno social complexo envolvendo relações de poder e jogos de forças sociais em determinados contextos.

Eliana Costa Xavier (2015) também trabalha com interseccionalidade e saúde na dissertação intitulada: “Tá dentro, não tá fora: subjetividade, interseccionalidade e experiências de adoecimento de mulheres negras com doença falciforme”.

A pesquisa⁴⁴ se constitui a partir de dois estudos empíricos com a proposta de conhecer e analisar a história de mulheres negras com doença falciforme⁴⁵ e compreender como a

⁴⁴ De acordo com Xavier (2015), a pesquisa teve delineamento qualitativo e se caracterizou como exploratória-descritiva, na qual a coleta das informações se deu por meio de entrevistas semi-estruturadas que foram exploradas através da Análise Crítica do Discurso. Participaram nove mulheres com diagnóstico de doença falciforme, autodeclaradas negras e atendidas pelo Centro de Referência da Anemia Falciforme do Hospital de Clínicas de Porto Alegre (CRAF).

⁴⁵ “Cabe destacar que a Doença falciforme caracteriza o conjunto de síndromes ocasionadas por uma alteração genética onde as hemácias tomam a forma de ‘meia-lua’ ou ‘foice’. É uma hemoglobinopatia cujo processo altera o fluxo sanguíneo e compromete órgão e tecidos, causando uma anemia intensa que acarreta complicações clínicas que podem ocasionar sequelas irreversíveis” (BRASIL, 2012). É uma condição crônica de saúde que necessita de cuidados constantes, influenciando nos aspectos psicossociais das pessoas e podendo comprometer seu desempenho

subjetividade destas é construída e confrontada a partir do significado da doença que tem origem na ancestralidade negra. A autora realiza análises do acesso das mulheres negras com doença falciforme às políticas públicas de saúde, a partir dos itinerários terapêuticos na busca por cuidados para as questões de saúde produzidas pela doença, destacando a importância de resgatar as marcas de como foram experienciados, sentidos e compreendidos determinados momentos, acontecimentos, ou mesmo como ficou registrado na memória de cada mulher negra e/ou do seu coletivo o intercurso desta condição de saúde com os serviços de saúde pública.

Entender a construção da subjetividade de mulheres negras com doença falciforme possibilita a compreensão da experiência coletiva na visão de mundo sob a ótica racial, pois resgata e fortalece a concepção ampla dos determinantes sociais em saúde, como relacionados às condições sociais em que as pessoas vivem e trabalham (Paulo Buss & Alberto Pellegrini Filho, 2007). A complexidade da subjetividade feminina, da negritude e da doença falciforme foi problematizada a partir da argumentação constituída desde os inúmeros fatores que perpassam a vida das mulheres negras brasileiras, como raça e racismo, gênero, história, cultura, ancestralidade e adoecimento. Então, a singularidade de trabalhar com a história das mulheres negras nos possibilitou, através de seus discursos, a compreensão subjetiva dos momentos vividos como mulher negra com doença falciforme (XAVIER, 2015, p. 17-18).

Xavier (2015) apresenta também reflexões sobre a história de mulheres negras com doença falciforme e evidencia que a subjetividade destas é construída e confrontada a partir dos sentidos subjetivos associados aos marcadores de gênero, raça e classe social. Destaca-se como resultados que o impacto psicossocial da doença falciforme depende expressivamente dos serviços e das políticas de saúde, no acesso às tecnologias referentes à doença para dirimir o processo de adoecimento, bem como do significado que o sujeito associa a sua doença. Evidencia-se também que o racismo institucional, presente em todas as aproximações das mulheres negras na sociedade, responde à vulnerabilidade histórica que invisibiliza as mulheres negras.

Angelita Alves de Toledo (2012), na dissertação “Mulheres Negras Soropositivas e as Interseccionalidades entre Gênero, Classe e Raça/Etnia”, analisa a tríplice desigualdade e os fatores de vulnerabilidade que contribuem para mulheres negras de Florianópolis contraírem o vírus HIV/Aids.

emocional e social (CORDEIRO; FERREIRA, 2009). “Está associada à hereditariedade racial da população negra e acomete basicamente os africanos e os descendentes da África (BRASIL, 2012)” (XAVIER, 2015, p. 16).

A autora evidencia a importância da interseccionalidade na compreensão da articulação entre as categorias gênero, classe e raça/etnia no desencadeamento das vulnerabilidades individuais, sociais e políticas frente à epidemia do vírus HIV/Aids, que repercute de forma particular no processo de saúde e doença das mulheres negras (TOLEDO, 2012).

Os resultados das entrevistas com mulheres soropositivas autodeclarantes como pretas ou pardas demonstram:

[...] baixa escolaridade das mulheres negras; forte sentimento de discriminação racial, principalmente em relação ao trabalho; falta de percepção em relação a contrair o vírus por conta da confiança na estabilidade da relação e pelo imaginário da Aids, enquanto doença “do outro”; importância da realização do exame pré-natal durante a gestação; discriminação enquanto soropositivo e dificuldade de aceitação do vírus (TOLEDO, 2012, s/p).

Na conclusão da pesquisa a autora ressalta que há uma tríplice desigualdade a que estão sujeitas as mulheres negras, e que o “racismo sexista” favorece ao adoecimento, seja ele psíquico ou físico das pessoas de cor preta ou parda, contribuindo de forma decisiva na contração do vírus HIV/Aids (TOLEDO, 2012).

Leila Alcina Correia Vaz Bustorff (2010), na dissertação “O conceito de gênero nas políticas públicas que orientam atenção à saúde da mulher: revisão integrativa da literatura”, realiza uma revisão integrativa da literatura com os conceitos de gênero nas políticas de atenção à saúde da mulher, publicadas pelo Ministério da Saúde, no período de 1980 a 2000.

A partir da consideração de que a abordagem do conceito de gênero nas políticas públicas para as mulheres redimensiona o modo de conceber mulheres e homens, suas relações sociais, familiares e conjugais, com repercussões no entendimento das questões de saúde, da rede de serviços e da atenção à saúde propriamente dita, a autora apresenta que:

A construção de políticas públicas dirigidas à saúde da mulher no Brasil é parte das profundas mudanças societárias das últimas décadas, através das lutas do movimento feminista, aliadas às profissionais da saúde do movimento sanitário, comprometidas com a filosofia de saúde enquanto direito e preocupadas em garantir à mulher assistência integral, o que inclui a luta contra a situação de desigualdade entre homens e mulheres, e o poder de dominação que os homens, historicamente, exerciam sobre as mulheres. É na efervescência desses debates que se consolida o campo de estudos sobre gênero no Brasil, no final dos anos 1970, concomitantemente ao fortalecimento do movimento feminista no país (SILVA, 2000). No entanto, mesmo após anos de sua inserção, a incorporação da perspectiva de gênero por políticas públicas é um tema ainda pouco explorado (BUSTORFF, 2010, p. 13).

Os resultados da pesquisa de Bustorff (2010) apontam que o conceito de gênero foi construído ao longo dos anos permeado por diversas temáticas. Além disto, a autora aponta que o

crescente crescimento da participação das mulheres nas relações sociais que envolvem tanto a esfera privada como pública, conduz as políticas a um novo olhar sobre as mulheres e os homens, articulado com a categoria de gênero.

Salienta-se a necessidade de os órgãos governamentais que publicam e fornecem materiais no campo da saúde da mulher incorporem as relações de gênero em suas produções literais, auxiliando assim a compreensão das relações entre mulheres e homens e suas articulações com as questões de saúde.

A dissertação “Os direitos sexuais e reprodutivos da mulher e a atuação estatal: o respeito à diferença múltipla como fator orientador de políticas públicas de gênero”, escrita por Mayara Alice Souza Pegorer (2013), traz a importância da abordagem da diferença múltipla como fator norteador de políticas públicas para proteção da mulher e consequente reafirmação do processo de inclusão social feminino.

Problematiza-se que a abordagem dos direitos sexuais e reprodutivos, sob o enfoque da titularidade feminina, na Ciência Jurídica ainda é tímida, o que explica a adoção de uma proteção legislativa ainda conservadora, apesar das inúmeras iniciativas empreendidas atualmente em outros âmbitos.

Ademais, ao mesmo tempo em que se devem resgatar as relações historicamente travadas entre homens e mulheres a fim de se visualizar a evolução desse papel social assumido para atender a suas novas expectativas e, em consequência, proteger seus direitos, deve-se ter em pauta a existência de uma sociedade cosmopolita, marcada pela diversidade e pelo multiculturalismo, que traz ainda mais caracteres de identificação de grupo e individual. Daí o imperativo de se ponderar a existência de necessidades que marcam grupos existentes dentro de uma mesma categoria, nesse caso, a mulher, como forma de nortear os programas de proteção promovidos, traçando objetivos e integrando setores, inclusive no caso dos direitos sexuais e reprodutivos (PEGORER, 2013, p. 11).

A autora traz o conceito de interseccionalidade na discussão sobre o direito à diferença, seu emprego na questão de gênero e a construção da diferença múltipla. Aponta-se a necessidade de se conceber a diferença múltipla, reconhecendo a existência de uma minoria dentro de uma minoria. O conceito ganha prestígio ao possibilitar o estudo das implicações da subordinação em razão do gênero, correlacionando-a a outros eixos, e dentro da discussão dos direitos sexuais e reprodutivos.

A dissertação de Roseane Amorim da Silva (2014)⁴⁶, “Os significados do uso de álcool entre os/as jovens quilombolas de Garanhuns/PE: uma perspectiva interseccional”, apresenta uma pesquisa qualitativa de inspiração feminista que buscou investigar os significados do uso de álcool entre os/as jovens quilombolas do município de Garanhuns/PE, em interface com as questões de gênero, classe social e raça/etnia.

A autora apresenta sua pesquisa no campo de debate da saúde, ao lembrar que o uso abusivo de álcool ocasiona graves consequências para a saúde pública mundial. “Além de que informações sobre saber beber com responsabilidade e as consequências do uso inadequado de álcool ainda são insuficientes e nem sempre contemplam as diversas populações” (SILVA, 2014, p. 21).

A autora evidencia a partir de estudos realizados que na última década o álcool foi a droga depressora mais utilizada com fins recreacionais. No contexto do quilombo, posto que as situações juvenis são diversas, o uso de álcool também ocorre em diferentes situações, em bares das comunidades, em suas casas, sozinhos/as, acompanhados/as por parentes e amigos/as.

Os/as jovens quilombolas pesquisados/as têm suas trajetórias marcadas por situações em que ora a homogeneidade conferida à sua geração prevalece e ora a heterogeneidade de suas condições de gênero, raça/etnia e classe social definem seus percursos. Não podemos esquecer que eles e elas se inserem na sociedade em uma posição desigual e carregam o estigma histórico sobre o seu local de moradia, quilombola e rural (SILVA, 2014, p. 18).

Os resultados demonstram que as percepções sobre o uso de álcool diferem quando realizadas por homem, a que se atribui naturalização, e quando são praticadas por mulheres, que são difamadas principalmente quando o consumo é feito em bares. Salienta a necessidade de reflexões e ações sobre as condições desiguais que têm marcado a existência dos/das quilombolas e sobre estratégias que possam ser acionadas/desenvolvidas buscando maior afetividade política dessa população, considerando as repercussões do uso de álcool em seus projetos de vida (SILVA, 2014).

⁴⁶ Não foi trazida a análise desta pesquisa na categoria geracionalidade visto que a própria autora salienta que não se baseou nem na teoria geracional nem na classista. Buscou-se, a partir dessa diversidade de perspectivas, compreender os/as jovens, ora sendo importante refletir sobre a classe social e o contexto o qual os/a mesmos/as pertencem, ora delimitando uma faixa etária para os/as participantes da pesquisa, no intuito de visibilizar os/as mesmos/as (SILVA, 2014).

O uso do conceito interseccionalidade é justificado pela sua possibilidade de manter pesquisadores/as atentos/as à forma como as pessoas vão se constituindo no jogo de forças a que estão expostas (SILVA, 2014).

O olhar interseccional nos convocou a considerarmos a diversidade de tramas que os marcadores sociais de diferenciação vão engendrando, bem como percebemos que o tripé clássico discutido na literatura feminista que pretende enfrentar a subordinação gênero-classe-raça/etnia, também precisa ser tencionado, para que os discursos produzidos não reifiquem essas categorias de análise, sob pena de uma nova naturalização (SILVA, 2014, p. 19-20).

Neste bloco de análise as pesquisas de Duarte (2012), Xavier (2015) e Toledo (2012) trazem a especificidade da mulher negra; as pesquisas de Bustorff (2010) e Pegorer (2013) discutem a categoria mulher intersectada por outros marcadores, dentre os quais os marcadores raciais, e a pesquisa de Silva (2014) discute jovens negros, homens e mulheres.

3.3.4 Interseccionalidade e Práticas de Militância

Alexandre dos Santos Monteiro (2014), na dissertação “Mulheres negras em Jacutinga: sobre interseccionalidade e empoderamento”, realiza estudo sobre uma realidade de ocupação territorial de uma área da Baixada Fluminense⁴⁷ que se mostrou majoritariamente negra e, mais do que isso, se deu a partir de lideranças femininas.

Trata-se de estudo com aspectos etnográficos, geográficos e históricos. A pesquisa bibliográfica abrangeu trabalhos de, principalmente, antropólogos, geógrafos e historiadores, que estudaram as mulheres negras a partir do conceito de interseccionalidade, que pressupõe a interseção de formas de opressão.

Conforme salientado pelo autor:

Ao longo da pesquisa, foi possível perceber que a particularidade da ocupação da área do mutirão era muito maior do que a liderança de mulheres negras. Muito mais do que isso, eram mulheres que buscavam em Jacutinga o local de fuga de opressões diversas, geralmente impostas pelos próprios maridos: agressões físicas e morais, violência sexual, torturas. Eram mulheres que viam em Jacutinga o local de libertação, de possibilidade de construir uma nova realidade, uma nova vida, livres da violência e da humilhação, uma vida feliz (MONTEIRO, 2014, p. 4).

⁴⁷ A área estudada é delimitada pelas ruas Ana Peixoto, Barros Peixoto e Aimoré, e pela linha férrea auxiliar.

Para definir a existência de uma identidade territorial⁴⁸ negra e feminina em uma comunidade pobre da periferia da região metropolitana do Rio de Janeiro, o autor utiliza os conceitos de interseccionalidade e empoderamento:

Para compreender esta situação, consideramos importante abordar conceitos como interseccionalidade e empoderamento, sempre os relacionando à realidade vivida por mulheres negras moradoras de uma comunidade empobrecida, em estado de relativo abandono pelo Estado, o qual tem sido ausente tanto em termos de políticas públicas quanto na simples consideração da comunidade como relevante para os interesses políticos dos grupos dominantes (MONTEIRO, 2014, p. 45).

O estudo evidencia que o racismo se constitui enquanto expressão diária e habitual da discriminação racial, vivenciada pelos negros e negras que residem no bairro. O autor salienta, porém, que a opressão racial experimentada pela mulher negra apresenta peculiaridades em relação àquela que o homem negro é vítima.

Em outras palavras, numa sociedade patriarcal como o Brasil, ainda que subjugados racialmente, os homens negros usufruem do poder masculino que confere a eles privilégios e vantagens sociais, aos quais as mulheres negras não podem acessar; relegando-as, assim, a status ainda mais inferior que seus pares masculinos dentro da hierarquia de gênero, condição esta que ocupa um lugar abaixo das mulheres brancas na pirâmide das relações de gênero. Desse modo, um segundo elemento que impõe dificuldades sociais às mulheres negras se constitui na condição de gênero (MONTEIRO, 2014, p. 46).

Desta forma, Monteiro (2014) justifica que em consequência de a mulher negra experimentar um tipo de desigualdade ainda mais complexa e perversa, que parte da combinação do racismo com o sexismo, as mesmas são colocadas em condição tão singular “que somente através de conceitos como a interseccionalidade será possível compreender como este tipo de opressão se materializa e se manifesta na vida e status das mulheres negras” (MONTEIRO, 2014, p. 46).

Cintia Isabel Patti (2015) desenvolveu uma pesquisa que visa compreender os mecanismos de geração e repetição da discriminação e do preconceito sofrido pelas mulheres negras ao longo da história. Para isso, debruça suas atenções nos cursos propostos e executados pelas Promotoras Legais e Populares de Campinas (SP), cursos que objetivam conscientizar mulheres sobre seus direitos como pessoas e como mulheres, de modo a torná-las empoderadas e atuantes em suas vidas. Utiliza de metodologia participante e caráter qualitativo, onde ocorre

⁴⁸ O território pode ser definido, também, pela identidade que uma pessoa ou um grupo de pessoas têm para com um determinado espaço.

envolvimento e participação no curso, entrevistas com as organizadoras e coordenadoras de maneira formal e casual. A análise interseccional visa compreender de que modo raça e gênero interferem na autoestima e no reconhecimento de alunas do curso. O embasamento teórico do conceito de interseccionalidade é realizado a partir de Xavier e Werneck (2013) e Piscitelli (2008).

Ana Nery Correia Lima (2014), na dissertação “Grupo de mulheres negras Mãe Andresa: marcações identitárias de gênero e raça na produção de estratégias contra o racismo e o machismo”, busca compreender as estratégias contra a discriminação racial e de gênero produzidas por militantes do grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa, em São Luís - MA.

A autora tece reflexões sobre como marcações (raciais e de gênero), acionadas pelas militantes do Grupo Mãe Andresa nos espaços de militância em que estão inseridas, são negociadas na produção de estratégias frente ao racismo e o machismo. O aporte teórico tem como base os estudos pós-coloniais e subalternos, os estudos feministas pós-estruturalista, a interseccionalidade e o feminismo negro.

O termo “mulheres negras militantes” surge enquanto categoria analítica que se refere ao grupo de sujeitas marcadas (entre outras) pelo gênero e pela raça que se apresentam como mulheres negras, que estão situadas, também, no interior do Movimento Negro e Movimento de Mulheres Negras, ou seja, Feminismo Negro, onde constroem sua militância na busca por acesso aos direitos e enfrentamento ao racismo, machismo e outras formas de discriminação (LIMA, 2014).

De acordo com a autora, “em torno das dimensões das identidades/representações mulher e negra existem um mosaico de significados e diversidades circunscritos nessas categorias e por isso não devem ser analisadas fora dos contextos sociais em que são acionadas” (LIMA, 2014, p. 43).

Lima (2014) parte da compreensão da inexistência de um conceito ou entendimento único que abarque a multiplicidade e heterogeneidade presentes na representação mulheres negras.

No entanto, devo elucidar, que essa construção identitária é muito cara as atrizes sociais que as utilizam, pois se trata de, além de uma autorrepresentação, uma estratégia política de conquista de espaços e demarcação de lugares sociais para construção e efetivação de direitos e por essa razão é utilizada por elas na maioria das vezes como uma identidade mais “fixa” ou mais importante no rol de tantas outras que possam acionar (LIMA, 2014, p. 43-44).

O foco da interseccionalidade de gênero e raça no estudo é para a compreensão do sujeito político mulheres negras. Destaca-se, então, que por meio dessas marcações identitárias estas mulheres negras constroem estratégias na busca por seus direitos e por reconhecimento.

Ana Cristina Conceição Santos (2015), na dissertação intitulada “Mulheres negras, negras mulheres: ativismo na capital baiana (1980-1991)”, discute o movimento das mulheres negras em Salvador na década de 1980 e início dos anos de 1990. Trata-se de estudo com metodologia de natureza qualitativa com o propósito de interpretar os significados atribuídos por essas mulheres ao que se refere às opressões de raça-gênero-classe-sexualidade, de forma interseccional, e como elas constroem suas identidades no que concerne ser mulher negra ativista.

A dissertação de Mariana Passos Dutra (2015) intitulada “Trajetórias militantes e feminismos divergentes: transgressão, institucionalização e transeccionalidade” não foi localizada na íntegra. A partir do resumo observou-se que a pesquisa traz reflexões sobre as experiências de mulheres militantes de organizações feministas, buscando perceber através das suas trajetórias os aspectos constitutivos dos significados profundos e cotidianos dos movimentos feministas.

As categorias trabalhadas são: militância, movimento feminista, feminismos, interseccionalidade e feminismo institucional. Os instrumentos de coleta adotados por Dutra (2015) são entrevistas semiestruturadas de tipo qualitativo e de observação de campo. O objetivo do trabalho foi compreender de que maneira que o feminismo se insere na vida dessas militantes, de onde ele surge e como se torna parte central nas suas lutas, trabalhando através dos seus relatos biográficos e histórias de vida⁴⁹.

Lara Roberta Rodrigues Facioli (2013) realiza investigação sobre os processos de subjetivação em discursos de autoajuda contemporânea voltada para o público feminino, que quando penetram na rede, através de uma específica forma de uso das mídias digitais, se transformam em práticas de ajuda-mútua.

A autora realiza estudo etnográfico no site Bolsa de Mulher, com seus fóruns de debate, propagandas e venda de produtos e o grupo criado pelas usuárias no Facebook; as falas das usuárias e usuários que integram essa plataforma, suas histórias de vida e experiências, tanto com

⁴⁹ Ainda no resumo há a informação de que a pesquisa foi realizada na cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, com três feministas, na qual cada uma trouxe a realidade de três tipos de feminismos discutidos: o feminismo militante, que se dá através da vivência da entrevistada no movimento da Marcha das Vadias; o feminismo negro e o feminismo institucional (DUTRA, 2015).

a internet quanto com o próprio discurso da autoajuda; e, por fim, alguns livros do gênero, mais citados pelas colaboradoras e alguns exemplares dos mais vendidos nos últimos anos, no Brasil.

O referencial teórico adotado pela autora analisa questões de subjetividade por meio do uso das mídias digitais, bem como aquele que aborda uma perspectiva de interseccionalidade das diferenças de classe, gênero, sexualidade, raça e religião, todos os marcadores que atravessam tal uso.

A investigação se concentra nos processos de subjetivação em discursos de autoajuda contemporânea voltados para o público feminino:

[...] que quando penetram na rede, através de uma específica forma de uso das mídias digitais, se transformam em práticas de ajuda mútua. Tais práticas se mostraram atravessadas por um debate central, ou seja, aquele direcionado à esfera dos relacionamentos amorosos, ainda vistos como representantes do sucesso feminino (FACIOLI, 2013, p. 13).

As análises da autora evidenciam que nos discursos da plataforma do site do Bolsa da Mulher há intersecções entre gênero, sexualidade e raça, o que traz para o debate outros diversos marcadores que compõem a experiência de sociabilidade destas mulheres.

As matérias lançadas pelo Bolsa, principalmente aquelas que apresentam dicas sobre beleza, maquiagem e moda, comumente exibem como referencial de estética feminina mulheres brancas, magras e de cabelos lisos ou alisados. É frequente a exposição de textos que apontam, por exemplo, como usar cores que realçam o tom da pele, que vêm acompanhados de uma série de fotos de mulheres famosas, brancas, o que deixe evidente, nas entrelinhas, que o único tom de pele que de fato merece destaque é o do corpo não negro. Mesmo as reportagens que se colocam direcionadas a “ajudar” a mulher negra a entender sua pele, usando a maquiagem apropriada em meio a um mercado que ainda não dispõe de produtos para a pele e cabelos negros, acabam irrompendo na exposição de fotos de mulheres negras embranquecidas. Em recente conteúdo sobre como esconder espinhas na pele negra, a foto de chamada para a íntegra da matéria tratava de expor uma mulher com cabelos pretos nitidamente alisados e que se apresentava com um tom de pele quase branco (FACIOLI, 2013, p. 126).

A partir da pesquisa evidencia-se a presença de outros marcadores, além de gênero, em plataformas digitais utilizadas por mulheres.

3.3.5 Interseccionalidade Movimentos Artísticos

Foram encontradas também pesquisas que discutem a interseccionalidade a partir da análise de movimentos artísticos. Marcela Ernesto dos Santos (2014), em sua tese: “Resistindo à tempestade: a interseccionalidade de opressões nas obras de Carolina Maria e Maya Angelou”,

busca evidenciar nas obras⁵⁰ das autoras a escrita autobiográfica como a forma de expressão que não apenas traz à baila relatos preciosos acerca das mazelas enfrentadas pelas personagens, mas também sinaliza a tripla opressão vivida pelas mulheres negras.

Ao discorrer sobre a importância das narrativas, Santos (2014) apresenta que:

A narrativa data de tempos imemoriais e tem como objetivo compreender não apenas o mundo, mas principalmente a si próprio. Desse modo, na ânsia de imortalizar sua história de vida, o ser humano vale-se da palavra escrita para representar sua realidade, eternizando momentos que não podem ser capturados pelo cronos. Nesse ínterim, a literatura confessional ou escrita do eu destaca-se como uma narrativa de teor intimista em que o autor é também o sujeito da enunciação e tenta, por intermédio da palavra, explicitar fatos ocorridos em sua existência (SANTOS, 2014, p. 22).

Conforme evidenciado por Santos (2014), existem congruências nas histórias de vida de Carolina Maria e Maya Angelou.

A negritude, o preconceito, as dificuldades para criar os filhos sozinha num mundo tipicamente misógino e a coragem para transformar esses episódios de dor em fatos memoráveis, fazem das autoras supracitadas ícones da escrita do eu. Valendo-se do veio da memória, Carolina e Maya revisitam o passado e relatam com poeticidade eventos de dor que nem mesmo as transformações do tempo são capazes de apagar. Ao registrar a própria existência, por meio da escrita, as escritoras transcendem os limites do cronos e levam o leitor a uma reflexão sobre questões identitárias, sexistas e, sobretudo, preconceituosas que ainda assolam a realidade de muitas mulheres negras (SANTOS, 2014, p. 32).

Evidencia-se que a hierarquia de gênero, raça e classe tem direcionado mulheres negras para a fronteira dos acontecimentos, silenciando as vozes afro-femininas. A análise da obra destas autoras evidenciou a interseccionalidade de opressões como a grande temática das obras em questão, podendo ser entendida como uma realidade social conflitiva e tensa, que se quer transformada (SANTOS, 2014).

Barbara Araújo Machado (2014), na dissertação intitulada “Recordar é preciso”: Conceição Evaristo e a intelectualidade negra no contexto do movimento negro brasileiro contemporâneo (1982-2008)”, discute a relação entre literatura e militância e, mais amplamente, entre cultura e política no movimento negro brasileiro contemporâneo.

Machado (2014) apresenta a análise da trajetória e da obra literária da escritora negra Conceição Evaristo, considerada como uma intelectual orgânica⁵¹.

⁵⁰ As obras analisadas por Santos (2014) foram: *I know why the caged Bird sings* (1969), *Gather together in my name* (1974), de Maya Angelou, *Diário de Bitita* (1982) e *Quarto de Despejo* (1960), de Carolina Maria de Jesus.

⁵¹ Segundo a concepção de Antônio Gramsci (MACHADO, 2014).

A análise da trajetória e a obra da Conceição Evaristo se volta na observação das formas de organização da intelectualidade negra – em particular escritoras e escritores –, bem como as estratégias utilizadas pelo movimento na construção de uma identidade negra combativa e reivindicatória de direitos em uma sociedade dominada pela ideia hegemônica de democracia racial.

Como parto do pressuposto de que existe uma vinculação entre intelectuais e os grupos sociais em conflito, ainda que alguns deles se apresentem como observadores/as independentes e externos/as ao processo social, cabe um olhar mais atento a essa vinculação. Além da questão da luta de classes, há outras questões que complexificam os conflitos sociais. É a essa complexidade que Conceição Evaristo se refere quando fala em um “lugar social e étnico” que ocupa na academia e, em termos de sua produção literária, ao cunhar a expressão “escre(vivência) de dupla face”. Essa “dupla face”, que remete à sua experiência como mulher e como negra, pode ser desdobrada em uma “tripla face”, já que 33 não só o gênero e a raça, mas também a classe se apresentam como aspectos fundamentais na experiência subjetiva, na trajetória intelectual e na produção literária da autora (MACHADO, 2014, p. 32-33).

A autora discute a dificuldade na conciliação de uma análise que ressalte questões como a de gênero e a de raça com uma perspectiva marxista da questão de classe.

Da obra da autora, não se depreende apenas a conclusão de que a população negra é oprimida em nossa sociedade. Conceição fala sobre as maneiras como quem é oprimido/a e explorado/a se sente, vive, experimenta opressão e exploração. “Maneiras”, no plural, porque cada ser humano sofre de um jeito. Se a população negra compartilha uma experiência sócio-histórica por conta da prática do racismo, isso não anula o fato de que cada pessoa experimenta a vida de uma maneira. Ao humanizar o sofrimento, Conceição Evaristo constrói uma obra literária que não é panfletária ou simplificadora, mas carregada de uma sensibilidade literária fundamental para uma reflexão mais profunda sobre as relações de subalternidade no Brasil (MACHADO, 2014, p. 116).

O desafio proposto pela autora é abordar estas questões não em um caminho de soma de elementos equivalentes cujo resultado é desigualdade social, e sim partindo do pressuposto de que as dimensões de classe, raça e gênero se apresentam na realidade de forma imbricada e complexa, estruturando e organizando a desigualdade e a opressão. De acordo com Machado (2014), esse entendimento baseia-se em uma perspectiva interseccional de análise.

Valéria Souza (2014), na dissertação “Os tambores das 'yabás': raça, sexualidade, gênero e cultura no bloco afro Ilú obá de Min”, investiga as maneiras pelas quais as componentes do Bloco Afro Ilú Obá De Min: Educação, Cultura e Arte operacionalizam e articulam os marcadores sociais da diferença raça, gênero e sexualidade. A análise é feita a partir da história do carnaval no Brasil o lugar ocupado pelo Ilú Obá no carnaval paulistano; os processos que deram origem ao

bloco, sua composição artística e o perfil das integrantes; as dinâmicas das relações de raça, gênero e sexualidade no interior do bloco; o trânsito entre o Bloco Afro Ilú Obá De Min e o seu Ponto de Cultura Ilú Oná: Caminhos do Tambor.

Por certo tempo as discussões sobre mulher negra na composição do Ilú não eram bem recebidas e com atuação de Beth Belli, pressionada por parte da população negra que colocava em pauta a ausência de mulheres negras no Ilú Obá, passou a trabalhar mais esse tema nas reuniões e encontros de dentro do bloco.

A partir de análises de Carneiro (1995), McClintock (2010) e Moutinho (2004), a autora analisou as formas com que marcadores sociais da diferença tais como raça, gênero, sexualidade, religiosidade e cultura operam um em relação ao outro no cotidiano do Bloco Afro Ilú Obá De Min, agindo de diferentes formas em diferentes situações (SOUZA, 2014). Abordam-se discursos antropológicos sobre cultura e cultura negra e as formas que as componentes do bloco interpretam e operacionalizam essa cultura.

Sumaya Machado Lima (2010), na tese “As filhas do vento e o céu de Suely: sujeitos femininos no cinema da retomada”, analisa como os filmes ficcionais de longa-metragem, situados no período da retomada do cinema brasileiro, “As filhas do vento” (2005), de Joel Zito Araújo e “O Céu de Suely” (2006), de Karim Aïnouz, representam sujeitos femininos em condição de exclusão social e como ocorrem as estratégias de poder relacionadas a esses sujeitos.

Maria Isabel de Castro Lima (2009), na dissertação “Cassandra Rios de lágrimas: uma leitura crítica dos inter(ditos)”, discute que obras consideradas de pouca complexidade pelo cânone do século XX ficaram à margem dos estudos literários.

Neste panorama, as autobiografias de mulheres começaram a ser procuradas e lidas, ou relidas pela crítica feminista a partir dos anos 1980. O destaque é feito para narrativas que sofrem marginalização dentro destas marginalizadas, obras de mulheres lésbicas, ignoradas, escondidas ou tratadas como doentes mentais. Cassandra Rios⁵² faz parte destas mulheres que foram invisibilizadas e com seu trabalho literário luta pelos direitos de mulheres lésbicas.

Em sua pesquisa, Lima (2009) realiza um histórico sobre o gênero autobiográfico, abordando algumas teóricas feministas pós-estruturalistas. Desta forma se destaca a importância

⁵² Cassandra Rios é o pseudônimo da escritora Odete Rios.

do estudo dos textos autobiográficos de mulheres para uma reescrita da História, apresentando aspectos críticos sobre as diferenças existentes dentro da categoria mulheres.

A autora salienta que:

Usar a categoria “mulher” para análise é uma estratégia de articulação política. No entanto, é imprescindível que essa estratégia leve em consideração que o sujeito é intersectado por múltiplos discursos, pelas condições de produção de seu texto, pelo momento histórico, além de outras tantas categorias, como sexualidade, classe, raça e etnia (LIMA, 2009, p. 28).

Para estudar o tema de maneira mais aprofundada, a autora identifica a exclusão social, através do conceito de interseccionalidade/discriminação composta de Crenshaw.

O conceito feminista de interseccionalidade serviu para visualizar os conflitos que levam as personagens a um determinado tipo de exílio, à negociação de suas identidades e ao seu eventual reposicionamento social ou político. Posicionamento político no sentido mesmo que o feminismo aplica. “O pessoal é político”, de forma que modos de pensar sempre serão diversos e constituídos em múltiplas vozes, às vezes, convergentes, outras vezes contraditórias, mas sempre focalizadas nas lutas e conquistas das mulheres (idem, 2010, p. 60).

Jorge Hilton de Assis Miranda (2015b), na dissertação “Perspectivas de rappers brancos/as brasileiros/as sobre as relações raciais: um olhar sobre a branquitude”, traz a necessidade de se compreender o estilo musical do rap dentro do seu contexto elementar de composição do hip-hop enquanto manifestação de caráter sociopolítico que envolve cultura e movimento. Ele diz que no Brasil:

[...] o Rap surge na década de 1980. Seus precursores são herdeiros da Black Music brasileira dos anos 1970, cena fortemente inspirada pelo contexto de luta política e cultural estadunidense. Nesse enredo anterior, as composições dos artistas negros locais refletiam cada vez mais consciência da sua cidadania e negritude, com valorização da estética afro, revolta contra opressão e incentivo à mudança de comportamento (MIRANDA, 2015b, p. 23).

O rap no Brasil, conforme o autor, recebeu muita influência norte-americana, e embora no início não se voltasse diretamente para as injustiças sociais, teve em seu segundo momento uma crítica muito ativa ao machismo e ao sexismo.

Coloca-se em debate os conflitos da legitimidade de “brancos cantando músicas de negros” e evidencia a partir de falas de seus sujeitos de pesquisas que muitos se sentiram discriminados por serem brancos em um espaço socialmente considerado para negros. O autor, porém, problematiza que os preconceitos sofridos por brancos e negros não podem ser equiparados, já que os negros são acometidos de maiores injustiças e violências sociais. Ele traz para debate o conceito de empatia abnegada como sendo a “elevada capacidade de compreensão

e aceitação de situações ofensivas por outro indivíduo ou grupo, em razão de contextos históricos de injustiça nos quais esses se encontram” (MIRANDA, 2015b, p. 42).

Para discutir identidades o autor aborda outras categorias de análise como gênero, religião e estética, articulando-as com raça. Aponta que dentro do movimento do rap a educação enquanto processo de transformação positiva dos indivíduos pode sensibilizar homens para que estes também se tornem capazes na luta contra o machismo.

3.3.6 Interseccionalidade e Intergeracionalidade

Neste bloco apresentam-se as discussões da interseccionalidade envolvendo fatores intergeracionais. A dissertação de Miranda (2015a), intitulada “Tecendo o futuro: vivências de mulheres negras em uma perspectiva intergeracional e familiar”, e a de Jesus (2015), “Desigualdades de gênero e intragênero: um estudo acerca das representações sociais do envelhecimento”, discutem a intersecção de gerações, gênero, raça, sendo que a segunda complexifica o debate incluindo sexualidade.

Miranda (2015a) discute como o racismo impacta a vida de mulheres negras, mesmo que não faça parte das discussões elaboradas por estes sujeitos. A interseccionalidade é feita a partir das opressões de raça, de gênero e classe social. Evidencia-se a dificuldade de se trabalhar em uma abordagem interseccional, por esta ter sido pouco explorada em termos de análise, tornando-se um desafio teórico, metodológico e político a ser enfrentado.

O estudo se realiza a partir de entrevistas com uma família monoparental composta por três mulheres de gerações diferentes, o que revela importantes aspectos do ponto de vista analítico e teórico. A partir destas entrevistas a autora discute corporalidade negra, cotas raciais, miscigenação e racismo institucional, dentre outros, e problematiza a situação de mulheres negras a partir da compreensão de que a desigualdade racial é um fenômeno que ocorre não somente concomitantemente a outros, mas também em interação com estes. “Entre os múltiplos processos e fenômenos que operam no cotidiano dessas mulheres, a conjugação da desigualdade racial com a desigualdade de gênero potencializa situações de vulnerabilidade” (MIRANDA, 2015a, p. 64). A interseccionalidade é discutida a partir de Crenshaw e inclui-se na análise interseccional, além da desigualdade de gênero e social, a desigualdade geracional que evidencia o adultocentrismo e promove acesso desigual de poder entre os adultos e as crianças e (ou) adolescentes.

Jesus (2015) realiza um estudo sobre as desigualdades de gênero e intragênero durante o processo de envelhecimento. A autora parte da crítica aos estudos sobre os processos de envelhecimento que desconsideram a trajetória de vida individual.

É diante deste contexto de reflexão sobre o envelhecimento que uma pesquisa de cunho interseccional se faz necessária, uma pesquisa que leve em consideração como aspectos que compõe o gênero, a raça, a geração, a classe e a sexualidade se entrecruzam na vivência do processo do envelhecimento (JESUS, 2015, p.15).

Os estudos de Jesus (2015) e Miranda (2015a) evidenciam que as mulheres negras, ao cruzarem as zonas de impactos entre opressões de gênero e raça durante a velhice, sofrem violências sociais de injustiças que merecem atenção. Já nos estudos de Souza (2015) e Hammes (2015), percebe-se a questão geracional e seus impactos na população jovem em relação ao consumo de álcool.

Souza (2015), na dissertação “‘Quando não tem bebida, morga logo!’ Um estudo interseccional sobre juventude e consumo de álcool”, realiza uma análise interseccional sobre juventude e consumo de álcool. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de inspiração feminista, inserida na Psicologia Social. A interseccionalidade é utilizada em relação aos marcadores sociais que permitem compreensão/intervenção de/em posicionamentos das/os jovens interlocutoras/es relativamente ao consumo de álcool.

Problematiza-se na pesquisa que o álcool é um importante elemento relacionado à sociabilidade de jovens e que o tensionamento público-privado caracteriza diferentes experiências com as bebidas. Destaca-se nesta pesquisa os significados do beber e suas distinções quanto aos marcadores de gênero, sobretudo quando articulados às vivências e posicionamentos sexuais. Conforme evidenciado, a mulher que bebe em espaços públicos, principalmente, é alvo de críticas e regulações; além disso, a experiência de embriaguez para mulheres jovens é fortemente associada ao risco de violência sexual. Por outro lado, o homem que bebe pode se sentir mais desinibido, e assim, colocar-se de forma mais ativa em situações de paquera, o que lhe é esperado e valorizado.

Hammes (2015), na pesquisa “No Feirão do Chope: Um estudo antropológico sobre intersecções entre marcadores sociais da diferença em um bar na região periférica de Goiânia”, apresenta um estudo etnográfico com o objetivo de analisar e entender o processo de constituição de identidades, subjetividades e pertencimentos experimentados por jovens frequentadoras/es do espaço de lazer e sociabilidade noturna.

A partir de indagações sobre a formulação de elementos de subjetividade e pertencimento, Hammes (2015) traz reflexões sobre a associação artificial entre “periferia” e “negritude”, que naturaliza os locais de baixa renda, afastados e estigmatizados econômica e socialmente, como “lugar de negro”. O autor também problematiza os efeitos da erotização do corpo dos homens negros.

A interseccionalidade é juventude, gênero e sexualidade com raça, em uma investigação e formulação a partir do conhecimento de alguém marginalizado. Utilizam-se também os estudos de Crenshaw e apresenta interseccionalidade como mais que um conceito categórico sistematizado.

Ao invés, ou mais do que isso, seria um método de análise contextualizado das múltiplas formas através das quais os marcadores sociais da diferença (ou eixos de subordinação) se entrecruzariam nas relações sociais e de poder intragrupais, revelando a condição, mais ou menos “subalternizada”, a partir da qual os indivíduos se localizariam/seriam localizados nas interações sociais (HAMMES, 2015, p. 58).

No estudo de Pocahy (2011), o foco é nos discursos de objetificação dirigidos a homens idosos que exercem práticas homo/eróticas. Na tese “Entre vapores e dublagens: dissidências homo/eróticas nas tramas do envelhecimento”, o autor se dedica na análise das formas de regulação do gênero e da sexualidade em interseccionalidade com a idade, buscando compreender de que maneira se produzem estratégias de contestação às significações desqualificantes sobre a (homo)sexualidade e o envelhecimento.

A partir de trabalhos de Mendes-Leite (2000; 2003) se discute “a possibilidade de pensarmos que existe uma tensão no terreno das experimentações da (homo)sexualidade que não se acomodam tranquilamente e necessariamente por ocasião de um espaço configurado que se destina a um grupo supostamente identitário” (como se esta representação fosse fechada, sem ranhuras, fissuras etc.) (POKAHY, 2011, p. 130).

Considerando a existência de uma diversidade de categorias, de papéis, de extratos sociais e de diferenças de idade o autor anuncia que trabalha com interseccionalidade a partir de Richard Parker (2002), Néstor Perlongher (1981; 1987), Veriano Terto Jr (1987) e Peter Fry (1982)⁵³.

A partir da perspectiva de diversidade e de mudanças sociais ao considerar interseccionalidades sociais e dimensões culturais distintas, Pokahy (2011) evidencia algumas das

⁵³ Ao longo do texto não foram encontradas relações diretas destes autores com interseccionalidade.

relações de poder em torno das formas de regulação da vida que se interseccionam às marcas e habilidades do corpo, aos discursos de racialização humana, às relações sociais abertamente tarifadas, à classe social, às representações de masculinidade e à orientação sexual.

3.3.7 Interseccionalidade e Relações de Trabalho

Neste bloco de análise se encontram as pesquisas que envolvem relações de trabalho analisadas a partir da interseccionalidade. Santos (2010), na dissertação “Desigualdade e identidade no serviço doméstico: intersecções entre classe, raça e gênero”, analisa as identidades construídas nas relações entre trabalhadoras domésticas e patroas. Importante destacar o apresentado pelo autor de que:

O serviço doméstico remunerado se constituiu, então, como um objeto fundamentalmente importante para essa perspectiva. Suas características tradicionais, de trabalho feminino executado predominantemente por negras e pobres, o fizeram um dos objetos centrais das preocupações do feminismo negro (SANTOS, 2010, p. 10).

Neste sentido o autor demonstra que o trabalho doméstico tem sua peculiaridade por reunir em si a herança simbólica da escravidão negra e da desvalorização histórica do trabalho feminino.

Nesta pesquisa se elegem os conceitos de “identidade” e “diferença” como categorias analíticas centrais, e as categorias de classe, raça e gênero como marcadores das diferenças que perpassam essa relação, se tornando bases para a construção de identidades. Utiliza a metáfora da interseccionalidade como cruzamento, conexão e combinação e justifica seu uso pela hipótese de que o serviço doméstico se baseia em relações que envolvem uma conexão complexa entre diferenças e desigualdades de classe, raça e gênero que, de acordo com o contexto, forjam identidades mais ou menos estáveis. A partir dessas identidades, patroas e trabalhadoras domésticas se posicionam na relação e interagem levando em consideração as diferenças existentes entre elas.

Redinz (2014) também desenvolve pesquisa sobre o trabalho doméstico no Brasil. Na dissertação “Trabalhadora doméstica – patriarcalismo, interseccionalidades de gênero e raça e situação no mercado de trabalho no Brasil”, aborda a problemática da interseccionalidade entre raça e gênero, discutindo de forma crítica o trabalho doméstico a partir de suas bases históricas, desenvolvimento normativo, legislação brasileira e as condições das trabalhadoras domésticas a partir de suas vivências de preconceito e discriminação.

Apresentando que no processo histórico houve direcionamentos de papéis importantes para homens e as tarefas domésticas e cuidados de filho para mulheres, ocorreu uma mudança e as mulheres passaram a exercer papéis menos significativos para a sociedade, que ocorrem na extensão do próprio lar, sendo exemplos os cargos de a secretária/ajudante de um empresário. A estes cargos aliam-se baixa remuneração e nenhum poder (REDINZ, 2014).

O autor trabalha com interseccionalidade a partir da constatação de que:

[...] as muitas formas de discriminação e de preconceito não agem de forma separada e isolada sobre suas vítimas, mas na verdade, em inúmeras vezes, uma mesma pessoa acaba sendo vítima de mais de uma forma de opressão. Em tais casos, uma mesma mulher poderá vir a sofrer discriminação de gênero e também de raça, caso seja negra, ou mesmo de classe, se for pobre, além de muitas outras formas de opressão. Segundo a teoria interseccional tal questão deve ser analisada sob a ótica de gênero, raça e classe, em sua totalidade, e não isoladamente, como se tratassem de categorias distintas de mulher, na qual cada forma de discriminação e preconceito seria tratada de forma isolada, sendo que na experiência real se mesclam e se manifestam de múltiplas formas e sob inúmeros contextos em relação a uma mesma pessoa (REDINZ, 2014, p. 36).

Para o doutor em Direito, o conceito de interseccionalidade de raça e de gênero permitiu a compreensão sobre as desigualdades existentes entre homens e mulheres, principalmente no que diz respeito às mulheres negras e pobres. O autor discute que estas desigualdades também se fazem presente no campo das relações de trabalho, e em sua pesquisa demonstra “o impacto da interseccionalidade de raça e gênero sobre as mulheres trabalhadoras domésticas, que pelas condições de raça e gênero são submetidas a estereótipos e discriminações, o que acaba dando margem a todo tipo de preconceito e exploração” (REDINZ, 2014, p. 61).

Ele discute que ainda hoje são poucas as mulheres que realmente chegam ao poder, e quando chegam são cobradas de maior competência e ainda recebem salários inferiores aos homens, mesmo exercendo mesma função. Estudos recentes, de acordo com o autor, demonstram maior inserção da mulher no mercado de trabalho com a diminuição das diferenças salariais.

[...] apesar de tais avanços “muita coisa ainda tem que mudar”, visto que “o preconceito em relação ao ‘gênero’ ainda existe e, sendo algo cultural, não irá acabar tão cedo”. Mas é inegável é que “mesmo com todo preconceito existente na sociedade, cada vez as mulheres estão conseguindo quebrar as barreiras e ocupar cargos que antes eram dados exclusivamente aos homens (REDINZ, 2014, p. 36).

Larissa da Silva Araújo (2015), na dissertação “Baianas de acarajé⁵⁴ contra FIFA: um estudo de caso sobre desenvolvimento e colonialidade”, investiga a implementação de um modelo de desenvolvimento por megaeventos durante a realização da Copa do Mundo da FIFA de 2014, que resultou na violação de direitos humanos de vários brasileiros, entre eles as baianas de acarajé.

A partir de pesquisa de campo, realizada em Salvador em 2014, e pesquisa documental, Araújo (2015) identificou estratégias e discursos da disputa entre as baianas de acarajé e as instituições, revelando uma tensão entre o desenvolvimento e a “diferença”, categorias que resumem as distintas visões em jogo.

A interseccionalidade é apresentada enquanto metodologia, juntamente com o marco teórico da (des)colonialidade. A autora realiza uma discussão sobre a tensão entre direitos humanos universais – na figura do direito ao desenvolvimento – e o direito à diferença. Uma discussão teórica sobre essas categorias desvela a realidade subjacente ao conflito e indica caminhos descoloniais para distender a tensão.

Optei por fazer a análise desse estudo de caso a partir da metodologia da interseccionalidade e da perspectiva do conhecimento situado. Isso porque eu poderia fazer a análise a partir do enfoque em apenas uma das categorias de análise – enfoque nas relações de gênero, raça ou classe – mas não me sentia à vontade para delimitar o escopo da pesquisa com o olhar direcionado a investigar apenas uma das relações. Essa metodologia me deu a possibilidade de observar o campo considerando distintas categorias que, articuladas, compõem uma estrutura de dominação e exploração que sustenta e constitui as relações de poder entre os sujeitos em interação. Já a perspectiva do conhecimento situado me permitiu investigar o estudo de caso a partir do olhar das baianas de acarajé, que, por ocuparem uma posição desprivilegiada nessa trama de relações, paradoxalmente, tem o privilégio de compreender o todo com mais riqueza de detalhes (ARAÚJO, 2015, p. 4).

A partir de investigação sobre a vida cotidiana das baianas, a autora consegue identificar as chaves de interpretação das relações de poder de gênero e raça que estão envolvidas.

⁵⁴ De acordo com Araújo (2015), o ofício de baianas de acarajé tem percorrido várias gerações e se constitui enquanto conhecimento popular disseminado há séculos no estado da Bahia. A autora aponta que em tempos coloniais, esse ofício teve grande significado para muitas mulheres e se constituía como única alternativa de sustento familiar e sobrevivência, não só econômica, mas também simbólica e religiosa – ainda hoje, essa prática é o que dá sustento para muitas famílias. Desta forma “com a popularidade, tanto do futebol no Estado quanto dos alimentos oferecidos em seus tabuleiros, não surpreende que as baianas sejam presença comum nos estádios, há pelo menos 50 anos, segundo relatos das próprias baianas. Mas, em tempos de Megaeventos no País, inúmeras violações de direitos humanos acontecem em nome da realização das obras e do cumprimento das exigências do capital internacional” (ARAÚJO, 2015, p. 1).

Edilene Machado Pereira (2015), na tese “A vivência de mulheres em cargos em cargos executivos em grandes empresas: uma análise interseccional das desigualdades de gênero e de raça”, apresenta uma pesquisa dedicada justamente a compreender as barreiras existentes em mulheres ocupando cargos de poder. Tendo como cenário as cidades de São Paulo e Salvador (capital da Bahia) e também as trajetórias de executivas pretas, pardas e brancas, na sociologia do trabalho, trata-se de uma pesquisa com abordagem sociológica/social que analisa a questão do racismo, sexismo e pré-equidade no mundo empresarial.

Pereira (2015) analisa as condições do mercado de trabalho para as mulheres brasileiras pretas, pardas e brancas, com foco nos cargos executivos⁵⁵ no mundo corporativo, evidenciando os percalços enfrentados para manter ou garantir sua mobilidade profissional, a partir da identificação de quanto os traços raciais influenciam na ascensão dentro da carreira profissional. A interseccionalidade é em relação à condição de gênero e à pertença racial para esta mobilidade, com o cruzamento das categorias raça, sexismo e classismo.

O mundo do trabalho das mulheres negra e branca brasileira pode ser caracterizado como categoria fundamental do ser social dentro de uma sociedade racializada, na qual a sociologia das ausências impera no tocante à invisibilização dessas mulheres (PEREIRA, 2015, p. 126)

A mulher negra vivendo em ambiente urbano ocupa lugar predeterminado com pior qualidade e remuneração. A autora problematiza tal cenário e promove análises a partir da ideologia da democracia racial que permeia a sociedade brasileira e a interseccionalidade na perspectiva de Kimberlé Crenshaw.

O fenômeno da interseccionalidade é evidenciado nos dados que apontam que:

[...] apesar de as mulheres pretas e pardas representarem uma parcela de 50,1% do total das mulheres ativas na população brasileira, ainda sofrem exclusão originada na junção de patriarcalismo, gênero, raça, opressão de classe e traços físicos causando desigualdades básicas entre as mulheres pretas, pardas e branca (PEREIRA, 2015, p. 126)

Os resultados do estudo apresentam as diversas maneiras de exclusão sofridas pelas mulheres pesquisadas, mas evidenciou-se o efeito que os atos discriminatórios causam em cada mulher de forma diferenciada, causando maiores danos às mulheres negras.

⁵⁵ Conforme Pereira (2015, p. 35) são consideradas “executivas aquelas profissionais que ocupam posições gerenciais ou de direção em grandes empresas, nacionais públicas e privadas assim como multinacionais que compõem o mundo corporativo. Portanto mulheres que nesses cargos assumiram responsabilidades e tem voz e poder de decisão nos lugares profissionais que ocupam”.

Esses atos são de forma velada ou declarada. O machismo e o sexismo estão presentes na fala de todas as participantes, mas, acrescenta-se aqui o racismo, a classe social de origem que compõem a interseccionalidade que mesmo invisibilizadas estão presentes no cotidiano dessas mulheres como nos informa Crenshaw (2002). Frequentemente, um certo grau de invisibilidade envolve questões relativas às mulheres marginalizadas, mesmo naquelas circunstâncias em que se tem certo conhecimento sobre seus problemas (PEREIRA, 2015, p. 222).

André Geraldo Ribeiro Diniz (2013), na dissertação “Sobre subalternidades e enfrentamentos: sexualidade, poder e agenciamentos na experiência de mulheres prostitutas”, se debruça a uma análise interseccional de sexualidade com ênfase na identificação e análise de posições de agenciamento na experiência de mulheres prostitutas em Belo Horizonte. O autor busca desvelar as condições de subalternidade que fazem parte do cotidiano destas mulheres para identificar experiências de resistência e afirmação de autonomia.

A perspectiva interseccional adotada por Diniz é a proposta por Brah (2006) e Brah e Phoenix (2004), que considera experiência enquanto possibilidade de significado.

Os três dispositivos de articulação de marcadores sociais apontados por Mayorga & Prado (2010) foram tomados neste estudo como categorias analíticas transversais. Assim, buscamos analisar de que forma esses dispositivos atuam nas dinâmicas de diferenciação social relacionadas à prostituição, e de que maneira eles articulam diferentes marcadores na produção de opressões, subalternidades, resistências, dentre outros efeitos de poder. Chamamos a elas de categorias analíticas transversais porque elas foram utilizadas transversalmente na análise das categorias centrais do estudo. As categorias analíticas centrais foram determinadas a partir das tensões identificadas no campo de pesquisa, associadas aos pressupostos teóricos nos quais se sustentam nossas hipóteses e argumentos (DINIZ, 2013, p. 36).

As conclusões do autor evidenciam que há uma constante articulação entre os marcadores dos diversos sistemas de poder como pano de fundo para as dinâmicas de subalternização das prostitutas.

Neste bloco de pesquisa, todos os estudos, exceto o de Diniz (2013) que discute a categoria mulher atravessada por outros marcadores, discutem a especificidade da mulher negra. Apoiados nesta análise desta parte do levantamento, concorda-se com Carneiro (2003)⁵⁶ que ainda existe um abismo entre experiências de homens brancos e negros e mulheres brancas e

⁵⁶ Ainda nesta questão deve-se considerar artifícios como os apresentados por Carneiro (2003) de que a “boa aparência” utilizada até recentemente nos anúncios de emprego, num país onde ser negro é associado a tantos estereótipos negativos, é uma forma sutil de barrar as aspirações dos negros, em geral, e das mulheres negras, em particular.

negras. Ainda que a luta feminista tenha alcançado avanços significativos em relação ao mercado de trabalho, ainda não conseguiu diminuir as desigualdades raciais que atingem mulheres negras.

3.3.8 Interseccionalidade e Deficiências

No recorte temporal utilizado, somente foi encontrada a pesquisa de Francisco José Roma Buzar (2012) que traz o panorama das discriminações de pessoas portadoras de deficiência a partir de análise interseccional. A dissertação intitulada “Interseccionalidade entre raça e surdez: a situação de surdos (as) negros (as) em São Luís – MA”, tem inspiração na teoria da interseccionalidade e no que esta tem contribuído para a compreensão dos aspectos de gênero da discriminação racial e dos aspectos raciais da discriminação de gênero.

Buzar (2012) parte do entrecruzamento entre raça e surdez para compreender as circunstâncias concretas da experiência de intersecção vivenciada por surdos (as) negros (as) em São Luís/MA. De acordo com o autor:

[...] as questões referentes às subordinações interseccionais enfrentadas por surdos (as) negros (as) não são encontradas nem dentro dos estudos surdos e nem dentro dos estudos étnico-raciais no Brasil. A invisibilidade referente a este tema no nosso país é tão marcante que não encontramos um só artigo, livro ou publicações acadêmicas científicas que tratasse do referido assunto (BUZAR, 2012, p. 65).

O autor utiliza as categorias de superinclusão e subinclusão, desenvolvidas nos Estudos sobre a Discriminação Racial relativos ao Gênero.

3.3.9 Interseccionalidade, Direito e Encarceramento

Carla Adriana da Silva Santos (2012) na dissertação intitulada “Ó pai, prezada! Racismo e sexismo institucionais tomando bonde no conjunto penal feminino de Salvador”, identifica e analisa a intersecção do racismo e sexismo institucionais no Conjunto Penal Feminino de Salvador, Bahia ⁵⁷. O conceito de interseccionalidade é utilizado como ferramenta teórico-metodológica e prática à captura dos marcadores do binômio gênero-raça que dão margem à opressão diferenciada das mulheres negras em privação de liberdade.

A pesquisa de Rodrigo da Silva (2013), intitulada “Discriminação múltipla como discriminação interseccional: o direito brasileiro e as intersecções de raça, gênero e classe”,

⁵⁷ O trabalho se baseia em estudo de campo de cunho etnográfico realizado durante os meses de dezembro de 2011 e janeiro de 2012, no Complexo Penitenciário Lemos de Brito.

apresenta reflexões sobre o conceito jurídico de discriminação múltipla como discriminação interseccional.

Já a dissertação “Mulheres Invisíveis: uma análise da influência dos estereótipos de gênero na vida de mulheres encarceradas”, de Debora Cheskys (2014), discute os múltiplos focos de discriminação que sofre a mulher presa, evidenciando o direito enquanto instituição através da qual os estereótipos de gênero são reproduzidos, possibilitando questionamentos sobre em que medida pode o direito ser um instrumento de luta por igualdade, reconhecendo a urgência na construção e valorização de criminologias feministas aptas a transformar as práticas de gênero que vêm impedindo a mulher presa de receber tratamento adequado.

A dissertação de Enedina do Amparo Alves (2015), “Rés negras, judiciário branco: uma análise da interseccionalidade de gênero, raça e classe na produção da punição em uma prisão paulistana”, apresenta o direito penal brasileiro a partir de seu sistema de poder que organiza as relações sociais e fundamenta-se por uma ideologia racista, patriarcal, homofóbica e classista. Propõe-se, a partir disso, a análise de raça e colonialidade da justiça como fatores históricos no Brasil contemporâneo.

Análises mais aprofundadas destas obras serão feitas no capítulo 4, ao discorrer sobre a interseccionalidade e o encarceramento de mulheres negras.

3.4 As facetas das análises interseccionais

O levantamento se situa três décadas após Crenshaw ter dado o nome ao conceito de interseccionalidade enquanto “uma sensibilidade analítica, uma maneira de pensar sobre a identidade e sua relação com o poder⁵⁸” (CRENSHAW, 2015). Ainda que o estudo teórico tenha evidenciado que a interseccionalidade foi criada em nome das mulheres negras, constata-se, pelo estudo realizado, que o conceito tem permitido visibilidade a vários outros grupos, que denunciam a falha de suas representações nos diferentes movimentos sociais.

O estudo atento a cada uma das teses e/ou dissertações apresentadas nesta etapa, além de permitirem compreensões, antes postergadas, sobre práticas que são atravessadas por intersecções de opressões, foi fundamental para a compreensão teórica/prática da interseccionalidade e de sua ação na compreensão do encarceramento em massa de mulheres negras.

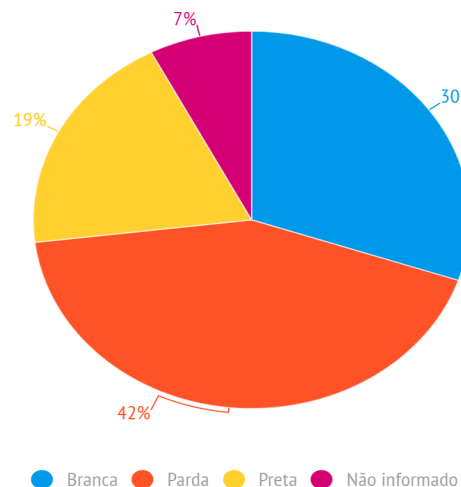
⁵⁸ Em entrevista para o Washington Post (2015).

Destaca-se a importância das pesquisas sobre a violência contra mulher negra, por sua íntima relação com a questão do encarceramento em massa do seu segmento. Neste sentido é preciso pensar que mulheres negras durante infância e fase adulta têm vivências de opressão similares às outras mulheres, sendo vítimas de assédio e abuso na infância, violência sexual, tráfico, exploração e violência por parceiro íntimo, entre outras, mas que conforme se pode verificar nos dados de 2012 do Sistema de Informações sobre Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/MS), 58,86% das mulheres vítimas de violência doméstica são negras; das vítimas de mortalidade materna, 53,6% são mulheres negras; 65,9% das mulheres que sofrem violência obstétrica também são mulheres negras e 68,8% das mulheres mortas por agressão, segundo dados do Ministério da Justiça (2015), são mulheres negras.

O Dossiê Mulher 2015, do Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro, aponta que 56,8% das vítimas dos estupros registrados no Estado em 2014 eram negras. E 62,2% dos homicídios de mulheres vitimaram pretas (19,3%) e pardas (42,9%).

Em relação aos homicídios de mulheres, tem-se o seguinte panorama, apresentado no gráfico 6:

Gráfico 6 - Homicídios de mulheres por raça



Fonte: Dossiê Mulher (2015)

É válido destacar que apesar da Lei Maria da Penha ter alcançado uma redução, ainda que pequena, com relação aos homicídios contra as mulheres, tratam-se de dados referentes a mulheres brancas, já que o feminicídio de mulheres negras continua a crescer, o que demonstra a baixa efetividade das medidas protetivas na Lei com relação a essa parcela da população.

Deste modo, é possível evidenciar a urgência na compreensão do fenômeno da violência doméstica a partir da perspectiva múltipla e interseccional, considerando também o caráter estruturante do racismo e as questões ligadas aos marcadores de raça delimitados na construção social da mulher negra.

Ainda pensando na importância de se desvelar as vulnerabilidades sociais da mulher negra que devem ser problematizadas na situação do encarceramento deste segmento social, destaca-se a importância das pesquisas que interseccionam a questão de gênero e raça, no campo da saúde.

Há ainda uma baixa presença sobre a saúde da mulher negra nos periódicos nacionais dedicados às Ciências da Saúde (WERNECK, 2016). Estas ausências acarretam em uma falta de consolidação “da saúde da mulher negra como campos temáticos e de pesquisa, relacionada ao baixo grau de penetração nas instituições de pesquisa dos debates sobre o racismo, seus impactos na saúde e suas formas de enfrentamento” (WERNECK, 2016, p. 536).

As formulações conceituais de diretrizes e estratégias e da atuação em saúde da população negra tem origem fora do sistema de saúde, com a atuação dos sujeitos negros organizados, de suas análises, conhecimentos e valores:

Nesse processo de formulação, as mulheres negras tiveram especial destaque, não apenas por sua experiência histórica e cultural nas ações de cuidado, mas também por serem as mulheres negras a parte expressiva de trabalhadoras de saúde das diferentes profissões. As instituições de pesquisa, os órgãos de fomento e as instâncias de gestão do Sistema Único de Saúde permaneceram ausentes na maior parte desse processo e ainda necessitam de atuação mais consistente e capaz de responder adequadamente às demandas largamente expressas (WERNECK, 2016, p. 539).

Faz-se necessária a discussão sobre os direitos reprodutivos da mulher negra na agenda da luta antirracista e o reconhecimento das diferenças étnicas e raciais nessa pauta de discussão, e destacam-se as lutas travadas pela inclusão no campo da saúde do quesito cor nos sistemas de classificação da população brasileira⁵⁹. Ademais, se mulheres negras são invisibilizadas em relação à sua saúde no contexto de liberdade, problematiza-se a urgência de se discutir a questão da saúde da mulher negra no espaço prisional.

Ainda a partir do estado do conhecimento em interseccionalidade se problematizou a situação atual da mulher negra em relação aos meios artísticos. Conforme será discutido no

⁵⁹ No campo da saúde, outro ponto de pauta se refere à esterilização e também à anemia falciforme, que como dito anteriormente é hereditária e também a doença genética mais comum da população negra no Brasil.

capítulo 4, existe um estereótipo, uma propaganda em torno da mulher negra que faz com que ela seja alvo de perseguição – o que leva ao encarceramento.

As pesquisas apresentadas levam à reflexão do apresentado por Carneiro (2003) sobre a naturalização do racismo e sexismo na mídia que ainda repassa e também constrói representações sociais negativas da população negra:

[...] são ainda grandes os desafios na área dos meios de comunicação e da imagem em prol da construção de um novo imaginário da mulher negra nesse espaço, e, por extensão, nas instâncias de decisão política e na sociedade (CARNEIRO, 2003, p. 9).

Por fim, é válido destacar que o conceito interseccionalidade vem tomando centralidade nos debates feministas, mas que se trata de conceitos com diferentes significações de acordo o referencial teórico que dele se utiliza (PISCITELLI, 2008). Percebeu-se que as pesquisas utilizam diferentes referenciais teóricos, mas que a perspectiva mais adotada é a formulada por Kimberlé Crenshaw, o que mostra a centralidade desta autora para o conceito.

4. INTERSECCIONALIDADE E O ENCARCERAMENTO DE MULHERES NEGRAS

Configura-se como panorama mundial a presença de mais de 700 mil mulheres presas em estabelecimentos penais. No Brasil, a população absoluta de mulheres encarceradas cresceu 567% entre os anos 2000 e 2014, chegando ao patamar de 37.380 mulheres nesta situação (INFOPEN, 2016). Segundo dados do World Female Imprisonment List, em 80% dos países do mundo as mulheres representam entre 2% e 9% da população prisional total; na realidade brasileira as mulheres compõem 6,4% do total, situando o país dentro da margem projetada pelo instituto. Contudo, o ritmo de crescimento da população prisional total no Brasil é acelerado e contrapõe as tendências mais recentes dos países que historicamente investiram em políticas de encarceramento em massa.

Apesar do crescimento acelerado, reflexões sobre o encarceramento feminino ainda não são tão presentes nas pautas e discussões do movimento feminista, pois:

[...] o feminismo da mulher universal, apesar de seus contributos antipatriarcais, tornou-se incapaz de verificar o quanto as instituições prisionais, por exemplo, se valeriam desta legitimidade de mão única, genérica, para discriminar certas mulheres, dando-lhes exatamente um tratamento universalista, desconsiderando particularidades femininas no tocante a saúde, a educação, trabalho e acesso à justiça a partir do elemento racial. A ponto de, no aspecto jurídico, sofrer contundentes críticas da criminologia feminista frente à ideia da distribuição equânime do sistema de justiça, onde teoricamente as mulheres são criminalizadas de forma linear quando cometem infrações e supostamente propensas a igualdade de tratamento corretivo dado pelas prisões (SANTOS, 2014, p. 19).

A atuação do androcentrismo tende a desconsiderar os relatos de mulheres nas prisões, e ainda que hoje os esforços feministas permitam voz e registro escrito referente aos estupros e às torturas presentes nos contextos de aprisionamentos, “insistem as teóricas do Feminismo Negro no fato de as razões de classe fazerem com que o segmento de mulheres negras seja mais invisibilizado, a constar, que pouco é mencionada a história de resistência e tortura no cárcere” (SANTOS, 2010, p. 36). Embora haja um aumento em estudos que “des-masculinizam” o universo prisional, ainda existem lacunas em relação à especificidade da mulher negra (ALVES, 2014).

Todavia, à medida do aumento de empenho da ciência feminista em conhecer e informar a situação das mulheres que vivem atrás das grades, torna-se possível identificar as opressões, as explorações e resistências das infratoras dos valores paternalistas do Estado. Sabemos da quase inexistência de registros de mulheres negras prisioneiras, por isso, sem dúvida, a vontade intelectual de se pensar gênero e raça, ambas entrelaçadas, nos fornece uma compreensão dos “silêncios

gritantes” da história das mulheres presas, constituindo, desta forma, um caminho indicador das lutas, disputas e (re) existência das encarceradas (SANTOS, 2010, p. 37).

Desta forma, estudiosas e ativistas do feminismo não devem considerar de forma marginalizada a estrutura da punição estatal – há a necessidade de se reconhecer que o caráter profundamente baseado em gênero da punição reflete e aprofunda ainda mais a estrutura de raça da sociedade em geral. Analisando os discursos de criminalidade e instituições de controle, percebe-se que a distinção de gênero assumiu e continuou a estruturar as políticas penais e que, ao ser acrescida dos impactos de classe e da raça, materializa-se nos corpos negros de mulheres encarceradas massivamente.

Não é válida a justificativa de falta de estudos sobre o encarceramento de mulheres com base no baixo número que estas ocupam em relação ao encarceramento masculino. O fato destas mulheres ocuparem um espaço de marginalidade traz a necessidade de maior atenção e não o contrário.

A mesma realidade que Davis (2013) apresenta sobre o rápido crescimento da população carcerária feminina nos EUA é também uma realidade no Brasil. Essa expansão contemporânea das prisões é um chamado a examinar alguns dos aspectos históricos e ideológicos da punição estatal impostas às mulheres (DAVIS, 2013).

Há então a necessidade de se pensar sobre a (re)construção de um mundo para além do encarceramento em massa. Neste sentido, além de se pensar questões específicas das prisões para mulheres é primordial que se modifique toda a compreensão sobre o sistema prisional.

Certamente, as práticas da prisão feminina, assim como as de prisão masculina, são de gênero. Supor que as instituições masculinas constituem a norma e as instituições femininas são marginais é, em certo sentido, participar da própria normalização das prisões, o que uma abordagem abolicionista procura contestar (DAVIS, 2013, p. 161 – traduzido pela autora).

Houve, nos capítulos anteriores, dedicação na compreensão do conceito de interseccionalidade a partir de sua formulação e aplicabilidade em diferentes contextos. Nesta etapa busca-se responder à segunda questão de pesquisa proposta: “quais as contribuições da perspectiva interseccional para os estudos sobre o encarceramento de mulheres negras? ”.

O levantamento bibliográfico do conceito de interseccionalidade apresentado neste estudo evidencia seu pouco uso na análise e discussão sobre encarceramento de mulheres negras.

Denuncia-se, portanto, a existência de uma lacuna teórica que reflete na ausência de políticas públicas para este grupo específico.

A construção do capítulo se apresenta da seguinte forma: inicialmente propõe-se uma breve contextualização do panorama histórico com reflexões acerca da criação do sistema criminal brasileiro como forma de garantir o controle social da população negra, gerando a manutenção de um esquema baseado em hierarquias raciais. O objetivo é a problematização das ideologias forjadas que inibem reflexões do porquê de tantas pessoas serem “direcionadas” para a prisão, ainda que não haja um debate efetivo sobre a eficácia do encarceramento. Em um segundo momento, a discussão se concentra na especificidade do encarceramento feminino, partindo da análise documental dos indicadores raciais do sistema prisional feminino para que, por fim, a partir das pesquisas do levantamento do capítulo anterior e também de pesquisadoras da temática seja possível ampliar análises sobre a interseccionalidade de gênero e raça no espaço prisional feminino.

4.1 Processos históricos da punição no Brasil

Dados divulgados pelo Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias⁶⁰ (INFOPEN 2016), referentes à situação de dezembro de 2014, revelam que o sistema carcerário do Brasil, mesmo comportando 365 mil vagas, se encontra com um total de 615 mil pessoas em estado de encarceramento – destaque para o fato de que pelo menos 250 mil suspeitos estão presos sem ao menos passarem por julgamento.

As reflexões devem partir do processo de concentração estatal do poder punitivo na sociedade brasileira. Há de se discutir os conceitos genuínos dos discursos que naturalizam a pena privativa de liberdade, ou seja, para que não se limite os estudos da punição à equação crime e castigo é necessário compreender as estratégias de dominação que estruturaram os sistemas punitivos nos processos históricos no Brasil. “Esta população prisional não é multicultural e tem, sistematicamente, seus direitos violados. A prisão, como conhecemos hoje, surge como espaço de correção. Mas mais distorce do que corrige. Na verdade, poderíamos nos perguntar: alguma vez já corrigiu? E se corrigiu para o quê?” (BORGES, 2018, p. 14).

⁶⁰ INFOPEN é um programa de coleta de dados do Sistema Penitenciário no Brasil, alimentado pelos órgãos de administração penitenciária voltado para a criação de banco de dados federal e estaduais sobre estabelecimentos penais e populações penitenciárias.

Historicamente, as práticas de punição no Brasil evidenciam que o sistema criminal não é somente perpassado pelo racismo; sua criação se dá nos países colonizados como forma de garantir o controle social da população negra, o que acarreta na manutenção de um esquema baseado em hierarquias raciais. Compreendendo que “o debate sobre Justiça Criminal no Brasil não pode jamais ser prescindido da questão racial como elemento pilar, inclusive para a instalação desta instituição no país” (BORGES, 2018, p. 54), a inserção das opressões de gênero e da interseccionalidade é “fundamental tanto para pensar em um novo projeto estratégico quanto para pensar medidas emergenciais seja pensando em mulheres em situação prisional, seja em mulheres que acabam passando pelo cárcere indiretamente pela relação com seus familiares” (idem, 2018, p. 15).

Desde a época da colonização as leis que eram determinadas pelo império já diferenciavam a relação dos escravizados e proprietários. “O trabalho era uma atividade disciplinadora e civilizatória aos ‘selvagens’. Os castigos e as punições eram práticas incentivadas para evitar desobediência. As punições públicas buscavam, pelo medo, marcar e construir exemplos pelo corpo marcado, garantir e construir autoridade” (BORGES, 2018, p. 56).

Neste período, escravizados eram tratados como objetos e as penalizações eram feitas na esfera privada. “No caso do Brasil colonial as prisões, em um primeiro momento, não foram as únicas alternativas. Os locais eram improvisados e, na maioria das vezes, utilizado para os que aguardavam julgamento. Não havia, ainda, um conjunto unitário, como instituição prisional” (BORGES, 2018, p. 34). Válido destacar que “no Brasil, o poder despótico dos senhores de escravos inaugurou uma espécie de Estado de exceção no qual a lei aparece, para os negros sempre como punição, nunca como garantia de direitos” (ALVES, 2014, p. 27).

Durante o Brasil Império ocorre a aprovação do Código Criminal do Império Brasileiro, em 16 de dezembro de 1830, legitimando a criação de um Sistema Penal em pleno cenário de escravização. Neste período:

[...] manteve-se o tratamento diferenciado nas penas entre livres e escravizados. Estes últimos, majoritariamente, recebiam punições físicas e eram devolvidos aos seus senhores. Sendo vistos como propriedades, uma ação em relação a um escravo pelo Judiciário era entendida como uma intervenção do Estado sobre uma propriedade privada (BORGES, 2018, p. 66).

Em alguns casos, quando algum escravizado era pego por infrações, pedia-se pela liberação dos mesmos, para que os próprios proprietários aplicassem a pena no âmbito privado. Este é um elemento importante para compreensão de que o sistema prisional brasileiro, ainda no

seu bojo, se estabelece aplicando punições diferentes para negros e brancos, ou mesmo para negros escravizados e negros libertados.

A Constituição de 1824 não contemplava os escravizados ao abolir as penas corporais, “pois com a substituição do Livro V das Ordenações Filipinas pelo Código Criminal do Império do Brasil, promulgado em 1830, os castigos corporais continuaram vigorando para eles” (TRINDADE, 2011, p. 171). É apenas em 1841, com uma reforma no Código Criminal, que há diminuição da participação civil no ambiente jurídico, o que institui uma estrutura policial centrada ao executivo (BORGES, 2018). Neste período é válido destacar que:

Diante deste mundo efervescente e de crescente revoltas e táticas diante da contradição do império que se pretendia liberal mantendo a instituição escravista, acirram-se as noras e regulamentos de vigilância sobre a população escravizada que se apresenta em contingente muito maior em relação à população livre e branca (BORGES, 2018, p. 68).

Evidencia-se de que houve uma reestruturação da sociedade brasileira imperial de modo a preparar um aparelho estatal perpetuador das desigualdades, tendo como pilar a racialização. Neste sentido, se problematiza a modernização do Estado brasileiro muito mais como discurso do que uma realidade, já que traz como base a exclusão de pessoas que não eram consideradas como os outros cidadãos, e sim como propriedades.

Com isso não é absurdo afirmar que sequer um status liberal o Brasil conseguiu estabelecer na formação de seu Estado. Ao falarmos de uma perene mentalidade de escravocrata em nossa sociedade, estamos falando destes elementos, destes “mitos fundantes” que se remodelam e reconfiguram para manter a estrutura de Casa Grande e Senzala operando. As “crises” dos sistemas prisionais e criminal sequer poderiam ser denominadas como tal, porque se tratam na verdade, de uma engrenagem funcionando a todo vapor pela manutenção de hierarquias sociais constituídas e indissociadas do elemento racial (BORGES, 2018, p. 70).

No período do Brasil republicano ocorre uma série de reformas nas leis criminais e o sistema de justiça começa a se estabelecer como instituição com leis que garantem a criminalização desta população, que agora passa a ser “liberta”.

Com o crescimento das cidades, diversas são as ações tomadas no período objetivando o aumento da vigilância sobre os negros e pobres livres. A polícia ganha outros contornos e a vadiagem, embasada e definida por valores morais e raciais de que “as classes menos favorecidas” eram preguiçosas, corruptas e imorais, alimentavam o cenário que se entenderia como “crime” e da criminalização do sujeito que seria criminalizado, o “criminoso” (idem, 2018, p. 76).

Após a Proclamação da República, o modelo penal progressivo foi o escolhido como base para o Código Penal de 1890. Há então um rompimento com o que restava das penas corporais e

uma promoção da ruptura formal do direito penal com o período escravista e a instituição da isonomia na aplicação da legislação penal. Esse Código Criminal, elaborado às pressas na passagem de um regime a outro, foi duramente criticado e sofreu modificações com a criação de várias leis esparsas que foram consolidadas através do Decreto nº 22.213, de 14 de dezembro de 1932, na denominada Consolidação das Leis Penais de Piragibe⁶¹, que vigorariam até 1940.

É válido destacar, conforme aponta Borges (2018), que a partir de 1930 o mito da democracia racial se sedimenta e a miscigenação é tida como característica e símbolo nacional. Deste modo, a legislação sobre o negro, que é limpa no Código de 1940, já não mais ocorre nas práticas das instituições do Estado brasileiro, já impregnadas nas décadas anteriores.

Portanto, é uma engrenagem de repressão que segue em forte atuação. Ao passar das décadas, esta criminalização vai se modificando e avançando sobre outras características, inclusive sob o verniz de uma criminalização da pobreza em um esforço de limpar o elemento racial como sustentação do sistema de desigualdades brasileiro (BORGES, 2018, p. 80).

O Código Penal brasileiro atual é o que entrou em vigor no ano de 1940⁶², mas a partir dos anos 90 houve “uma série de medidas e edificações de leis elevando penas, dissertando crimes hediondos, dificultando progressão de penas e assim por diante. E esta criminalização vem conduzida por um forte cenário de cárcere e extermínio” (idem, 2018, p. 81).

Os dados sobre o crescimento carcerário a partir da década de 90 revelam como o controle social brasileiro foi se moldando, reforçando seu caráter autoritário e seletivo. Em 1990 havia no Brasil 90 mil presos; em 2015 esse número saltou para 615.933, sendo que deste, 39% estão em situação provisória. Para entender este aumento assustador é preciso também analisar a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, a Nova Lei de Drogas, que prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas, estabelecendo normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito, definindo as tipologias penais que enquadram as condutas nela descritas.

⁶¹ Foi o desembargador Vicente Piragibe quem sistematizou as leis esparsas em um corpo de dispositivos que passou a ser chamados de Consolidação das Leis Penais.

⁶² O direito penal brasileiro fundamenta-se sobre três conjuntos de leis: o Código Penal (CP), escrito em 1940, que descreve o que é crime e determina a pena para cada infração; o Código de Processo Penal (CPP), do ano seguinte, que tem por objetivo determinar os passos que a justiça deve respeitar diante da ocorrência de um crime, da investigação policial ao julgamento; e a Lei de Execução Penal (LEP) (Lei 7.210, de 11/07/1984), criada a partir de um tratado da ONU sobre execução penal no mundo, definidora das condições em que o sentenciado cumpre pena (JULIÃO, 2012, p. 105).

Com essa lei a população carcerária masculina tem um aumento de 220%, e a feminina um crescimento ainda mais assustador, com índices maiores que 500%. Para entender as modificações realizadas nos anos de 1990, é necessário estabelecer um paralelo entre as realidades brasileiras e norte-americanas, pois:

Como se vê, as experiências de adoção de políticas de segurança pública cada vez mais segregativas não é privilégio somente dos Estados Unidos, mas também são adotadas no Brasil, portanto, é imprescindível fazer, comparativamente, as análises do contexto social e econômico dos dois países em função de que, no mesmo período, ambos os países implementaram políticas de segurança pública muito semelhantes, no sentido de, não só privatizar as penitenciárias, mas também, quando fosse o caso, permitir e incentivar a construção de estabelecimentos penais, sob o argumento da melhoria da segurança pública (GRAZIANO SOBRINHO, 2014, p. 137)

Ao declarar as drogas como inimigo público número um, em 1972, o então presidente dos EUA, Richard Nixon, fundamenta um movimento proibicionista marcado pelo discurso moral que tem como objetivo o controle das minorias étnicas residentes no país – o controle social é mascarado sob a justificativa de combate ao tráfico.

Michelle Alexander⁶³ na obra *“The new Crow Jim”*, oferece um panorama detalhado do fenômeno crítico do encarceramento em massa de afro-americanos nos EUA, no contexto do que se intitula “guerra às drogas”. A autora se debruça sobre a relação do sistema de justiça criminal e a preservação da hierarquia racial, evidenciando que o sistema de justiça criminal foi construído de forma a tornar as pessoas negras em cidadãos de segunda classe, da mesma maneira como as leis de Jim Crow, que institucionalizaram a segregação racial, fizeram no século XIX e início do século XX. Desta forma, a denúncia é que mesmo com o fim da segregação racial dos EUA nos anos 60, o sistema se reformulou para manter o efeito da segregação, que é a estratificação social a partir da clivagem de raça.

Essas duras disparidades raciais não podem ser explicadas pelas taxas de crimes de drogas. Estudos mostram que pessoas de todas as cores usam e vendem drogas ilegais a taxas notavelmente semelhantes. Se houver diferenças significativas nas pesquisas a serem encontradas, elas frequentemente sugerem que brancos, particularmente jovens brancos, são mais propensos a se envolver em crimes de drogas do que pessoas negras. Isso não é o que se pode imaginar, no entanto, ao entrar nas prisões e prisões de nossa nação, que por conta da legislação antidrogas estão transbordando de criminosos pardos e negros. Em alguns estados, os homens negros foram admitidos na prisão sob a acusação de drogas vinte a cinquenta vezes mais do que os homens brancos. E nas grandes

⁶³ Michelle Alexander é uma advogada estadunidense associada ao movimento de direitos civis de afro-americanos e professora das universidades de Stanford e Ohio.

idades destruídas pelo combate às drogas, 80% dos jovens afro-americanos agora têm registros criminais e, portanto, estão sujeitos à discriminação legalizada para o resto de suas vidas (ALEXANDER, 2010, p. 7 - traduzido pela autora).

A citação em destaque é sobre o contexto estadunidense e não soa nada estranho ao se transpor para a realidade carcerária do Brasil, onde a população negra é uma das maiores vítimas não apenas da violência policial e o extermínio, mas também do encarceramento em massa tendo como veículo fundamental a guerra às drogas. Dados do Infopen (2016) revelam que os crimes relacionados ao tráfico de drogas são os que mais levam as pessoas às prisões, com 28% da população carcerária total⁶⁴. Em relação ao perfil racial, 64% da população prisional é composta por pessoas negras e na população brasileira acima de 18 anos, em 2015, a parcela negra representa 53%, indicando a sobrerrepresentação deste grupo populacional no sistema prisional.

A guerra contra as drogas foi adotada por diferentes países, e com isso vendedores de plantas e compostos químicos passaram a ser tratados como terroristas em ameaça à segurança e à saúde pública. Além disso, foram também enquadrados seus portadores e consumidores, o que gerou um aumento exponencial na lotação dos espaços prisionais.

Este breve panorama evidencia o “para quê” e “para quem” das prisões brasileiras, e fica nítido que o desenho do encarceramento se dá em traços racistas, que usa mecanismos ideológicos e se apresenta com suaves contornos, mascarando profundas distorções: levam à crença de que encarceramento é garantia de segurança social, se ocultando seu caráter genocida em relação à população negra.

4.2 Análise documental de indicadores raciais do sistema prisional feminino brasileiro

Para trazer esta discussão para o contexto feminino, a primeira preocupação foi em mapear os indicadores raciais do encarceramento de mulheres. Partindo do pressuposto de que a transformação de uma determinada realidade social não se concebe a partir do desconhecido, se faz necessário um diagnóstico claro e preciso sobre suas condições.

O que se defende nesta pesquisa é a premência de que as bases sobre a realidade carcerária feminina se mantenham atualizadas e disponíveis para acesso público, e mais do que isso, que se dê a devida importância na coleta do perfil racial dos sujeitos que ali se situam para

⁶⁴ Somados, roubos e furtos chegam a 37%. Homicídios representam 11% dos crimes que causaram a prisão (INFOPEN, 2016).

que observações possam ser desenvolvidas com dados reais, precisos e construtivos para análises críticas deste sistema – somente assim é possível revelar e trilhar caminhos para a reversão do racismo institucional que aprisiona um grupo específico de mulheres.

Desta forma, a presente etapa do estudo se dedica ao levantamento e análise documental dos indicadores prisionais femininos a partir de 2007 (primeiro registro identificado), até o mais recente, de 2014.

A análise documental permite identificar, em documentos primários, informações que sirvam de subsídio para responder alguma questão de pesquisa. De acordo com Lüdke e André (1986), por representarem uma fonte natural de informação, estes documentos “não são apenas uma fonte de informação contextualizada, mas surgem em um determinado contexto e fornecem informações sobre esse mesmo contexto” (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 39). A opção por ferramenta metodológica parte da compreensão de que a linguagem utilizada nos documentos indicadores do encarceramento feminino no Brasil constitui-se como elemento fundamental para a investigação da interseccionalidade nestes espaços. Neste estudo compreende-se que o uso de levantamentos de dados, estatísticas e indicadores permitem a valorização do conhecimento científico de forma a garantir à pesquisa maior transparência e neutralidade, deslocando a produção de uma perspectiva subjetiva para a cientificidade.

Para a análise destes documentos foram considerados seus processos de construções, a partir do contexto evidenciado e sua objetividade/clareza na indicação do perfil étnico-racial, bem como seus textos de análise e a presença/ausência de debates interseccionais, que considerem as opressões de gênero e raça. Compreende-se que a inserção destes documentos em um contexto sócio histórico resulta, assim como qualquer documento, em um conteúdo passível de análise.

Inicialmente é válido destacar que o descaso por parte do Estado na implantação de políticas públicas voltadas para os estabelecimentos prisionais específicos, como os femininos, se reflete na insuficiência de dados sobre estes espaços. Em 2004 foi criado o Sistema de Informações Penitenciárias (Infopen) como um sistema de informações estatísticas do sistema penitenciário brasileiro, atualizado pelos gestores dos estabelecimentos penais, que sintetiza informações sobre as unidades e a população prisional. Antes da existência do programa os dados disponíveis a respeito da realidade prisional do país eram escassos, com pouca periodicidade e, frequentemente, não abrangiam todo o universo em questão. Com sua criação, esse quadro sofreu sensível mudança a partir da produção de relatórios que começaram a desvelar a realidade

existente no universo intramuros, ainda que muitas e importantes questões ainda permaneçam invisíveis aos olhos da sociedade⁶⁵.

Os responsáveis pelo Sistema alertam que nos dez anos de sua existência, o Infopen se estabeleceu enquanto dispositivo fundamental para a análise de informações do sistema penitenciário brasileiro, permitindo compreensões sobre o impacto e a eficácia das políticas públicas desenvolvidas na área.

Analisando as entidades e organizações responsáveis pela produção dos documentos percebe-se algumas rupturas em relação à preocupação com os dados do sistema prisional feminino – mesmo sendo criado em 2004, é apenas dez anos depois que o Infopen se dedica à coleta e publicação de dados mais sólidos e profícuos sobre a realidade de mulheres encarceradas.

Vale salientar os percalços na busca destes dados e as dificuldades no acesso ao site do Sistema de Informação Penitenciária, que se encontrava em muitos momentos fora do ar.

Os relatórios analisados foram: Grupo de Trabalho Interministerial: Reorganização e Reformulação do Sistema Prisional Feminino (2007), Mulheres Presas – Dados Gerais: Projeto Mulheres/DEPEN (2011), Mulheres encarceradas – Consolidação dos dados fornecidos pelas unidades da federação (2008), Mulheres Presas – Dados Gerais: Projeto Mulheres/DEPEN (2011), e o mais recente, o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, de junho de 2014, publicado em 2016⁶⁶. Estes documentos não foram produzidos pelo Infopen, mas se valeram dele numa revisão de seus dados de modo a contemplar primordialmente o recorte de gênero. A busca no presente estudo é analisar a potencialidade destes documentos numa revisão que também aborde os marcadores de raça.

A seguir é apresentada a tabela 3 para melhor elucidação destes relatórios de dados prisionais femininos, a partir de suas datas de publicação:

⁶⁵ Informações a partir do Infopen (2014).

⁶⁶ Encontraram-se documentos levantados pela Pastoral Carcerária que não estavam disponíveis nos sistemas centrais de divulgação da realidade prisional feminina, mas que pela sua dedicação em questões importantes são apresentados nesta pesquisa.

Tabela 3 - Documentos Indicadores Sistema Prisional Feminino

Documentos com Indicadores sobre o Sistema Prisional Feminino	
Nome	Ano
Grupo de Trabalho Interministerial: Reorganização e Reformulação do Sistema Prisional Feminino	2007
Mulheres encarceradas – Consolidação dos dados fornecidos pelas unidades da federação	2008
Mulheres Presas – Dados Gerais: Projeto Mulheres/DEPEN	2011
Levantamento Nacional de informações penitenciárias (Infopen Mulheres)	2014

Fonte: Elaborada pela autora (2017)

O primeiro documento encontrado, intitulado “Reorganização e Reformulação do Sistema Prisional Feminino”, é datado de 2007 e foi produzido pelo Grupo de Trabalho Interministerial⁶⁷.

Inicialmente é necessário salientar que o próprio documento anuncia na sua introdução a falta quase absoluta de dados nacionais oficiais sobre o encarceramento feminino. Tal situação dificulta a definição de um perfil nacional. No documento há a denúncia de que o Infopen:

[...] além de não ser alimentado constantemente pelos estados, não interage com o Sistema de Informação das Secretarias Nacional e Estadual de Segurança Pública, impossibilitando agregar os dados das mulheres que estão presas nas cadeias públicas. Por outro lado, é necessário que o sistema de informação do Departamento Penitenciário agregue outras categorias necessárias para melhor conhecer a população carcerária e, em especial, a de mulheres. Assim sendo, faz-se necessário o aperfeiçoamento da base de dados existente para viabilizar um diagnóstico fundamentado do sistema prisional a partir da construção de indicadores que subsidiem a construção de políticas públicas específicas e

⁶⁷ Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) criado por Decreto Presidencial s/nº, de 25 de maio de 2007, com a finalidade de “elaborar propostas para a reorganização e reformulação do Sistema Prisional Feminino” e foi composto pelos seguintes órgãos do Governo Federal: Secretaria Especial de Políticas para Mulheres da Presidência da República; Departamento Penitenciário Nacional, do Ministério da Justiça; Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial; Secretaria Especial dos Direitos Humanos, ambos da Presidência da República; Ministério do Trabalho e Emprego; Ministério da Saúde; Ministério da Educação; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Ministério da Cultura; Ministério dos Esportes; Secretaria Nacional Antidrogas do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; e Secretaria Nacional da Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República, cujos membros foram designados pela Portaria da SPM/PR nº 24 de 14 de junho de 2007. A coordenação do Grupo de Trabalho Interministerial, nos termos do 2º parágrafo, do artigo 2º do referido Decreto Presidencial, após o início dos trabalhos do Grupo, convidou representantes da Sociedade Civil para fazerem parte do mesmo. As entidades, ao aceitarem o convite, indicaram: Heidi Ann Cerneka - da Pastoral Carcerária Nacional - e sua suplente Michael Mary Nolan, do Instituto Terra Trabalho e Cidadania (ITTC); Kenarik Boujikian Felipe, da Associação Juizes pela Democracia (AJD), e sua suplente Luciana Zaffalon Leme Cardoso, do Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD).

possibilitem melhor avaliar os programas e ações implementadas (SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2007).

Válido destaque para esta preocupação de que a base de dados do Infopen deveria agregar informações que contemplem as áreas jurídicas, saúde, educação e trabalho, bem como os recortes de gênero, raça/cor, etnia, faixa etária, orientação sexual, número de filhos e grau de instrução (escolaridade), além de outros.

Neste sentido, “não há que se perder de vista que a base de dados produzida deve ser disponibilizada para acesso público, bem como o resultado de pesquisas e estudos oficiais⁶⁸” (SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2007).

Propõe-se, para melhor estruturar a base de dados do INFOPEN, que cada Ministério construa um rol de indicadores - que contribuam na estruturação de políticas e projetos direcionados às mulheres em situação de prisão - para que questões sobre o tema sejam incluídas nos instrumentos de coletas de dados utilizados pelo Departamento Penitenciário Nacional, pela Polícia Federal e pelas Secretarias Estaduais responsáveis pelo encarceramento. Com a estruturação de uma base de dados completa e segura será possível entender como se dá a relação dessas mulheres com a criminalidade e propiciará elementos para melhor enfrentar essa problemática de forma eficaz. No que se refere às informações que devem ser prestadas pelos estados, também é preciso criar condições para o desenvolvimento e manutenção de bancos de dados informatizados e atualizados regularmente (SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2007).

Há neste documento a elaboração de um quadro de apontamentos e propostas divididos por eixos temáticos, apresentado na tabela 4:

⁶⁸ Retirado do item 1.1 Sistema de Informação/Banco de Dados, p. 30, do documento Reorganização e Reformulação do Sistema Prisional Feminino, 2007.

Tabela 4 - Quadro de apontamentos e propostas por eixo temático

Problemática	Proposta	Órgãos envolvidos	Órgãos Responsáveis
Inexistência de base de dados específicos que viabilize a estruturação de programas e análise aprofundada da questão de gênero e raça no sistema prisional.	Construção de diagnóstico amplo e específico.	Todos os Ministérios que integram este GTI e Secretarias responsáveis pelo Sistema Carcerário (definitivo e provisório).	M J
Inconsistência e falta de regularidade na alimentação das bases de dados estaduais.	Criar condições e fomentar o desenvolvimento e manutenção de base de dados.	Secretarias responsáveis pelo Sistema Carcerário (definitivo e provisório).	M J
Falta de base de dados e de pesquisas realizadas.	Produzir, fomentar e disponibilizar os conteúdos no sítio do DEPEN e Secretarias Estaduais.	Secretarias responsáveis pelo Sistema Carcerário (definitivo e provisório) DEPEN Universidades Institutos de Pesquisa ONGs	M J

Fonte: Secretaria especial de políticas para as mulheres da Presidência da República, 2007

O destaque para esta tabela é porque além de apresentar a problemática, os envolvidos se preocuparam com a proposta de melhoria e designaram órgãos responsáveis pelas ações. A questão que se coloca é do envolvimento de cada um destes setores, no que se refere ao fornecimento de dados de maior qualidade e especificidade sobre raça, classe social e suas intersecções com gênero – denuncia-se a falta de base de dados e de pesquisas realizadas sobre o sistema prisional feminino.

Além disto, destaca-se que os responsáveis pelo documento indicam atribuição à proposta de fomentar e disponibilizar os conteúdos no sítio do Departamento Penitenciário (DEPEN) às Universidades participantes, juntamente com as Secretarias responsáveis pelo Sistema Carcerário (definitivo e provisório) e os Institutos de Pesquisas (ONGs), por responsabilidade do Ministério da Justiça.

Nesta proposta, percebe-se também que a partir da inexistência de base de dados específicos que viabilize a estruturação de programas e uma análise aprofundada da questão de gênero e raça no sistema prisional, atribui-se como função a todos os Ministérios que integram os Grupos Interministeriais e Secretarias responsáveis pelo Sistema Carcerário a construção de diagnóstico com maior amplitude e especificidade.

Aponta-se como fio condutor do trabalho a criação e a institucionalização do recorte de gênero, que deverá ser transversalmente observado nos processos de construção, implementação e avaliação de políticas públicas direcionadas para o sistema prisional.

Os objetivos listados são:

a) instituir programas voltados à educação, saúde, capacitação para o trabalho e acompanhamento jurídico para as mulheres encarceradas e seus familiares; b) elaborar critérios visando nortear a elaboração do Decreto de Indulto Natalino de maneira a contemplar as mulheres encarceradas; c) propor percentual do Fundo Penitenciário Nacional a ser destinado aos presídios femininos e acompanhar sua aplicação; d) elaborar regramento mínimo para ser incorporado nos Regimentos Internos dos Presídios Femininos; de modo a propiciar condições de tratamento digno às mulheres encarceradas; e) estabelecer regramento único para a estada, permanência e posterior encaminhamento das/os filhas/os das mulheres encarceradas na prisão; f) Revisar o Sistema de Informações Penitenciárias – INFOPEN - de maneira que contemple os recortes de gênero, raça, etnia, entre outros; g) propor instalações físicas adequadas nos presídios femininos; h) rever as infrações penais.

Dentre os objetivos, é válida atenção ao “item f”, que traz a necessidade de revisão das formas de coleta de dados sobre o sistema penitenciário feminino, de modo que contemple os recortes de gênero, raça e etnia, entre outros.

O perfil da mulher encarcerada neste relatório, sobre o panorama de 2007, evidencia que elas são jovens e a maioria (54%) se declara negra ou parda (afrodescendentes) – indicando que há uma sobrerrepresentação das mulheres afrodescendentes encarceradas no Brasil, uma vez que a porcentagem de negras e pardas na sociedade brasileira em geral, no período, era de 42%.

Há uma breve discussão na introdução que anuncia sem aprofundamentos o preconceito racial dentro do Sistema Penal:

Hoje, bastaria apenas que os Estados cumprissem o que determina a Lei de Execução Penal para conseguirmos provocar muitas mudanças. Ocorre, no entanto, que apesar de caber aos Estados a responsabilidade de administrar o sistema e de fazer cumprir a Lei de Execução Penal, o que se vê são administrações ineficientes, processos judiciais lentos, o desrespeito à Lei de Execução Penal, o preconceito social, de gênero, raça, orientação sexual e uma falta de capacidade para promover a reabilitação destas pessoas (SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2007, p. 58).

Válido salientar que ao apresentar as práticas de Tortura e Maus Tratos, como violência institucional, realizada por agentes do Estado contra as mulheres encarceradas é freqüentemente relatada por organizações da sociedade civil, propõe-se dentro do “Plano de Ações Integradas

para a Prevenção e o Combate à Tortura no Brasil” a imediata inclusão da questão da tortura no cárcere, dentro da perspectiva de gênero e raça (BRASIL, 2007).

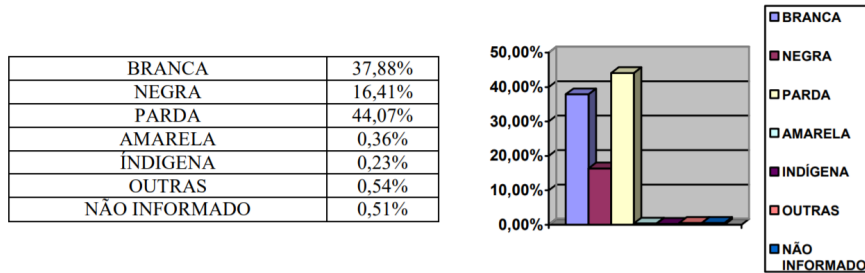
Há também presença da temática racial, ainda que de forma sucinta, nas análises sobre educação que pode ser evidenciada ao discorrer que o que se pretende como planejamento educacional deve englobar “as Escolas Penitenciárias Estaduais como espaços de qualificação dos servidores para atuar em unidades femininas, com formação em direitos humanos e na questão de gênero e raça” (idem, 2007, p. 20).

É possível notar que ainda com as dificuldades encontradas nas bases de dados do Infopen, este documento com recorte de gênero produzido em 2007 é bastante sensível e pro

No ano seguinte, em 2008, há a publicação do documento “Mulheres encarceradas – Consolidação dos dados fornecidos pelas unidades da federação”. Na justificativa para elaboração deste documento, o Departamento Penitenciário Nacional salienta o crescente incremento das taxas de encarceramento feminino, o que traz a necessidade de se aprofundar os dados existentes sobre o gênero feminino para que se apure, com minúcias, suas particularidades e, frente à real situação atual, desenvolva políticas públicas a serem implementadas junto aos Estados Membros da Federação.

A Constituição Federal e a Lei de Execuções Penais insculpem direitos e garantias assecuratórias de respeito, de dignidade humana e de isonomia de tratamento às mulheres, pauta ideal norteadora dos Órgãos de Execução Penal. Há que se detectar as falhas existentes neste nicho do sistema penitenciário. Imprescindível, portanto, o conhecimento absoluto de todas as resultantes do contexto feminino hodierno, a embasar a reflexão sobre o tema, tratado até então, de forma ínsita e silenciosa, visando à adoção de medidas concretas, para se não solucionar, pelo menos contribuir de forma substancial para a melhoria da realidade atual (BRASIL, 2008, p. 7).

O relatório se constrói a partir de questionários sobre a situação da mulher presa nos estabelecimentos penais exclusivamente feminino ou não, solicitados para todos os órgãos responsáveis pela administração penitenciária, nas 27 Unidades da Federação. Há neste documento o seguinte gráfico sobre o perfil racial (gráfico 7):

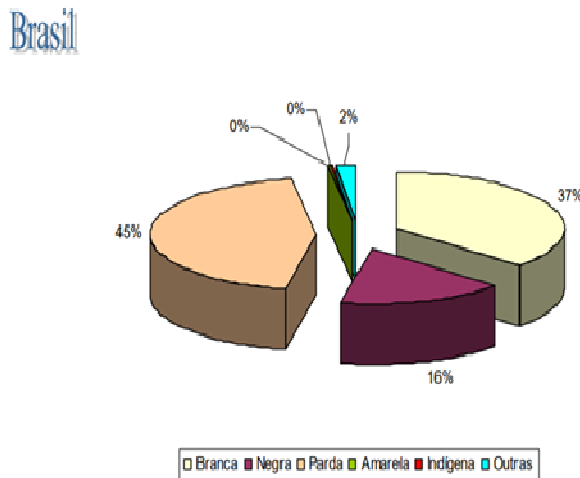
Gráfico 7 - Presas por Etnia

Fonte: DEPEN (2008)

As lacunas neste documento podem ser verificadas na falta de dados estaduais; o único gráfico que apresenta o perfil racial traz dados nacionais e não apresenta nenhuma discussão sobre como foi coletado, ou uma análise sobre o significado de se ter um percentual de 60% de mulheres negras e pardas.

No ano de 2011 o relatório “Mulheres Presas” apresenta os dados gerais do encarceramento feminino a partir do Projeto Mulheres/DEPEN. Por meio da Diretoria de Políticas Penitenciárias, o documento é apresentado como parte do Projeto Efetivação dos Direitos das Mulheres no Sistema Penal, voltado para o atendimento às necessidades da população carcerária feminina, por meio da estruturação de políticas e ações voltadas a esse público. Há novamente uma discussão por parte do DEPEN que surge da preocupação com a crescente taxa de encarceramento feminino.

Parece haver uma preocupação maior do documento nos dados sobre o perfil racial da população carcerária, já que o mesmo traz o panorama nacional e também o de cada estado da federação, conforme pode ser visto no gráfico 8.

Gráfico 8 - Perfil Racial Nacional

Fonte: DEPEN (2011)

A partir dos dados foi elaborada a tabela 5 com o perfil racial das mulheres por estado da federação.

Tabela 5 - Perfil racial das mulheres encarceradas por estado da federação

<i>Estado</i>	<i>Pardas</i>	<i>Branças</i>	<i>Negras</i>	<i>Indígenas</i>	<i>Amarelas</i>
Acre	85,94%	6,42%	6,42%	0%	0,8%
Alagoas	66,84%	13,9%	8,55%	0%	0%
Amazonas	71,35%	12,32%	6,07%	0,34%	0%
Amapá	46,15%	23,07%	26,15%	2,3%	2,3%
Bahia	40,76%	10,43%	17,06%	0%	0%
Ceará	37,39%	5,89%	20,95%	0,75%	0,37%
Distrito Federal	60,54%	18%	21,44%	0%	0%
Espírito Santo	64,87%	19,2%	14,98%	0,11%	0%
Goiás	48,5%	27,38%	15,53%	0%	0%
Maranhão	48,66%	13,39%	12,5%	0%	0%
Minas Gerais	35,53%	26,71%	17,17%	0%	1,8%
Mato Grosso do Sul	56,87%	26,8%	9%	0,79%	0,08%

<i>Estado</i>	<i>Pardas</i>	<i>Branças</i>	<i>Negras</i>	<i>Indígenas</i>	<i>Amarelas</i>
Mato Grosso	60,23%	22,03%	17,86%	0,13%	0,39%
Pará	89,59%	4,9%	4,6%	0,14%	0,74%
Paraíba	43,27%	8,68%	7,83%	0%	0%
Pernambuco	54,86%	22,59%	20,46%	0,11%	0,39%
Piauí	71,65%	11,02%	12,59%	0%	0%
Paraná	7,11%	32,26%	2,57%	0%	0,22%
Rio de Janeiro	38,05%	28,87%	24,58%	0%	0,05%
Rio Grande do Norte	34,43%	19,64%	11,25%	0%	0,44%
Rondônia	57,92%	21,7%	18,19%	0,16%	1,33%
Roraima	61,81%	20%	10,9%	8,48%	0%
Rio Grande do Sul	19,49%	65,24%	11,93%	0,44%	0%
Santa Catarina	16,33%	64,78%	12,03%	0,07%	0,15%
Sergipe	73,77%	14,2%	13,11%	0%	0%
São Paulo	28,73%	35,01%	11,8%	0,1%	0,3%
Tocantins	48,5%	8,2%	14,17%	0%	0%

Fonte: elaborado pela autora (2018)

Destaca-se que tanta disparidade no perfil racial carcerário feminino pode ser consequência das formas como os dados foram coletados. Apesar de não haver menção sobre isso, ao trazer que estas mulheres “foram consideradas” em determinado perfil racial, evidencia-se que não foi utilizada uma autoclassificação e sim uma hetero-classificação.

Os dados do Infopen Mulheres (2014) são os mais recentes na elaboração desta pesquisa. Válido destacar que a publicação inicial foi o Infopen de 2014, com dados gerais sobre o sistema penitenciário no Brasil, com informações sobre a realidade masculina e feminina. Porém, conforme apontado por Lima et. al. (2013), neste documento:

[...] a despeito do trabalho analítico aprofundado, dos gráficos e estatísticas, ele padece de um vício grave, porém comum quando se discute política criminal: a ausência generalizada de informações sobre as mulheres presas. Não se trata, neste caso, do erro mais frequente, que é a inexistência de um filtro de gênero na produção dos dados; o instrumento de coleta utilizado consegue apurar características de gênero em 100% das variáveis pesquisadas e as informações constam na base de dados disponibilizada algumas semanas depois (LIMA et al., 2016, p. 8).

A problematização se encontra no fato de que “o texto final desse primeiro relatório trouxe apenas 7 referências às características femininas – 7 em 130 possíveis (88 gráficos e 42 tabelas)” (LIMA et al., 2016, p. 8).

Cinco meses depois desta publicação, o DEPEN lançou um segundo relatório, específico sobre as mulheres. Nesse contexto, o órgão propõe uma política nacional de melhoria dos serviços penais, abrangendo quatro eixos: 1) alternativas penais e gestão de problemas relacionados ao hiperencarceramento; 3) humanização das condições carcerárias e integração social e 4) modernização do sistema penitenciário nacional.

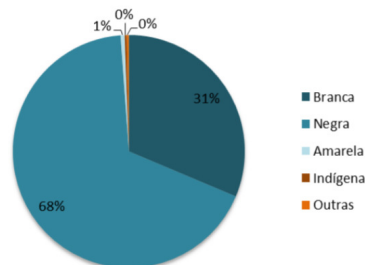
Os redatores do documento evidenciam que de 2004 até 2014 nenhuma alteração havia sido feita na base metodológica deste sistema, e que a partir da importância da gestão da informação e da potencialidade dessa ferramenta, em 2014, o DEPEN reformulou a metodologia utilizada, com vistas a modernizar o instrumento de coleta e ampliar o leque de informações coletadas. E ainda apontam:

Os diagnósticos realizados e divulgados nesse relatório não esgotam, de forma alguma, todas as possibilidades de análise. A publicação dos dados em formato aberto, pela primeira vez na história do Departamento Penitenciário Nacional, permitirá a livre interpretação dos dados a partir dos mais diversos olhares e perspectivas, com análises críticas que poderão somar à compreensão da realidade prisional brasileira. Esse novo formato permitirá a democratização da informação, indicando possíveis caminhos de análise dos dados e fomentando a construção de alternativas para a busca de um horizonte melhor para o sistema prisional brasileiro (DEPEN, 2014, p. 8).

Este documento pretendeu promover um grande salto qualitativo na produção de informações penitenciárias no Brasil. Na figura 2 é possível analisar sobre o perfil racial das mulheres encarceradas:

Figura 2 – Raça, cor ou etnia das mulheres privadas de liberdade (2014)

Figura 20 - Raça, cor ou etnia das mulheres privadas de liberdade. Brasil. Junho de 2014

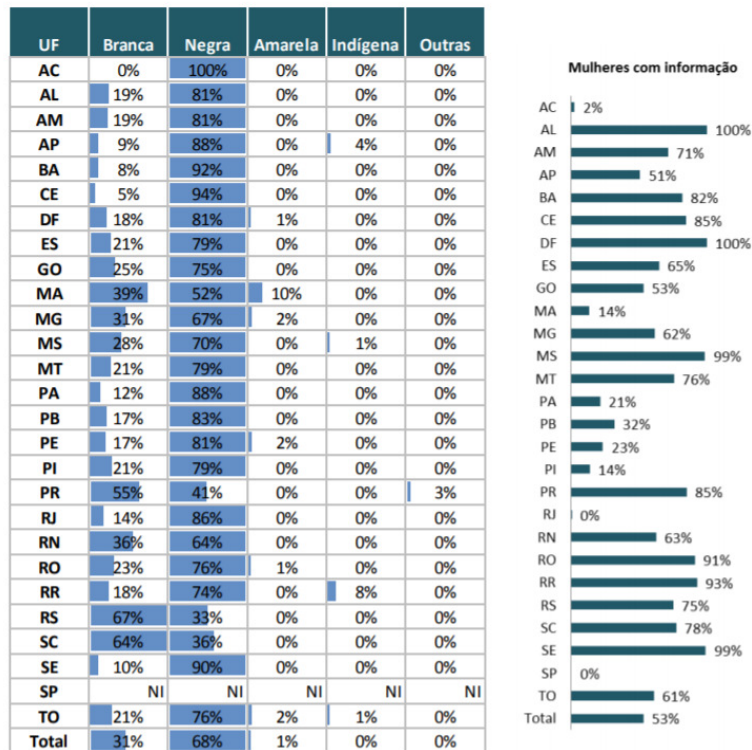


Fonte: Infopen, jun/2014. Departamento Penitenciário Nacional/Ministério da Justiça

Por este gráfico evidencia-se que a população carcerária feminina é composta por uma maioria negra(68%). Porém, é válido observar o apresentado na tabela 6 sobre a distribuição da população privada de liberdade por raça cor ou etnia nas Unidades da Federação:

Tabela 6 – Raça, cor ou etnia das mulheres privadas de liberdade por UF (2014)

Figura 21 - Raça, cor ou etnia das mulheres privadas de liberdade. UFs. Junho de 2014



Fonte: Infopen, jun/2014. Departamento Penitenciário Nacional/Ministério da Justiça

São Paulo, o estado com o maior número absoluto de presos, tem também a maior população absoluta de mulheres encarceradas, respondendo por 39% do total de presas no país em 2014⁶⁹ (INFOPEN, 2014). Sobre este estado em específico, não estão disponíveis os dados raciais, o que alerta para uma grande lacuna. Nas demais Unidades da Federação, a maioria absoluta da população prisional é negra. Os estados com maior porcentagem de pessoas presas negras são o Acre e o Amapá.

⁶⁹ Dados do INFOPEN (2014) também apontam o Rio de Janeiro, com 4.139 mulheres presas (11% do total), e Minas Gerais, com 3.070 presas (ou 8,2%), ocupando, respectivamente, a segunda e terceira posições no ranking de 2014.

Apenas nos estados do sul do país – Santa Catarina (36%), Paraná (33%) e Rio Grande do Sul (32%) – a população prisional não é composta majoritariamente por pessoas negras. Esse dado, contudo, deve ser analisado à luz do perfil demográfico desses estados: apesar de apenas 1/3 da população prisional da região sul ser composta por pessoas negras, ainda há uma sobre-representação dessa parcela da população, considerado que na população em geral da região a porcentagem de pessoas negras é de 21%.

A análise destes documentos com indicadores da população prisional feminina entre os anos de 2007 a 2014 apontam progressos, mas se marcam primordialmente pela fragilidade e inconstância em relação ao recorte racial.

Os relatórios acessados e analisados não foram satisfatórios para se desvelar o perfil étnico-racial nas prisões femininas e evidenciaram fragilidade e descaso do Infopen ao fornecer dados sobre essa parcela da população em estado de encarceramento.

Coloca-se como reflexão o apresentado por Silva (2014) de que ainda que estas pesquisas avancem no sentido de garantir maior visibilidade para o encarceramento feminino, pouco se vê progresso no aspecto racial do aprisionamento. Ainda que estas mulheres criminosas assumam novos papéis na sociedade, papéis não aconselháveis para sua condição de “segundo sexo” elas também são compreendidas a partir de sua subversão ao modelo de sociedade vigente (SILVA, 2014). “Invariavelmente, os castigos destinados às mulheres, inserindo aí a invisibilização da temática prisional, objetivam não somente purificar, normatizar e recuperar a “essência” fundante das teses voltadas a comportamentos biologizados, mas, também, credibilizá-las” (SILVA, 2014, p. 35).

Há uma falta de disponibilidade em imagens sobre a vida nas prisões femininas e isso corrobora na persuasão de ativistas das prisões que estão principalmente preocupados com a situação das pessoas em privação de liberdade – da centralidade do gênero para uma compreensão da punição estatal (DAVIS, 2013).

Embora os homens constituam a grande maioria dos prisioneiros no mundo, aspectos importantes da operação da punição estadual são perdidos se se supuser que as mulheres são marginais e, portanto, não merecedoras de atenção. A justificativa mais frequente para a falta de atenção às mulheres em prisões e às questões particulares em torno da prisão feminina é a proporção relativamente pequena de mulheres entre as populações encarceradas em todo o mundo. (DAVIS, 2013, p. 65 – traduzido pela autora).

Estas lacunas sobre o perfil racial das mulheres encarceradas prejudicam a construção de análises consistentes sobre esta realidade. Não se percebeu com o estudo destes documentos uma

preocupação da Justiça Criminal no desenvolvimento de análises criteriosas das evidências empíricas sobre a realidade prisional feminina.

O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) usa “preto” como classificação de cor ou raça nas pesquisas de censo demográfico desde 1872. Em diversos documentos, para formar a classificação de negros, é comum que seja somada a população preta à população parda para a formação de um grupo. Portanto, usar o termo preto não é equivalente a usar a categoria negro, que pode incluir os pardos.

Embora haja recomendações internacionais para que se adote sempre a autoatribuição em pesquisas ou registros que captam a raça ou a etnia, ou outras características correlatas à identidade dos indivíduos, estes documentos têm se valido de heteroatribuição, ou em muitos casos, não definem como foi realizado o perfil de coleta.

Ainda que venha sendo alvo de importantes reflexões acadêmicas, surgindo enquanto objeto de estudo de alta relevância para a compreensão da dinâmica da violência e da criminalidade na sociabilidade contemporânea, persiste a precariedade e a insuficiência da organização prisional, o que acarreta em fatores condicionantes para as dificuldades na reintegração social dos sujeitos que cometeram crimes e, notadamente, das mulheres (PIMENTEL, 2013).

Deste modo, coloca-se a urgência de se desenvolver ações nos setores que coordenam a utilização dos sistemas de informação penitenciária, ampliando a coleta e análise sobre o perfil racial da população feminina encarcerada, permitindo maior completude do campo.

4.3 Encarceramento em massa de mulheres negras

Ainda que a realidade do encarceramento venha sendo alvo de importantes reflexões acadêmicas, surgindo enquanto objeto de estudo de alta relevância para a compreensão da dinâmica da violência e da criminalidade na sociabilidade contemporânea, persiste a precariedade e a insuficiência da organização prisional, o que acarreta em fatores condicionantes para as dificuldades na reintegração social dos sujeitos que cometeram crimes e, notadamente, das mulheres:

Ainda que as mutações culturais tenham produzido deslocamentos significativos em relação ao lugar da mulher no contexto social, continua presente no imaginário coletivo a percepção de que as mulheres cumprem um papel maternal marcado, principalmente, pela capacidade amorosa e acolhedora que conseguem estabelecer, seja no espaço privado ou no

espaço público. Assim, o envolvimento de mulheres na criminalidade repercute de forma muito peculiar nesse imaginário coletivo, sobretudo porque as expectativas sobre o comportamento feminino são rompidas com a prática de um delito. Ou seja, os gestos amorosos, cuidadosos e atenciosos atribuídos tradicionalmente à figura da mulher, são vistos como incompatíveis às práticas delituosas (PIMENTEL, 2013, p. 52).

Esta ausência da existência social das mulheres no mundo do cárcere localiza o questionamento da existência de mulheres encarceradas nas lacunas em políticas públicas de construção de presídios, de penas alternativas e, ainda mais, de criminologia e acesso à justiça para mulheres:

Para o Estado e a sociedade, parece que são somente 440.000 homens e nenhuma mulher nas prisões do país. Só que, uma vez por mês, aproximadamente 28.000 desses presos menstruam. Às vezes, alguns deles engravidam, o que complica muito para o sistema prisional, pois há a necessidade de atendimento pré-natal, um parto seguro e escolta no hospital, bem como de um lugar limpo e propício para cuidar de seu recém-nascido. É necessária também uma política que assegure que a lactante não perca a audiência processual só porque tem de amamentar seu filho (CERNEKA, 2009, p. 62-63).

Problematiza-se que embora o crescimento alarmante da população prisional feminina tenha levado várias organizações e movimentos governamentais e não-governamentais a se questionarem sobre “como lidar com mulheres em um mundo carcerário construído para alojar homens presumivelmente violentos” (CERNEKA, 2009, p. 64), quando se iniciaram as discussões sobre como melhorar o acesso à justiça e ao cumprimento de pena para as mulheres, houve protestos contra este tipo de diferenciação, alegando se tratar de discriminação contra homens.

Evidencia-se o apontado por Elaine Pimentel (2013) que, embora a prática de crimes por mulheres não seja um fenômeno recente, no Brasil, as estatísticas revelam um aumento significativo do número de mulheres envolvidas em diversas expressões da criminalidade. A mulher encarcerada parece ter ficado de fora dos debates feministas por conta da visão essencialista, com uma representação hegemônica de mulher, que é incompatível com sua condição de criminosa:

Assim, a identidade de uma mulher que cometeu um crime fica categoricamente comprometida e essa mulher passa a ser condenada não somente pelo crime que cometeu, mas, principalmente, porque não correspondeu aos atributos femininos culturalmente instituídos e que as identificam naturalmente como pessoas bondosas, amorosas, românticas, gentis, compreensivas, maternais, meigas e angelicais (PIMENTEL, 2013, p. 60).

Constata-se a impossibilidade de graduação dos níveis de negação social em relação à maior gravidade de gênero ou raça e, deste modo, a experiência de cárcere vivenciada pelos grupos subalternizados deve ser analisada a partir do adicionamento de marcadores sociais, se ausentando de um viés simplista de promoção de uma categoria central, o gênero ou a raça, consequentemente à secundarização dos outros marcadores sociais (SANTOS, 2012).

A intersecção dos marcadores de raça no encarceramento de mulheres impacta a opressão que elas estão sujeitas na relação com prisão. Neste sentido, parte-se da premência de uma perspectiva contemporânea que analise as prisões femininas em uma ótica interseccional considerando, dentre outros, os aspectos do sexismo e racismo institucionais.

O direito deve combater o fenômeno da discriminação a partir da consideração de que a presença de diversas identidades revela em alguns casos a concomitância de critérios proibidos de discriminação em situações discriminatórias específicas. Deste modo, tratados e convenções internacionais desenvolvem o conceito jurídico de discriminação múltipla (e seus conceitos equivalentes, tais como as “múltiplas formas de discriminação”, as “múltiplas barreiras” e as “múltiplas e agravadas formas de discriminação”). “Assim, tem-se que ocorre discriminação múltipla quando há a concomitância de mais de um critério proibido de discriminação, gerando uma complexidade no caso discriminatório a ser analisado” (SILVA, 2013, p. 25).

O debate sobre este conceito se insere na proteção ao princípio da igualdade como cláusula proibitiva de discriminação, sendo objeto de estudo do direito da antidiscriminação (SILVA, 2013). “Essa disciplina contém uma série de categorias jurídicas, princípios e institutos jurídicos próprios, que são hábeis a uma compreensão dinâmica, em contraponto a uma compreensão estática sobre o conteúdo jurídico do princípio da igualdade” (idem, 2013, p. 14).

Porém, é válido destacar o apresentado por Silva (2013, p. 14), de que “o direito da antidiscriminação utiliza como técnica legislativa de proteção da igualdade os critérios proibidos de discriminação”. E por isso,

[...] há a proibição de discriminação por determinados motivos, como, por exemplo, raça, sexo, gênero, idade, variando-se a listagem proibitiva de acordo com a legislação de cada país. O tratamento jurídico sob a ótica da mera adição de critérios proibidos de discriminação pode gerar invisibilidades no enfrentamento à discriminação, ensejando-se uma limitada análise da situação discriminatória ou a equivocada conclusão de que não se estaria diante de uma violação da igualdade (SILVA, 2013, p. 14-15).

O autor apresenta os estudos do feminismo negro estadunidense como caminho a ser trilhado como forma de compreensão da discriminação múltipla, permitindo uma análise contextualizada dos critérios proibidos de discriminação intersectados como forma de se compreender concretamente as dinâmicas discriminatórias que não se constituem como mera soma de critérios proibidos de discriminação.

Crenshaw (2002) discute sobre como o sistema de justiça parece invisibilizar a mulher negra quando ela sofre algum tipo de violência, mas “hipervisibilizá-la” quando nela há possibilidade de acusá-la de um ato infracional. Coloca-se então como central a discussão sobre esta forma de discriminação interseccional contra grupos específicos a partir do uso de propagandas e estereótipos, pois “na verdade, a noção da propaganda com um componente racial contra mulheres negras continua a criar padrões no sistema de justiça criminal que minam o acesso de mulheres negras aos mecanismos de proteção” (CRENSHAW. 2002, p. 6). Os estudos apresentados evidenciam o caráter racista na criminalização das mulheres, sendo a mulher negra o principal atrativo da criminalização e aprisionamento no Brasil. Cabe então a denúncia sobre a tendência policial na maior arbitrariedade com o segmento negro, levando a maiores punições dos comportamentos das mulheres de camadas sociais mais baixas.

É necessário dar visibilidade para as práticas de violência institucional contra mulheres negras no sistema prisional, protagonizadas por homens presos e por servidores do Estado, como se apresenta na pesquisa Santos (2012), que se propõe à compreensão destes microcosmos de violências amplas que não recebem cobertura midiática, dos episódios sociais de violência contra as mulheres que não causam repúdios expressivos por parte das feministas.

A criminalização penal se vale da seletividade racial como mecanismo de culpabilidade tácita das mulheres pobres e negras, enquanto retratam as mulheres brancas e das camadas médias como ora inimputáveis ora inocentadas, ou sequer consideradas suspeitas pelos seus crimes sofisticados.

Os corriqueiros casos de violências contra as mulheres encarceradas, protagonizados por homens presos e por servidores do Estado são uma demonstração cabal da urgência de debruçarmos atenção substantiva à prisão feminina, como uma instância de violência institucional na sociedade brasileira contra mulheres, principalmente as mulheres negras. É preciso entender melhor como tal microcosmo de violências amplas não encontra a mesma cobertura midiática dos episódios sociais de violência contra as mulheres, nem provocado repúdios expressivos por parte das feministas (SANTOS, 2014, p. 15).

Ao discutir as implicações sociais de crimes⁷⁰ praticados por mulheres, a autora aponta dois panoramas: 1) a baixa frequência da criminalidade feminina, 2) “maior culpabilização do perfil de mulheres pertencentes às camadas subalternizadas, constantemente estereotipadas pelos programas de rádio e televisão sensacionalistas, responsáveis por dar notoriedade à eficácia da polícia e aos profissionais da segurança pública” (SANTOS, 2014, p. 15).

Problematiza-se então o perfil racial das encarceradas, majoritariamente pobres, negras, semialfabetizadas, acusadas de tráfico de drogas, evidenciando que estas mulheres estão inseridas em uma complexa rede de violência, que não pode ser rompida pelo tempo, posto a situação da mulher negra em ausência de condições materiais e presença de pretextos subjetivados em vínculos afetivos com homens, filhos e maridos delituosos.

A partir das contradições de princípios que habitam os expedientes institucionais executados pelo próprio Estado Brasileiro, “transgressor e ofensivo ao ideário democrático anunciado nos instrumentos internacionais de direitos humanos, na Constituição Republicana, violador dos acordos bilaterais à superação das violências contra as mulheres, e infrator da lei de execução penal” (SANTOS, 2010, p. 17).

Há então necessidade de atenção para essa ausência de políticas públicas sensíveis a gênero e raça que contribuem na manutenção de segregações biologizantes e comprometem a ressocialização das mulheres, dada a precedente execução penal discriminatória (SANTOS, 2010).

Torna-se necessário discutir os estereótipos relacionados à mulher negra em situação de cárcere. Cheskys (2014) examina os estereótipos de gênero que operam em detrimento das mulheres, criminalizando-as duplamente, observando em contexto de encarceramento. Torna-se então possível explorar o universo das mulheres encarceradas brasileiras a partir de uma perspectiva de gênero.

A autora demonstra de que forma as categorias de estereótipos desenhadas por Rebecca Cook e Simone Cusack (2010) podem ser verificadas no cotidiano das mulheres que cometeram delitos, de modo a reproduzir preconceitos e perpetuar uma situação de opressão e subordinação da mulher. A inspiração nos trabalhos de Cook e Cusack é justificada evidenciando a importância das autoras na definição de estereótipos:

⁷⁰ Santos (2014) evidencia o desinteresse da pesquisa em investigar as motivações das mulheres sucumbirem à lei através de seus audaciosos crimes.

Inspirando-se no trabalho de Appiah, Rebecca Cook e Simone Cusack definiram estereótipo como uma visão generalizada de atributos ou características possuídas por membros de um grupo particular, ou pré-conceitos relativos a papéis que são ou deveriam ser desempenhados pelos membros desse grupo. Com essa definição conseguiram aglutinar basicamente as características mais importantes descritas por Appiah em suas diferenciações do sentido da palavra e nos fornecer um conceito sólido e objetivo (CHESKYS, 2014, p. 20).

O estudo se inicia em uma exploração do que são os estereótipos, em especial os de gênero e também na compreensão de como eles agem, se reproduzem e se reafirmam no meio social. De acordo com a autora “os estereótipos de gênero têm demonstrado a capacidade não apenas de construir homens e mulheres como seres essencialmente diferentes, mas de construir essa diferença de um modo que é prejudicial às mulheres” (CHESKYS, 2014, p. 11).

Problematiza-se a existência de uma discriminação de gênero que quase sempre passa despercebida e que quando esta discriminação atinge uma categoria de mulheres discriminadas por outros fatores, como o caso das mulheres encarceradas que são postas à margem da sociedade por terem cometido crimes, ficando sem qualquer representação política relevante, essa categoria de mulheres passa a ser invisível, e a consequência é que quase nenhuma preocupação política, jurídica ou social é dispensada a elas.

Pontua-se a preocupação com a perpetuação dos estereótipos de gênero através das leis, políticas públicas e outras práticas estatais.

Isso nos parece suficiente para evitar uma quantidade significativa de danos que vem sendo causados pelos estereótipos, em especial para as mulheres encarceradas, como ainda teremos oportunidade de observar. Para nós, não é relevante a discussão sobre a possibilidade ou não de eliminação completa dos estereótipos de gênero da vida em sociedade, pois a investigação sobre as possibilidades de minimização da influência desses estereótipos no direito e nas práticas estatais já basta. Considerando que nossa identidade sempre será formada no meio social através do discurso e que esse discurso não é neutro, mas está recheado de significados, escolhas, relações de dominação e opressão, acreditamos que a questão principal está em problematizar se as identidades podem ser constituídas de forma autônoma mesmo em relações onde há assimetria de poder (CHESKYS, 2014, p. 23).

Neste contexto, “ao tolerar a aplicação, reforço e perpetuação de um estereótipo de gênero, o direito, sendo uma instituição do Estado, cria um ambiente de legitimidade e normalidade em torno daquele estereótipo” (idem, 2014, p. 13).

Tendo em vista a importância do direito enquanto estrutura de poder, “considerando sua imperatividade e consequente capacidade de determinar de modo significativo o comportamento das pessoas, cada vez que deixa de atuar para atenuar a perpetuação dos estereótipos de gênero” (CHESKYS, 2014, p. 13), o direito se estabelece como fundador de um ambiente jurídico que mantém e reforça as discriminações.

Com a discussão sobre estereótipos, Cheskys (2014) problematiza que o tratamento às mulheres encarceradas não pode ser pautado nos preconceitos de gênero, o que traz a necessidade de se dar tratamento igualitário a homens e mulheres. Desta forma, Cheskys (2014, p. 50) afirma que tanto mulheres, quanto homens presos/as “merecem ser tratados/as com dignidade; devem ter sua autonomia respeitada; devem ter a possibilidade de cumprir sua pena em locais dignos; devem poder exercer todos os seus direitos, como a visita íntima, o trabalho, estudo e lazer, em igualdade de condições”.

Ao mesmo tempo, é preciso entender o que a Lei de Execução Penal quer dizer quando estabelece que mulheres serão recolhidas em estabelecimentos adequados à sua condição pessoal. Fica claro que o legislador reconheceu que determinadas especificidades da mulher devem ser observadas e respeitadas. É por isso que não é contraditório rechaçar os estereótipos e ao mesmo tempo afirmar a necessidade de se garantir o exercício saudável da maternidade, da convivência com os filhos, especialmente os ainda em fase de amamentação e da atenção específica às questões de saúde e higiene próprias da mulher (CHESKYS, 2014, p. 50).

A autora diz não ser um bom caminho para o movimento feminista propor a eliminação da dicotomia, “pois nos parece uma solução utópica que pouco auxilia nos desafios a serem encarados pelas mulheres na vida real” (CHESKYS, 2014, p. 50).

Neste sentido, a proposta apresentada é uma concentração de esforços na valorização do privado, que tem como consequência a valorização da mulher, e posteriormente na consolidação do entendimento de que o patriarcado não está restrito à família, o que faz com que seus reflexos devam ser debatidos e solucionados na esfera pública, através da política.

Portanto, na elaboração de políticas públicas, sejam elas quais forem, os estereótipos serão necessários para que o Estado possa elaborar planos de ação que atinjam e beneficiem o maior número de pessoas possível. Essa percepção, no entanto, não deve nos impedir de enxergar que em determinadas situações as generalizações devem ser deixadas de lado para que se dê a atenção necessária às especificidades de um dado grupo. Isso ocorrerá sempre que se perceber que a generalização está, na verdade, negando direitos iguais àquele grupo (CHESKYS, 2014, p. 79).

Todavia, a autora afirma que “eliminar a influência prejudicial dos estereótipos de gênero não precisa, no entanto, levar a uma completa cegueira de gênero que desconsidere especificidades da mulher essenciais para dar a ela, além da igualdade formal, a tão almejada igualdade material” (idem, 2014, p. 80).

Torna-se fundamental para o presente estudo a discussão apresentada por Cheskys (2014) sobre a interação entre gênero, classe e raça/etnia enquanto recorte indispensável no trabalho com mulheres encarceradas brasileiras, que permite reflexões sobre as nuances acrescentadas pelas outras formas de discriminação, além da de gênero.

Assim, embora não se possa abrir mão do recorte de gênero na análise das especificidades da população carcerária feminina, sobretudo considerando que essa perspectiva ainda tem sido pouco explorada na comparação com as demais formas de discriminação (especialmente quando se fala em problemas relativos ao cárcere), e porque, afinal, é isso que as distingue primordialmente da população carcerária masculina, não podemos deixar de reconhecer a existência de três vetores principais que empurram cada vez mais as mulheres encarceradas para a base da pirâmide social: a discriminação de gênero, de raça e de classe (CHESKYS, 2014, p. 80).

Parte-se da compreensão de que as identidades se compõem por diferentes fatores que se relacionam constantemente, e se apresenta o conceito de estereótipos compostos de Cook e Cusack (2010) para analisar de que forma o gênero interage com os demais traços da identidade. Mulheres presas representariam um exemplo de estereótipo composto porque são:

[...] majoritariamente são mulheres que durante anos sofreram discriminação em razão de sua cor; que tiveram raras oportunidades somente por serem negras; que não conseguiram estudar; não conseguiram bons empregos; que não são vistas como capazes de ocupar um lugar de chefia no tráfico (ou mesmo não desejam isso) – o que lhes retira a possibilidade de barganha com a polícia, por exemplo –, mulheres que tem que sustentar suas famílias. São essas as mulheres encarceradas brasileiras (CHESKYS, 2014, p. 81).

Os estudos evidenciam que a criminalização penal se vale da seletividade racial como mecanismo de culpabilidade de mulheres negras. Analisando os discursos de criminalidade e instituições de controle, percebe-se que a distinção de gênero assumiu e continuou a estruturar as políticas penais, e que ao ser acrescida dos impactos de classe e da raça, materializam-se nos corpos negros de mulheres encarceradas massivamente.

As demandas históricas, políticas e culturais resultaram na articulação de heterogeneidades que faz com que mulheres negras, enquanto sujeitos identitários e políticos, precisem enfrentar condições adversas estabelecidas pela sociedade racista atual. Neste sentido

justifica-se a alegação de Davis (2016) de que as prisões se tornaram instituições obsoletas, já que estas se marcam pela presença cada vez maior de pessoas das comunidades racialmente oprimidas, aliada a uma existência isolada marcada por regimes autoritários, violência, doenças e tecnologias de reclusão que produzem uma grave instabilidade mental.

CONSIDERAÇÕES

Compõe esta etapa do estudo um apanhado das considerações elaboradas à luz do referencial teórico estabelecido no trabalho que se projeta a partir de minhas percepções surtidas no decorrer da construção desta tese. Trata-se então de um desenhar das reflexões que me rodeiam até o presente momento.

Sabendo que a tese se consiste em um material disponibilizado por vários anos – anos pelos quais eu estarei imersa em novas leituras, dando braçadas de resistência em outra realidade – já não sei se a defesa que trago no texto hoje será a mesma; ainda assim, para o que tenho como realidade de agora, são estas as impressões finais que agrego às discussões da temática.

O nome do capítulo que indica o fechamento do trabalho não poderia ser conclusão, porque não se conclui o pertencimento de raça e de gênero presentes na autora do estudo: sou mulher negra, antes, durante e depois do fechamento deste estudo e a opção por me debruçar em pesquisas que desvelam sobre minha identidade, sobre meu espaço de ser no mundo, não se finaliza com a conclusão desta tese – apenas conclui o processo de doutoramento, o convívio mais próximo junto às amigas/os que agora também seguem por novos rumos, mas que seguimos ligados por militância e afeto.

Retomo a escrita em primeira pessoa para explicitação da autoria, ainda que pouco usual nas escritas acadêmicas. Penso ser essa autoria o que estampa os atos de coragem, evidenciando minha responsabilidade e comprometimento com os resultados que apresento neste estudo.

O tempo todo que produzia o texto me forçava a escrever em um rigor formal da escrita acadêmica surtindo reflexões sobre como a academia surge como mais uma das práticas discursivas impositivas sobre o modo correto de dizer as palavras. Na academia esta imposição se potencializa e a escrita acadêmica surge como espaço no qual a punição pelo “erro” é a negação do seu texto como científico.

Aponto então como substancial para o fortalecimento das pesquisas que denunciam opressões e injustiças, a partir de grupos marginalizados, propostas para perpassar as fronteiras da linguagem possibilitando discussões sobre formas de escrita que, ao invés de se alicerçarem na manutenção das relações de desigualdades, possam auxiliar na transformação social. Neste caminho de ruptura, a linguagem “recusa-se a ser encerrada em fronteiras, ela mesma fala contra a nossa vontade em palavras e pensamentos que se intrometem, até mesmo violam os mais secretos espaços da mente e do corpo (HOOKS, 2008, p. 857).

Dentro das epistemologias do feminismo negro, esta ligação entre linguagem e dominação precisa ser problematizada dentro do percurso histórico de colonização e de escravização, como parte do processo de conquista que ao transportarem forçosamente africanas/os para terras colonizadas, os fizeram de escravos em um espaço onde linguagem falada não era por eles compreendida, e onde seu idioma materno não tinha sentido nenhum (HOOKS, 2008).

Podemos pensar este mesmo processo dentro das produções intelectuais científicas, que sendo forjadas em uma instituição branca, masculina, heteronormativa tem estes critérios para elaboração de uma linguagem padrão e normativa. Todavia, se durante a escravidão mulheres e homens negros assimilavam a linguagem do opressor utilizando-a como som da resistência, é preciso, estando situados na academia, que usemos a linguagem acadêmica como forma de recuperarmos nosso poder dentro deste contexto de dominação, mas sem perder de vista a necessidade de recriação utilizada por negros/as neste período – a produção intelectual que visa romper com os processos de violência contra populações marginalizadas necessita também da recriação da linguagem, permitir espaços nas pesquisas onde possamos produzir cultural e epistemologicamente visões de mundo contra-hegemônicas.

Deste modo, “mudar a maneira como nós pensamos sobre linguagem e como nós a usamos, necessariamente altera a maneira como nós sabemos o que nós sabemos” (HOOKS, 2008, p. 862). Não se pode esperar que a linguagem mude através da mudança do mundo, a dialética entre linguagem, pensamento e mundo é processual e contraditória, por isso é necessário um discurso que se faça democrático e antidiscriminatório (FREIRE, 2009).

Na trajetória busquei ressaltar como desde a graduação, com o primeiro contato com os debates raciais, os aprofundamentos teóricos e o desenvolvimento de pesquisas e práticas acadêmicas têm me construído em um processo dialético. Qual o significado de ser uma mulher negra que se descobre tardiamente como tal, desenvolvendo pesquisa que desvela e denuncia realidades de machismo e racismo? Embora esta não tenha sido uma questão de pesquisa, é fato que tal questionamento perpassou todo o desenvolver deste estudo.

A produção do conhecimento se fundamenta no meu olhar sobre as leituras que realizo. Produzo coletivamente, tendo como base minhas experiências e meu modo de experienciar o mundo que vivo. A alegria da pesquisa se encontra primordialmente na descoberta de mulheres negras com obras tão impactantes e fundamentais: descortinamento das nossas possibilidades enquanto mulheres negras.

Eu não fui apresentada para estas autoras como fui para “clássicos da educação”, ainda que suas leituras tenham corroborado no meu processo de desvelamento pessoal e construção enquanto docente. Escrever sobre uma perspectiva que não está sendo debatida nas suas disciplinas obrigatórias, ter que conhecer para buscar, faz do processo um desafio. Um dos produtos finais é o desejo que se criou por querer me entender enquanto sujeito, não em uma ação individual, e sim coletiva e de militância, que reconheça o espaço de privilégio que tenho na academia, como ensejo para nossa inclusão nestes espaços.

Nos estudos, bell hooks denuncia a prática de mulheres brancas que não permitem espaços para as narrativas de mulheres negras:

Raramente se escreve sobre tentativas por parte de feministas brancas de silenciar mulheres negras. Muitas vezes, elas acontecem em salas de conferência, salas de aula ou na privacidade de acolhedoras salas de estar, onde uma negra solitária enfrenta a hostilidade racista de um grupo de brancas (HOOKS, 2015, p. 204).

Ter vivenciado tentativas de silenciamento desde a graduação e ter escolhido mulheres negras para construir conhecimento científico foi a forma de reconhecer que ainda que o espaço acadêmico seja branco, masculino, heteronormativo, classista, projetado de forma que não parece caber a mulher negra, eu luto e demarco meu lugar. Eu não posso padecer, vou resistir e ficar por nós!

A pesquisa se iniciou a partir do interesse em se compreender as categorias de gênero e raça dentro dos espaços prisionais, e os caminhos evidenciaram a necessidade do debruçar teórico sobre o conceito de Interseccionalidade, que além de ser chave para entender as opressões de mulheres nestes espaços também permitia reflexões sobre outros tipos de opressões intersectadas. Declinei então da opção de pesquisa de campo e me dediquei a uma pesquisa teórica que trouxesse aprofundamento sobre o conceito e adentrando a partir dele nas compreensões sobre gênero e raça nos sistemas prisionais.

Houve uma dificuldade, enquanto pesquisadora do presente estudo, em “aceitar” a pesquisa teórica como suficiente em seu papel e sua responsabilidade com o compromisso social do ser pesquisadora.

Ao perceber a capacidade em si da pesquisa no meu processo de autoidentificação racial e de gênero, compreendi que havia um compromisso social muito bem estabelecido em ser mulher negra acadêmica ocupando um espaço de produtora de conhecimento. Há uma sub-representação da mulher negra no espaço acadêmico que se agrava com a sub-representação de nós nos

conhecimentos que são difundidos na universidade – o conhecimento acadêmico ainda se encontra aprisionado em uma visão eurocêntrica, masculina. Parte-se então da compreensão do “ser mulher negra” enquanto ancestralidade e vivência que pode e necessita ser teorizada.

Há um processo de desvalorização, negação e silenciamento das contribuições das vivências e do intelecto de mulheres negras ao patrimônio cultural da humanidade e neste sentido se coloca uma contradição eminente em querer discutir a realidade social dos/as oprimidos/as a partir do olhar, da linguagem, da construção teórico-ideológica de grupos que são responsáveis pelo processo de opressão.

Ignorar contribuições e trajetórias de vida de mulheres negras se enquadra no conceito de epistemicídio, que são as formas de conhecimento que não estão estabelecidas, não tem reconhecimento no meio acadêmico. Sueli Carneiro (2005) é uma das autoras que discute este conceito na análise da produção intelectual negra e evidencia que o epistemicídio ocorre “no dualismo do discurso militante versus discurso acadêmico, através do qual o pensamento do ativismo negro é desqualificado como fonte de autoridade do saber sobre o negro, enquanto é legitimado o discurso do branco sobre o negro” (CARNEIRO, 2005, p. 60).

Se queremos inverter essa situação – por meio da sociologia das ausências – temos de fazer com que “o que está ausente esteja presente, que as experiências que já existem, mas são invisíveis e não-críveis estejam disponíveis; ou seja, transformar objetos ausentes em objetos presentes” (BOAVENTURA, 2007, p. 32).

Mulheres negras, desde antes terem seus corpos explorados, violentados e mortos pelos processos de escravização de seus povos, são produtoras de conhecimento, e suas contribuições intelectuais fazem parte da formação do Brasil. Desta forma, as escolhas teóricas-epistemológicas são neste estudo justificadas também em uma ação de luta e resistência. A adoção por referenciais teóricos do Feminismo Negro nesta pesquisa demarca a reivindicação de conquistarmos além dos espaços sujeito de pesquisa, ocupando nosso lugar de sujeitos pesquisadoras. Trata-se de um trabalho de militância dentro da academia, já que as narrativas de mulheres negras ainda seguem ausentes no que se produz e se divulga nas universidades.

O capítulo inicial focou então na militância e produções de mulheres do feminismo negro evidenciando a luta de mulheres negras para inclusão das pautas raciais nos debates de gênero. Foi possível apreender que embora falemos de lutas e minorias, não estamos imunes de exclusões e silenciamentos. O feminismo se constitui como movimento que protagoniza as demandas de

gênero, e alcança ganhos inestimáveis para a garantia de nós mulheres aqui, hoje, mas ainda assim, surge na voz de mulheres brancas, heterossexuais e de classe média e por isso, ainda que lute contra uma dominação que deve ser combatida em nossa sociedade, a masculina, não luta contra o racismo, a homofobia e tantas outras opressões que as mulheres estão sujeitas.

A partir de Sueli Carneiro e Lélia Gonzalez e outras feministas negras brasileiras, foi possível problematizar a situação da mulher negra que teve seus corpos associados ao trabalho, à violência e ao sexo no período da escravidão, e ainda o tem – agora em ações específicas do nosso contexto que precisam ser denunciadas pelas produções interseccionais, dentre as quais destacamos o sistema prisional.

Compreendeu-se Interseccionalidade enquanto conceito sociológico dedicado ao desvelamento de interações nas vidas das minorias. Ainda que mulheres negras já tivessem denunciado a situação de violência que estavam sujeitas por conta de seus pertencimentos de gênero e raça, foi Kimberlé Crenshaw (1989) que cunhou o conceito teoricamente no final da década de 80, enquanto sensibilidade que permite olhar como diferentes esferas de opressão colidem produzindo impactos mais ou menos violentos a partir da realidade que se problematiza.

Sendo a Interseccionalidade um conceito cunhado no bojo do feminismo negro estadunidense e recebido por feministas negras brasileiras, mas de forma ainda pouco difundida, busquei compreender mais sobre o conceito a partir da sua recepção por pesquisadores/as brasileiros. Apresentado como Estado de conhecimento em Interseccionalidade, analisei o levantamento bibliográfico realizado no banco de teses e dissertações da CAPES entre os anos de 2005 e 2015, que evidenciou as contribuições da perspectiva Interseccional na ampliação das discussões acerca das sobreposições de opressão que afetam sobremaneira a mulher negra.

Inicialmente, buscando compreender o que desperta nos/as pesquisadores/as o interesse pela perspectiva interseccional, se há uma similaridade com o processo de construção deste estudo, no qual minha subjetividade de mulher negra é o que gera o interesse por compreender mais a fundo estas opressões, tentei traçar um perfil no pertencimento de gênero e raça dos pesquisadores/as.

Não houve dificuldades para se estabelecer que há um número expressivamente maior de mulheres escrevendo sobre a temática da interseccionalidade tanto na produção de dissertações, quanto de teses, porém a análise sobre o pertencimento racial das pesquisadoras/es não foi possível, pois nem sempre estes deixavam evidente este aspecto em suas trajetórias.

Ainda assim as pesquisas que apresentam a narrativa e pertencimento racial de seus sujeitos surgiram como fundamentais para problematizar a necessidade de negras e negros terem uma consciência efetiva de si mesmos, e mais, inclui esse debate no bojo das epistemologias e da linguagem que tende a atuar como ferramenta de aprisionamento e manutenção das estruturas racistas e sexistas na academia.

Tendo constatado que as pesquisas tiveram aumento exponencial nos últimos anos, equacionei nas análises o impacto das ações afirmativas no ensino superior que além de garantir o acesso da população negra nos espaços acadêmicos também possibilita um maior interesse dos pesquisadores/as sobre temáticas raciais. Sendo esses pesquisadores em sua maioria mulheres, há então essa preocupação com a interface de gênero e outros marcadores, e por isso o uso da perspectiva interseccional.

Os estudos justificam a inclusão da interseccionalidade nas pesquisas acadêmicas, garantindo visibilidade de grupos marginalizados pelas diferentes esferas de opressão que atuam de forma intersectada. A leitura atenta de cada uma destas teses e dissertações auxiliou compreensões, antes postergadas, sobre práticas que são atravessadas por intersecções de opressões, e mais, permitiu caminhos para se trabalhar interseccionalidade na denúncia do encarceramento de mulheres negras.

Parti da necessidade de denúncia ao racismo e ao machismo, intersectados produzindo um sistema penitenciário retratado por mulheres negras. Estudar prisão se faz urgente por vários motivos; um deles é seu crescimento, outro é pelo perfil de encarceradas que denuncia o racismo do sistema de justiça brasileiro.

Ainda neste caminho é válido destacar o apresentado por Lélia Gonzales de que “se estamos comprometidas com um projeto de transformação social, não podemos ser convenientes com posturas ideológicas de exclusão, que só privilegiam um aspecto da realidade por nós vivida” (GONZALEZ, 1988, p. 13).

Como forma de reiterar a importância das pesquisas sobre espaços prisionais, apresenta-se o respaldo teórico de Davis (2011), que discute que:

Um problema que temos enfrentado, atualmente é o seguinte: na medida em que os negros ascendem socialmente, eles têm deixado para trás sua própria comunidade. Não querem estabelecer nenhuma relação com as mulheres negras da Previdência Social, nem ser relacionados às pessoas negras que estão na prisão. Porém, alguns de nós estão dizendo: “eles são nossos irmãos, e se adquirimos um certo grau de visibilidade, foi em cima dos ombros daqueles que ficaram para trás” (DAVIS, 2011, s/p.).

A citação de Davis (2011) surge como descortinamento da relevância de pesquisas sobre grupos marginalizados dentro do processo de opressão resultado de uma sociedade machista e racista.

O perfil da população carcerária feminina é jovem, negro e na sua maior parte são presos por tráfico de drogas simples. Não se trata de uma simples coincidência de que a ausência da intelectualidade da mulher negra utilizada na academia que discutimos há pouco seja a presença deste mesmo segmento no sistema prisional. O mesmo mecanismo de exclusão e silenciamento de vozes é o de aprisionamento de corpos.

Os estudos sobre Interseccionalidade, Direito e Encarceramento de Santos (2012), Silva (2013), Cheskys (2014) e Alves (2015) discutem a especificidade da mulher negra. Para meu último capítulo utilizei além destes estudos: buscando um caminho para se compreender as intersecções de gênero e raça no sistema prisional feminino, realizei uma análise documental dos indicadores deste espaço.

Na análise dos indicadores feita a partir de documentos de 2007 até o mais recente o INFOPEN 2014, verificou-se pouca atenção na produção destes documentos, e inexistência de dados que permitam análises interseccionais, já que pouca atenção é dada na definição do perfil racial das mulheres em situação de cárcere.

Quando Sojourner Truth (1852) questiona se ela não é uma mulher no contexto de escravidão nos EUA, o mesmo questionamento pode ser feito pelas mulheres encarceradas que parecem estar invisibilizadas nas pautas feministas. Evidencia-se a potencialidade do conceito interseccional na compreensão de vivências que atingem mulheres negras e outros grupos marginalizados. Ademais, o conceito do feminismo negro surge como essencial na discussão das opressões de gênero e raça que atingem a mulher em situação de cárcere.

O maior questionamento na finalização desta pesquisa é como ampliar esta discussão para que ela não tenha utilidade somente para a produção de artigos meus ou de outras/os que queiram nela se inspirar. Como levar estes debates para uma esfera mais ampla, permitindo que outros sujeitos, também aqueles em situação de cárcere e sem possibilidade de acesso a essa leitura, possam se beneficiar desta discussão? Concordo com Santos (2010) da premência de pesquisas que possam ser utilizadas como mecanismo político e teórico a favor de saberes interessantes aos grupos que requerem a implementação de ações afirmativas, já que somente desta forma conseguiremos a reparação das desvantagens sociais provenientes das injustiças históricas.

Os conceitos, as compreensões e as novas visões que este estudo proporcionou não são aqui apresentados como conclusivos – são portas de entradas, convite para mim e para quem mais esteja disposto a entender as dores de um mundo injusto. O estudo é também um manifesto de apoio a todos os grupos que precisam lutar pelo reconhecimento e pela garantia de direitos.

REFERÊNCIAS

ABREU, M.Z.G. de. Luta das Mulheres pelo Direito de Voto. Movimentos sufragistas na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos. **Arquipélago**, Revista da Universidade dos Açores. Ponto Delgada, 2ª série, VI, 2002.

ALVES, E.A. **Rés negras, judiciário branco**: uma análise da interseccionalidade de gênero, raça e classe na produção da punição em uma prisão paulistana. 2015. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

ARAÚJO, L.S. **Baianas de acarajé contra FIFA**: um estudo de caso sobre desenvolvimento e colonialidade. 2015. Dissertação (mestrado em Direitos Humanos e Cidadania) - Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

BARRETO, P.C.S. **Gênero, raça, desigualdades e ação afirmativa no ensino superior**. Revista Brasileira de Ciência Política, v. 16, p. 39-64, 2015.

BORGES, J. **O que é encarceramento em massa?** São Paulo: Letramento Editora e Livraria LTDA, 2018.

BRAH, A. **Diferença, diversidade, diferenciação**. Cadernos Pagu. n. 26, p. 329-65, 2006.

BRASIL, Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. **Boas práticas do Sistema Penitenciário Nacional**. 2009.

_____. **Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional**. Documento Basilar para a Elaboração da Portaria Interministerial MJ/SPM nº 210/2014.

_____. **Secretaria de Políticas para as Mulheres**. Mulheres Presas - Dados Gerais: Projeto Mulheres/DEPEN. Dez/2011.

_____. **Secretaria de Políticas para as Mulheres. Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional**: documento basilar para a elaboração da Portaria Interministerial MJ/SPM n. 210/2014.

BRASIL, Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as **Mulheres. Grupo de Trabalho Interministerial. Reorganização** e reformulação do sistema prisional feminino. Brasília: Ministério da Justiça, 2008.

BRASIL. Infopen - **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**. Disponível em: <<http://dados.mj.gov.br/dataset/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias>>. Acesso em outubro de 2016.

BUSIN, V.M. **Morra para se libertar: estigmatização e violência contra travestis**. 2015. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

BUSTORFF, L.A.C.V. **O conceito de gênero nas políticas públicas que orientam atenção à saúde da mulher: revisão integrativa da literatura**. 2010. Dissertação (mestrado em Enfermagem) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

BUZAR, F.J.R. **Interseccionalidade entre raça e surdez: A situação de surdos(as) negros(as) em São Luís – MA**. 2012. Dissertação (mestrado em Educação) - Universidade de Brasília, DF, 2012.

CALDWELL, K.L. **Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil**. Revista Estudos Feministas, v. 8, n. 2, p. 91-108, 2000.

CARNEIRO, S. **Identidade Feminina**. In. Cadernos Geledés. Nº4, 1993.

_____. **Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. In: Racismos contemporâneos. Ashoka Empreendimentos Sociais e Takano Cidadania (Orgs.). Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003. p. 49-58.

_____. **Mulheres em Movimento**. Estudos Avançados 17 (49) 2003.

CERNEKA, H.A. **Homens que menstruam: Considerações acerca do sistema prisional às especificidades da Mulher**. Veredas do Direito, Belo Horizonte, v. 6, n. 11, 2009, p. 61-78.

CHESKYS, D. **Mulheres Invisíveis: uma análise da influência dos estereótipos de gênero na vida de mulheres encarceradas**. 2014. Dissertação (mestrado em Direito) -Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2014.

COLLINS, P.H. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. Trad. Natália Luchini. Seminário “Teoria Feminista”, Cebrap, 2013. [Em inglês, Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment. Nova York/Londres: Routledge, 1990.

_____. **Aprendendo com a outsider within:** a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, p. 99-127, 2016.

COSTA, A.A.A. **O movimento feminista no Brasil:** dinâmicas de uma intervenção política. *Revista Labrys, Estudos Feministas/Études Féministes*, Brasília, v. 7, 2005.

COSTA, A.A.A; SARDENBERG, C.M.B. **O Feminismo do Brasil:** reflexões teóricas e perspectivas /, organizadoras. – Salvador: UFBA / Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2008.

CRENSHAW, K. **Demarginalizing the Intersection of Race and Sex:** A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. *The University of Chicago Legal Forum*. n. 140 p.139-167, 1989.

_____. **A interseccionalidade da discriminação de raça e gênero.** 2002. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wpcontent/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>
Acesso em: 26 de agosto de 2015.

DAVIS, A.Y. **Are prisons obsolete?** New York: Open Media, 2013.

_____. **Mulheres, raça e classe.** [1981] São Paulo: Boitempo, 2016.

_____. **As mulheres negras na construção de uma nova utopia.** Conferência realizada no dia 13 de dezembro de 1997, em São Luís (MA), na 1ª Jornada Cultural Lélia Gonzales, promovida pelo Centro de Cultura Negra do Maranhão e pelo Grupo de Mulheres Negras Mãe Andreza. Publicado em 12 de julho 2011.

DINIZ, A.G.R. **Sobre subalternidades e enfrentamentos: sexualidade, poder e agenciamentos na experiência de mulheres prostitutas.** 07/03/2013. 179f. Mestrado em Psicologia. Universidade Federal de Minas Gerais, 2013.

DUARTE, H.H.S. **A construção social da Saúde reprodutiva no Brasil:** um olhar na perspectiva da interseccionalidade de gênero e raça. 2012. Dissertação (mestrado em Saúde Coletiva) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2012.

DUTRA, M.P. **Trajetórias militantes e feminismos divergentes:** transgressão, institucionalização e transeccionalidade. 2015. Dissertação (mestrado em Sociologia) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2015.

FALCIOLI, L. **Conectadas: uma análise de práticas de ajuda-mútua feminina na era das Mídias Digitais.** 2013. Dissertação (mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.

GOMES A.C.W.C. **Penalidade e privilégio: a falsa representação dos homens negros homossexuais.** 2015. Dissertação (mestrado em Direito Político e Econômico) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2015.

GONÇALVES, J.P.B. **As intervenções com homens autores de violência doméstica contra as mulheres ante suas bases teórico-metodológicas e perspectivas políticas: as experiências no estado de Minas Gerais.** 2015. Dissertação (mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

GONZALEZ, L. **A importância da organização da mulher negra no processo de transformação social.** Raça e Classe, Brasília, ano 2, n. 5, 1988.

GRAZIANO SOBRINHO, S.F.C. **Os impactos econômicos da atuação do sistema penal: vida virtual, isolamento e encarceramento em massa.** Sequência (Florianópolis), Florianópolis, n. 69, 2014, p. 133-158.

HAMMES, B.S. **No Feirão do Chope: um estudo antropológico sobre intersecções entre marcadores sociais da diferença em um bar na região periférica de Goiânia.** 2015. Dissertação (mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015.

HENNING, C.E. **Interseccionalidade e pensamento feminista: as contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença.** Mediações-Revista de Ciências Sociais, v. 20, n. 2, p. 97-128, 2015.

HIRATA, H. **Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais.** Tempo soc. [online]. 2014, vol.26, n.1, p. 61-73.

HOOKS, B. **Alisando nosso cabelo.** Revista Gazeta de Cuba – Unión de escritores y artista de Cuba, 2005. Tradução do espanhol: Lia Maria dos Santos.

_____. **Vivendo de amor.** In: Geledés, 2010, s/p. Disponível em: <http://arquivo.geledes.org.br/areas-de-atuacao/questoes-de-genero/180-artigos-de-genero/4799-vivendo-de-amor> Acesso: abril de 2015.

_____. **Não sou uma mulher?** Mulheres negras e feminismo. 1ª edição 1981. Tradução livre para a Plataforma Gueto. Janeiro, 2014.

_____. **Mulheres negras: moldando a teoria feminista. Black women: shaping feminist theory.** Revista Brasileira de Ciência Política, nº 16. Brasília, janeiro-abril de 2015. p. 193-210.

JESUS, F.H. de. **Desigualdades de gênero e intragênero: um estudo acerca das representações sociais do envelhecimento.** 2015. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Bahia, 2015.

KARAWEJCZYKA, M. **Os primórdios do movimento sufragista no Brasil: o feminismo “pátrio” de Leolinda Figueiredo Daltro.** Estudos Ibero-Americanos, PUCRS, v. 40, n. 1, p. 64-84, 2014.

KERGOAT, D. **Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais.** Novos estudos - CEBRAP, São Paulo, n. 86, p. 93-103, 2010.

KERNER, I. **Tudo é interseccional?** Sobre uma relação entre racismo e sexismo. Novos estud. - CEBRAP, São Paulo, n. 93, p. 45-58, julho de 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002012000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 de abril de 2016.

KYRILLOS, G.M. **Uma análise interseccional de gênero e etnia sobre as limitações na eficácia da convenção para a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher (CEDAW) no Brasil.** In: 13º Mundo de Mulheres e Fazendo Gênero 11, 2017.

LIMA, A.N.C. **Grupo de mulheres negras Mãe Andresa: marcações identitárias de gênero e raça na produção de estratégias contra o racismo e o machismo.** 2014. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Maranhão, Maranhão, 2014.

LIMA, M.I.C. **Cassandra, rios de lágrimas: uma leitura crítica dos inter(ditos).** Dissertação (mestrado em Teoria Literária) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

LIMA, S.M. **As Filhas do vento e o Céu de Suely: sujeitos femininos no cinema da retomada.** 2012. Dissertação (mestrado em Teoria Literária) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

LIRA, L.C.S.P. de. **Elementos teopedagógicos afrocentrados para superação da violência de gênero contra as mulheres negras: diálogo com a comunidade-terreiro Ilé àçë yemojá omi**

olodô e 'o acolhimento que alimenta a ancestralidade'. 2014. Tese (doutorado em Teologia) - Escola Superior de Teologia, São Leopoldo, 2014.

LORDE, A. **Sister Outsider: Essays & Speeches** by Audre Lorde. Berkeley: Crossing Press, 1984.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. Em Aberto, v. 5, n. 31, 2011.

MACHADO, B.A. **Recordar é preciso: Conceição Evaristo e a intelectualidade negra no contexto do movimento negro brasileiro contemporâneo (1982-2008)**. 2014. Dissertação (mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

MALTA, R.B.; OLIVEIRA, L.T.B de. **Enegrecendo as redes: o ativismo de mulheres negras no espaço virtual**. Revista Gênero, v. 16, p. 55-69, 2016.

MATTOS, P. **O Conceito de interseccionalidade e suas vantagens para os estudos de gênero no Brasil**. XV Brasileiro de Sociologia. UFSJ. 2011.

MIRANDA, D.B. **Tecendo o futuro: vivências de mulheres negras numa perspectiva intergeracional e familiar**. Dissertação (mestrado em Direitos Humanos e Cidadania) - Universidade de Brasília, Brasília, 2015(a).

MIRANDA, J.H.A. **Perspectivas de rappers brancos/as brasileiros/as sobre as relações raciais: um olhar sobre a branquitude**. 2015. Dissertação (mestrado em Educação e Contemporaneidade) - Universidade Estadual da Bahia. Salvador, 2015(b).

MONTEIRO, A.S. **Mulheres Negras em Jacutinga: Sobre interseccionalidade e empoderamento**. 2014. Dissertação (mestrado em Relações Étnico-Raciais) - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Rio de Janeiro, 2014.

MUNANGA, K. **Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa de cotas**. In. SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves; SILVÉRIO, Valter Roberto (orgs.). Educação e ações afirmativas – entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica. Brasília: INEP, 2003.

MÜLLER, T.M.P. **As pesquisas sobre o “estado do conhecimento” em relações étnico-raciais.** Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, n. 62, p. 164-183, 2015.

OLIVEIRA, V.M. de. **Um olhar interseccional sobre feminismos, negritudes e lesbianidades em Goiás.** 2006. Dissertação (mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Goiás, Goiás, 2006.

PATTI, C.I. **Além dos muros da escola: um estudo sobre educação popular e o projeto Promotoras Legais Populares de Campinas (SP).** 2015. Dissertação (mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2015.

PEGORER, M.A.S. **Os direitos sexuais e reprodutivos da mulher e a atuação estatal: o respeito à diferença múltipla como fator orientador de Políticas Públicas de gênero.** 2013. Dissertação (mestrado em Ciência Jurídica) - Universidade Estadual do Norte do Paraná, Jacarezinho, 2013.

PEREIRA, E.M. **A vivência de mulheres em cargos em cargos executivos em grandes empresas: uma análise interseccional das desigualdades de gênero e de Raça.** 2015. Tese (doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2015.

PIMENTEL, E. **O lado oculto das prisões femininas: representações dos sentimentos em torno do crime e da pena.** Latitude, 7(2), 51-68, 2013.

PINTO, C.R.J. **Feminismo, história e poder.** Revista Sociologia Política. V. 18, n. 36, Curitiba, jun. 2010, p.15-23.

PISCITELLI, A. **Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras.** Sociedade e Cultura, v. 11, n. 2, p. 263-74, 2008.

POCAHY, F.A. **Entre vapores e dublagens.** Dissidências homo/eróticas nas tramas do envelhecimento. 2011. Tese (doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

REDINZ, M.A. **Trabalhadora Doméstica: Patriarcalismo, interseccionalidades de gênero e raça e situação no mercado de trabalho no Brasil.** 2014. Dissertação (mestrado em Direito) Pontifícia Universidade Católica do Rio De Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?**. Letramento Editora e Livraria LTDA, 2018.

RIBEIRO, M. **Mulheres negras brasileiras: de Bertioga a Beijing**. Revistas Estudos feministas. Vol. 3, nº2, 1995.

_____. **O feminismo em novas rotas e visões**. Estudos Feministas, Florianópolis, 14(3): 272, setembro-dezembro/2006.

RODRIGUES, P.G.O. **Corpos em movimento, educação em questão: a trajetória escolar das travestis negras**. 2014. Dissertação (mestrado em Relações Étnico-Raciais) - Centro Federal de Educação Tecn. Celso Suckow Da Fonseca, Rio de Janeiro, 2014.

RODRIGUES, T. **Concepções de violência e interseccionalidade: análise em um centro de referência de atendimento às mulheres em situação de violência**. 2015. Dissertação (mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

SANTOS, A.C.C. **Mulheres negras, negras mulheres: ativismo na capital baiana (1980-1991)**. 2015. Tese (doutorado em Educação) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

SANTOS, B.S. **Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes**. Revista Crítica de Ciências Sociais, 78, 3-46, 2017.

SANTOS, C.A.S. **Ó pai, prezada! Racismo e sexismo institucionais tomando bonde no conjunto penal feminino de salvador**. 2012. Dissertação (mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

SANTOS, M.E. **Resistindo à tempestade: A interseccionalidade de opressões nas obras de Carolina Maria e Maya Angelou**. 2014. Tese (doutorado em Letras) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São Paulo, 2014.

SANTOS, N.J.V. **Desigualdade e identidade no serviço doméstico: intersecções entre classe, raça e gênero**. 2010. Dissertação (mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

SILVA, A. da. **Processos de territorialização em espaços marginais: estudo exploratório e descritivo das vivências de homens que fazem sexo com outros homens na cidade de Praia Grande/SP**. 2013. Dissertação (mestrado Interdisciplinar em Ciências da Saúde) - Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2013.

SILVA, R. da. **Discriminação múltipla como discriminação interseccional**: o Direito brasileiro e as intersecções de raça, gênero e classe. 2013. Dissertação (mestrado em Direito) - Centro Universitário Ritter dos Reis, Porto Alegre, 2013.

SILVA, R.A. da. **Os significados do uso de álcool entre os/as jovens quilombolas de Garanhuns/PE**: uma perspectiva interseccional. 2014. Dissertação (mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2014.

SILVA, T.M. da. **Violência contra as mulheres e interfaces com o racismo**: o desafio da articulação de gênero e raça. 2013. Dissertação (mestrado em Ciências Jurídicas), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

SILVA, Z. da. **Conceição do Coité em “quadrado”**: retratos da violência contra as mulheres (1980-1998). 2010. Dissertação (mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismos) - Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2010.

SILVEIRA, R. da. **Interseccionalidade gênero/raça/etnia e a Lei Maria da Penha**: discursos jurídicos brasileiros e espanhóis e a produção de subjetividade. 2013. Tese (doutorado em Psicologia Social e Institucional) - Universidade Federal do Rio Grande Do Sul, Porto Alegre, 2013.

SILVESTRE, J. **Os entre-lugares**: um olhar sobre sujeitos surdos-homossexuais. 2014. Dissertação (mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

SIMAKAWA, V.V. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes**: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. 2015. Dissertação (mestrado Multidisciplinar Cultura e Sociedade) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

SOUZA, L.B. de. **Quando não tem bebida, morgia logo!** Um estudo interseccional sobre juventude e consumo de álcool. 2015. Dissertação (mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

SOUZA, V.A. de. **Os tambores das 'yabás'**: raça, sexualidade, gênero e cultura no bloco afro Ilú obá de Min. 2014. Dissertação. Mestrado em Antropologia Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

SOUZA JUNIOR, S.L. de. **Direitos sexuais e políticas públicas:** o combate à discriminação para a concretização dos direitos humanos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) no estado do Pará. 2011. Dissertação (mestrado em Direito) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

TOLEDO, A.A.. de. **Mulheres negras soropositivas e as interseccionalidades entre gênero, classe e raça/etnia.** 2012. Dissertação (mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

TRINDADE, C.M. **O nascimento de uma penitenciária:** os primeiros presos da Casa de Prisão com Trabalho da Bahia (1860-1865). Tempo. Revista do Departamento de História da UFF, v. 15, p. 167-196, 2011.

VALENZUELA, A.; ZAMORA, E.; RUBIO, B. (2015). **Academia Cuauhtli and the Eagle:** Danza Mexica and the Epistemology of the Circle. Voices in Urban Education. Issue 41, pp. 46-56, 2017.

XAVIER, E.C. **Tá dentro, não tá fora:** subjetividade, interseccionalidade e experiências de adoecimento de mulheres negras com doença falciforme. 2015. Dissertação (mestrado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

WERNECK, J. **Racismo institucional e saúde da população negra.** Saúde e Sociedade, v. 25, n. 3, p. 535-549, 2016.

_____. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo In: **Vents d'Est, vents d'Ouest:** Mouvements de femmes et féminismes anticoloniaux [en línea]. Genève: Graduate Institute Publications, 2009.

WERNEK, J.; IRACI, N. **A situação dos direitos humanos das mulheres negras no Brasil:** violências e violações. Rio de Janeiro: Criola. Geledés: Instituto da Mulher Negra. 2016.

ANEXOS

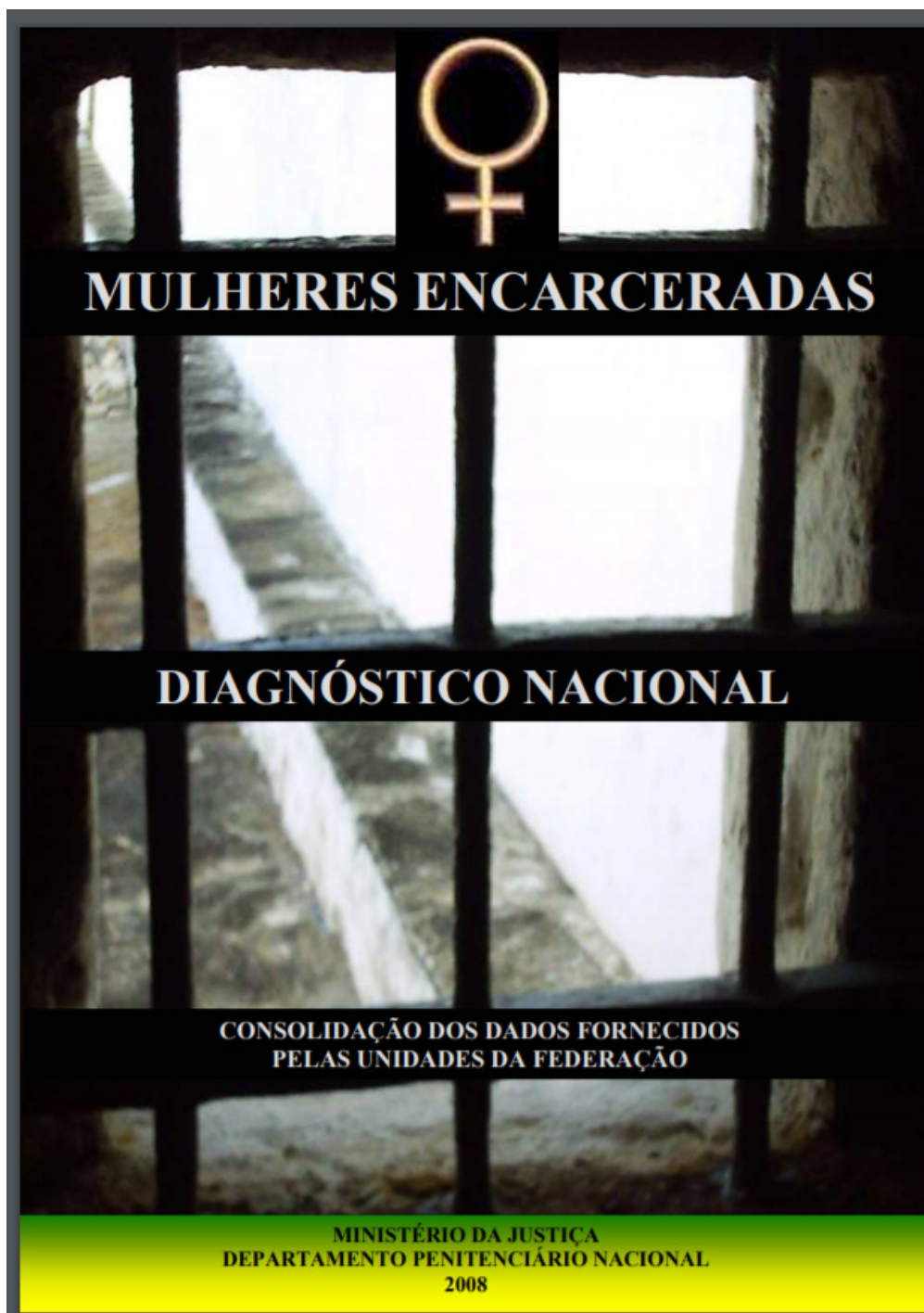
Anexo 1

Figura 1 – Capa do Relatório Final do Grupo de trabalho interministerial, 2007

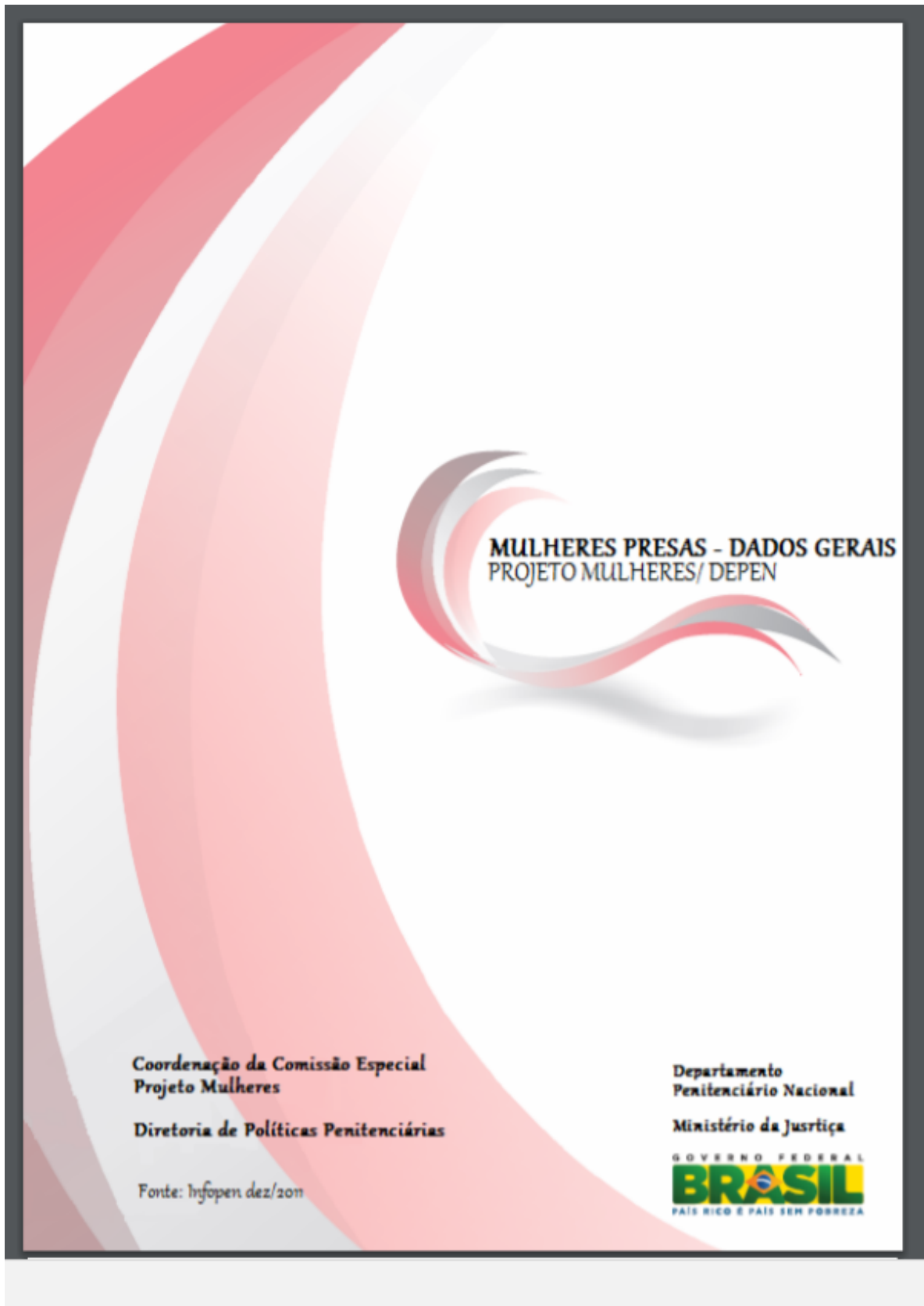


Fonte: Relatório (2007).

Anexo 2



Anexo 3

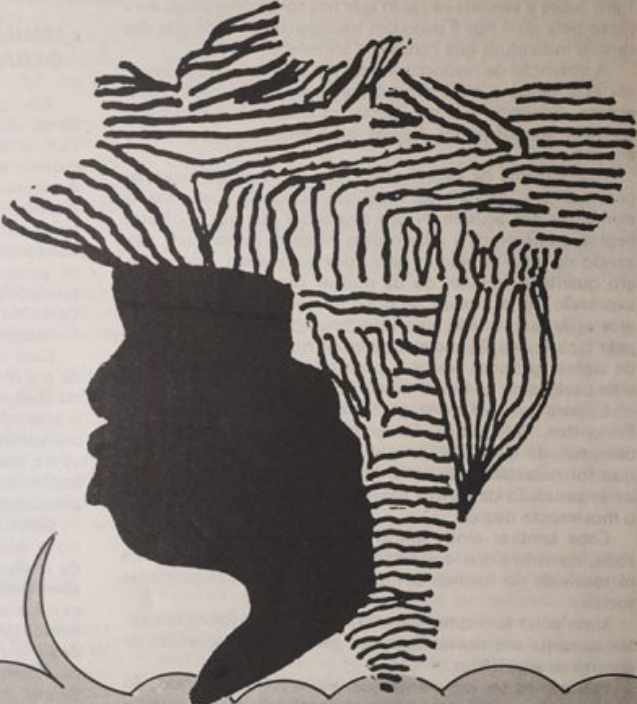


Anexo 4

I ENCONTRO NACIONAL DA MULHER NEGRA

SETEMBRO DE 1988 INFORMATIVO ANO 1 Nº 1

O ENCONTRO É NOSSO.
PARTICIPE!



- EDITORIAL Pág. 2
- O SEMINÁRIO "MULHER NEGRA CEM ANOS DEPOIS" Pág. 2
- O I ENCONTRO NACIONAL DA MULHER NEGRA Pág. 3
- CRITÉRIOS DE PARTICIPAÇÃO Pág. 4
- ACONTECEU... ACONTECENDO ...

Anexo 6

